



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

035

SUPLEMENTO AO Nº 59

SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1979

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR DENÚNCIAS FORMULADAS PELA REVISTA "DER SPIEGEL", DA ALEMANHA, SOBRE A EXECUÇÃO DO ACORDO NUCLEAR BRASIL-ALEMANHA

1.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 1979

As dez horas do dia sete de março de mil novecentos e setenta e nove, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Itamar Franco (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Milton Cabral, Jutahy Magalhães, Passos Porto, João Bosco, Roberto Sa-turnino e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução n.º 69, de 1978, dando prosseguimento aos seus trabalhos.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Lenoir Vargas.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida é dada como aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, comunica aos Srs. membros da Comissão, através do Ofício da Liderança da ARENA, a substituição dos Srs. Senadores Alexandre Costa, Italívio Coelho e Murilo Paraíso pelos Srs. Senadores Passos Porto, Jutahy Magalhães e João Bosco, respectivamente. Usa da palavra, na ocasião, o Sr. Senador Dirceu Cardoso, para saudar os novos integrantes da Comissão.

Possuindo, o Sr. Presidente procede a leitura da correspondência recebida pela Secretaria da Comissão, a saber: Of. pre-1.131/78, datado de 4-12-78, do Dr. Arnaldo Rodrigues Barbalho, Presidente da ELETROBRÁS, em resposta ao Of. n.º 28/78/CPIAN, informando não haver Protocolo de Entrega dos documentos enviados pelo Presidente de Furnas ao Presidente da ELETROBRÁS, sobre a contratação das obras civis das Unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; Aviso n.º 30/79, datado de 17-1-79 do Sr. Ministro Shigeaki Ueki, em resposta ao Of. n.º 37/78/CPIAN, informando a desclassificação de SECRETO do Relatório da viagem do então Ministro José Costa Cavalcante, encaminhando, em anexo, um exemplar do referido documento; Of. pre-006/79, datado de 22-1-79, do Dr. Arnaldo Rodrigues Barbalho, Presidente da ELETROBRÁS, em resposta ao Of. n.º 40/78/CPIAN, encaminhando cópia da carta de Furnas n.º DP. E... 062.76 e seus anexos; Cartas de n.ºs DP.E.0046.79 e DP.E.050.79, datadas de 14-2-79 e 16-2-79, respectivamente, do Dr. Licínio Marcelo Seabra, Presidente de Furnas, encaminhando documentos solicitados pela CPI.

Usando da palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso solicita ao Sr. Presidente que requeira ao Sr. Norberto Odebrecht o Livro de Transferência de Assuntos, para apresentá-lo à Comissão por ocasião de seu depoimento. Sugere, o Sr. Senador Dirceu Cardoso, a convocação dos Srs. John Reginald Cotrim, Mário Bhering, Cel. Luiz Francisco Ferreira, Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia, além do já citado Norberto Odebrecht. Ainda com a palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso apresenta reclamação à Presidência da Comissão sobre o atraso na tradução dos Relatórios das firmas d'Apollonia e Hochitief, encaminhados ao Sr. 1.º Secretário através do Of. n.º 23/78/CPIAN, datado de 4-12-78, solicitando, em seguida, providências enérgicas no sentido de que sejam os referidos documentos traduzidos o mais depressa possível. Esclarece o Sr. Senador Dirceu Cardoso que o Of. pre-614/72, do

Dr. Mário Bhering, encaminhado ao Dr. John Cotrim, enviado à CPI pelo Presidente de Furnas, não ser o documento solicitado aquele Órgão pela Comissão.

Continuando, o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, concede a palavra ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, Relator, para proceder a leitura de seu Relatório, relativo à primeira fase dos trabalhos desta Comissão, objetivando apurar as denúncias sobre assuntos morais ou técnicos, relacionados com a construção de Angra I, II e III, contidos em reportagem dada a público pela revista alemã "Der Spiegel", que serviu de base aos proponentes da instauração da CPI, assim como se a concepção do acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal sugere revisão, ou não.

O Sr. Presidente sugere à Comissão que a discussão e votação do Relatório sejam feitas na próxima reunião, 3.ª-feira, dia 13, às 10:00 horas. Em votação, é aprovada a sugestão do Sr. Presidente.

Finalizando, o Sr. Presidente comunica que a Comissão deverá deliberar sobre o novo roteiro de trabalho, na próxima reunião, e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA 1.ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO N.º 69, DE 1978, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Itamar Franco  
Relator: Senador Jarbas Passarinho

Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro abertos os nossos trabalhos.

Durante o recesso do Congresso, a Secretaria da Comissão recebeu os seguintes ofícios:

6 de março de 1979.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador Luiz Viana  
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 86 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Alexandre Costa, Italívio Coelho e Murilo Paraíso, pelos nobres Srs. Senadores Passos Porto, Jutahy Magalhães e João Bosco na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução n.º 69, de 1978, a fim de apurar a gravidade dos fatos revelados pela Revista "Der Spiegel", da Alemanha, relacionados com a execução do Acordo Nuclear Brasil-Republca Federal da Alemanha.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Jarbas Passarinho, Líder da Maioria.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso, pela ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tendo em vista a substituição desses três elementos que integraram a Comissão até aqui, em nome da minha bancada, tenho de me congratular com a Comissão pelos três elementos que o Líder da Maioria招招rou para participar dos nossos trabalhos. São homens que conheço; dois deles, há longo tempo. O nobre Senador João Bosco estou conhecendo agora, mas já o conheço de nome, através da sua atuação lá no Amazonas. Mas os outros dois eu conheço de longa data. O nobre Senador Jutahy Magalhães, meu vizinho da Bahia, de uma atuação marcante na vida pública brasileira, um homem de grande honorabilidade, portanto, vai honrar a nossa Comissão. E o nobre Senador Passos Porto, outro homem que conheço desde a NOVACAP, porque ele atuou aqui e saiu incólume, um homem de uma tradição, de uma honorabilidade à toda prova, de uma capacidade de trabalho também à toda prova, Sr. Presidente. Portanto, a Comissão é que deve se orgulhar de ter conquistado esses dois elementos. O nobre Senador João Bosco eu não conheço, mas através de uma tradição larga de atuação na vida pública do Estado do Amazonas eu também o saúdo como um elemento que vai emoldurar a nossa Comissão.

Portanto, é com muita satisfação e em nome da nossa bancada que eu vejo integrarem esta Comissão três elementos do mais alto estofo moral, que a Liderança da Maioria poderia recrutar dentre os seus membros para participar conosco desse trabalho ingente de apuração das responsabilidades no Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Pois não, Senador Dirceu Cardoso, anotamos nos nossos registros as considerações de V. Ex.<sup>a</sup>

Continuando com os ofícios:

#### ELETROBRÁS

Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

pre-1131/78

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1978.

Exmo. Sr.  
Senador Itamar Franco  
Senado Federal  
Brasília — DF.

Senhor Senador:

Em atenção ao Ofício n.º 28/78/CPIAN, de 23 de novembro de 1978, cumpre-me informar a V. Ex.<sup>a</sup> não haver Protocolo de Entrega dos documentos enviados pelo Presidente de Furnas — Centrais Elétricas S/A. ao Presidente da ELETROBRÁS, sobre a contratação das obras civis das Unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, de que resultou o Processo MME n.º 607.213/76, pois sua entrega foi efetuada diretamente ao Presidente desta Empresa, em despacho concedido no dia 24 de setembro de 1976 ao Presidente de Furnas.

Na oportunidade reitero a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de estima e consideração. — Arnaldo Rodrigues Barbalho, Presidente.

Aviso n.º 030/79

Em 17 de janeiro de 1979.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Italivio Coelho  
MD, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada  
pela Resolução n.º 69/79.  
Senado Federal.

Senhor Senador:

Em atenção ao Ofício n.º 37/78/CPIAN, de 4 de dezembro último, de Vossa Excelência, informo que cancelei nesta data, de acordo com o art. 8.º do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, a classificação (SECRETO) do Relatório da Viagem do então Ministro José Costa Cavalcante, a Alemanha, França, Grâ-Bretanha, Canadá, e Estados Unidos da América, realizada no período de 27 de outubro a 30 de novembro de 1968.

Junto encaminho a Vossa Excelência um exemplar do documento em apreço.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração. — Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia.

#### ELETROBRÁS

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

pre-006/79 — Confidencial

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1979

Exmo. Sr.  
Senador Italivio Coelho  
DD. Presidente da CPIAN  
Senado Federal  
Brasília — DF

Senhor Presidente:

Em atenção à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> contida no seu Ofício n.º 40/78/CPIAN, estou enviando, junto à presente, cópia da carta de FURNAS n.º DP.E.062.76 e seus anexos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de consideração e apreço. — Arnaldo Rodrigues Barbalho, Presidente.

#### FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

N. Ref. DP.E.0046.79

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1979

Exmo. Sr.  
Senador Itamar Franco  
DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito  
Sobre o Acordo Nuclear  
Brasil-RFA  
Senado Federal  
Brasília — DF

Assunto: Encaminha documentos solicitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Senador,

1. Acusamos o recebimento do ofício 25/78/CPIAN, de 24-11-78, tratando da mesma solicitação contida no ofício 18/78/CPIAN, de 7-11-78.

2. Conforme informamos a V. Ex.<sup>a</sup> em nossa carta DP.E.397.78, de 16-11-78, não nos fora possível atender, na íntegra, ao pedido contido naquele primeiro ofício, porque um dos seus tópicos se referia a uma carta do Presidente da ELETROBRÁS, "mandando apurar inquérito de Angra I com a Westinghouse", documento este inexistente nos arquivos de FURNAS.

3. Conjugados, agora, os dados constantes daquele primeiro ofício com os fornecidos pelo de n.º 25/78/CPIAN, que indicou a época aproximada da correspondência da ELETROBRÁS. Identificamos o ofício pre-614/72, da Presidência daquela empresa, datado de 15-9-72, e a ata da reunião de Diretoria de FURNAS de 9-11-72, que anexamos à presente, persuadidos de que sejam os documentos que V. Ex.<sup>a</sup> deseja obter, muito embora não ajudam ao tema "inquérito de Angra I com a Westinghouse".

4. Por oportunidade, informamos também que as pesquisas por nós feitas mostraram não ter sido apurada, pelas anteriores Diretorias de FURNAS, qualquer irregularidade nos setores da Companhia incumbidos da realização de concorrências e execução de contratos.

5. Finalmente, em atenção aos ofícios n.os 24 e 27/78/CPIAN, de 23 e 24-11-78, respectivamente, anexamos também à presente os documentos ali solicitados, a saber:

5.1. Contrato da CNO — Construtora Norberto Odebrecht — com FURNAS para as Obras Civis de Angra II e III;

5.2. Relatório Preliminar do Planejamento Integrado das Obras de Angra II e III — Grupo de Trabalho de FURNAS e CNO;

5.3. Relatório da NUS Corporation, relativo à escolha do local de Angra I.

6. Reiterando nossa manifestação no sentido de que estamos ao dispor dessa Comissão para quaisquer esclarecimentos ao nosso alcance, renovamos, na oportunidade, os protestos de nosso alto apreço.

Atenciosamente, — Lúcio Marcelo Seabra, Presidente.

N. Ref. DP.E.050.79

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1979

Exmo. Sr.  
Senador Itamar Franco  
DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre o Acordo Nuclear  
Brasil-RFA  
Senado Federal  
Brasília — DF

Assunto: Documentos solicitados por membros da CPIAN.  
Senhor Presidente,

1. Durante os debates que se seguiram ao depoimento que prestamos em outubro último perante essa CPIAN alguns pontos que prometemos elucidar posteriormente foram levantados pelos ilustres Senadores Jarbas Passarinho e Saturnino Braga.

2. Os documentos abaixo mencionados que anexamos à presente, esclarecem os assuntos abordados àquela época:

— Carta da Westinghouse Electric Corporation datada de 6 de novembro de 1978, confirmado que o contrato de Angra I foi negociado diretamente entre Westinghouse e FURNAS e posicionando a Cobre Maquip S/A como firma consultora da Westinghouse;

— Comentários sobre orçamentos das unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto;

— Tendência das Estimativas de Custos de Investimentos em Hidroelétricas, no Brasil e no mundo (dez. 78).

3. Desejamos reiterar nosso empenho em colaborar para o esclarecimento dos assuntos abordados para essa CPIAN e renovamos os protestos de nosso apreço.

Atenciosamente, — Lício Marcelo Seabra, Presidente.

#### COMENTARIOS SOBRE ORÇAMENTOS DAS UNIDADES II E III DA CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO

1. O custo total das unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, a preços de 1978, totalizam 10<sup>9</sup>Cr\$ 76.361.172 conforme detalhamento constante do Anexo I.

1.1. Ao serem citados valores ou taxas cumpre sempre assinalar a que elementos os mesmos se referem. O quadro abaixo procura relacionar os diversos percentuais de custo e as referências a US\$Kw de acordo com os componentes que se queira considerar.

	10 <sup>9</sup> Cr\$	Participação percentual	US\$ / KW
Custos Diretos	34.574.915	68,8	49,2
Custos Indiretos	15.688.175	31,2	22,3
<b>Subtotal 1</b>	<b>50.263.090</b>	<b>100,0</b>	<b>20,5</b>
Juros durante a construção	19.974.993	—	28,5
<b>Subtotal 2</b>	<b>70.238.083</b>	<b>100,0</b>	<b>26,2</b>
Combustível (carga inicial)	4.382.089	—	5,7
Juros s/combustível	1.741.000	—	2,3
<b>Total</b>	<b>76.361.172</b>	<b>—</b>	<b>100,0</b>
			1704

2. Os valores citados no item 5 da carta DT.I.0132.76 de 10-9-76 (Fernando A. Candelas para DIRETORIA) se referem a um orçamento prévio, a preços de junho de 1976, no qual não estava incluída a parcela de combustível. Esse orçamento foi corrigido posteriormente nele sendo incluída a parcela relativa ao combustível. Para melhor avaliar esses dados observe-se o quadro abaixo:

	10 <sup>9</sup> Cr\$	US\$ / KW
2.1. Orçamento prévio de junho de 76, sem combustível	28.753.000	1069
2.2. Orçamento corrigido de junho de 76, com combustível	32.102.795	1194
2.3. Orçamento prévio de junho de 76 sem combustível, a preços de 1978	56.077.923	1251
2.4. Orçamento corrigido de 76, com combustível, a preços de 1978	64.398.205	1437
2.5. Relações entre os orçamentos:		

	Acréscimo percentual	Em Cr\$	Em US\$ / KW
Orçamento indicado em 2.4	= 2.006	100,6%	20,35%
Orçamento indicado em 2.2			
Orçamento indicado em 2.3	= 1.950	95,0%	17,02%
Orçamento indicado em 2.1			

2.6. Esses dados evidenciam o cuidado que se deve ter na comparação de cifras em seus valores absolutos. Para um aumento de praticamente 100% em termos de cruzeiros entre o orçamento em moeda de 1976 e em moeda de 1978, tem-se um aumento de 20% em termos de dólares americanos. Sendo o orçamento o mesmo, fica evidenciado que a referência em US\$ / KW também sofre a distorção devida a desvalorização da moeda americana.

2.7. Comparando-se o atual custo estimado de 10<sup>9</sup>Cr\$ 76.361.172 (veja-se item 1.) com o orçamento total de 1976 corrigido para 1978 tem-se:

10<sup>9</sup>Cr\$ 76.361.172 = 1.1858 ou seja 18,58% de acréscimo

10<sup>9</sup>Cr\$ 64.398.205

US\$ 1704 / KW = 1.1858 ou seja 18,58% de acréscimo.

US\$ 1437 / KW

2.8. Os resultados acima mostram que o conhecimento melhor do projeto e demais condições da obra só acrescentaram às estimativas previas de 1976, 18,58% no custo total das unidades.

3. Referindo-se novamente ao item 5. da DT.I.0132.76 com relação à cifra de 10<sup>9</sup>Cr\$ 1.897.000, citada como custo total das obras civis das unidades II e III, cumpre assinalar que ela é composta dos seguintes itens, a preços de junho de 1976 e corrigido monetariamente para junho de 78:

	10 <sup>9</sup> Cr\$ Junho 76	10 <sup>9</sup> Cr\$ Junho 78
Escavações, aterros, infra-estrutura e superestrutura	1.432.000	2.872.591
Instalações do canteiro	225.000	451.350
Operação e manutenção do canteiro	240.000	481.400
<b>Total</b>	<b>1.897.000</b>	<b>3.805.381</b>

3.1 No orçamento atualizado a preços de 1978 (veja-se Anexo I) aparece a cifra de 10<sup>9</sup>Cr\$ 5.574.167 sob o título de Obras Civis. Sem maiores explicações comparando-se esse valor com o citado na carta DT.I.0132.76, devidamente corrigido monetariamente para 1978 (de 10<sup>9</sup>Cr\$ 1.897.000 para 10<sup>9</sup>Cr\$ 3.805.381) há um aparente acréscimo de 46,40%. Tal comparação não é válida pois sob o título de Obras Civis, constante do atual orçamento, há itens que não foram incluídos no valor indicado de 10<sup>9</sup>Cr\$ 1.897.000 tais como: vila residencial de Mambucaba (por não estar no escopo dos serviços contratados com a C.N. Odebrecht), proteção marítima (não prevista na época) e serviços públicos e urbanização na área da Usina (não considerado na ocasião). Abatendo-se portanto valores correspondentes a essas partes tem-se:

	10 <sup>9</sup> Cr\$
Obras Civis estimados (Anexo I)	5.574.167
Vila Residencial de Mambucaba	(1.202.297)
Proteção Marítima	( 771.164)
Serviços públicos e Urbanização	( 193)
<b>Subtotal</b>	<b>3.600.513</b>
Instalação do Canteiro	818.759
Operação e Manutenção do Canteiro	811.066
<b>Total</b>	<b>5.228.338</b>

Esse valor, comparado com o equivalente aos mesmos serviços do orçamento citado na DT.I.0132.76, devidamente corrigido para 1978, dá:

10<sup>9</sup>Cr\$ 5.228.338

= 1.3739 ou seja 37,39% de acréscimo.

10<sup>9</sup>Cr\$ 3.805.381

Comparando-se o total de obras propriamente ditas (subtotal 10<sup>9</sup>Cr\$ 3.600.513) com os mesmos serviços do orçamento anterior corrigido (10<sup>9</sup>Cr\$ 2.872.591) tem-se:

10<sup>9</sup>Cr\$ 3.600.513

= 1.2534 ou seja 25,34% de acréscimo.

10<sup>9</sup>Cr\$ 2.872.591

Analizando os acréscimos de 37,39% e 25,34% verifica-se que o aumento maior verificou-se na parte de instalações de canteiro e operação e manutenção do mesmo, subestimados no orçamento de 1978.

#### FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

##### Custo total

##### CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO (Unidades II e III) — 2490 MW

Valores em 10<sup>9</sup>Cr\$ — Base: preços de 1978

Cr\$ 18 = 1 US\$

	Custo total	Participação percentual
<b>1. Custos Diretos</b>		
1.1. Terrenos	30.922	—
1.2. Obras Civis	5.574.167	11,1 7,9 7,3
1.3. Equipamentos e Montagens	25.654.475	51,1 36,6 33,6
1.4. Eventuais	3.315.281	6,6 4,7 4,4
1.5. Total dos Custos Diretos	34.574.915	68,8 49,2 45,3
<b>2. Custos indiretos</b>		
2.1. Canteiros e Acampamento	1.627.825	3,2 2,3 2,1
2.2. Engenharia	9.484.829	18,9 13,5 12,4
2.3. Fiscalização	1.248.421	2,5 1,8 1,6
2.4. Administração Geral Capitalizada	3.327.100	6,6 4,7 4,4
2.5. Total dos Custos Indiretos	15.688.175	31,2 22,3 20,5

3. Subtotal (sem juros e s/combustível)	50.263.090	100,0	71,6	65,8
4. Juros durante a construção	19.974.993	—	28,5	26,2
5. Subtotal (s/combustível)	70.238.083	—	100,0	92,0
6. Custo US\$ / KW (sem combustível)	US\$ 1.567 / KW	—	—	—
7. Combustível (carga inicial)	4.382.089	—	—	5,7
8. Juros sobre combustível	1.741.000	—	—	2,3
9. Custo total	76.361.172	—	—	100,0
10. Custo US\$ / KW	US\$ 1.704 / KW	—	—	—

Westinghouse  
Electric CorporationDaniel W. W.  
Vice-presidente  
LatinoaméricaWalter J. G.  
Presidente  
Furnas Eletric Co.

November 6, 1978

Dr. Lúcio Seabra  
President  
Furnas Centrais Elétricas S.A.  
Rua Real Grandezza 219  
Rio de Janeiro, Brazil

Dear Dr. Seabra:

We understand that you wish to have clarification of the Westinghouse relationship with Cobrel Magquip S.A., with regard to the contract for the supply of the Angra I Nuclear Power Plant.

We are pleased to inform you that Westinghouse employees negotiated this contract directly with Furnas, utilizing the services of Cobrel in an advisory capacity.

Cobrel is and has been for many years the Westinghouse Power Systems technical advisor and was used in this capacity on Angra I. They do not have nor have they ever had the power to commit or bind Westinghouse in any manner.

Sincerely yours,

ELETROBRÁS

CENTRAL DE INVESTIGAÇÕES

Encaminhado

pre-614/78

C.O.N.F.I.D.E.N.C.I.A. 4

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1978

Ilmo. Sr.  
Dr. JOHN REGINALD COTRIM  
D.D. Presidente de  
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.  
Rua Real Grandezza, 219  
N E S T A

Senhor Presidente:

Levamos ao conhecimento de V. Ex.ª que a Diretoria Executiva, em reunião desta data, tomou conhecimento de relatório apresentado pelo Conselho de ELETROBRÁS, aprovando as suas conclusões e, em consequência, a adoção das seguintes medidas:

- 1 - Expedição de carta à FURNAS - Centrais Elétricas S.A., para comunicar que, de acordo com relatórios e documentos recebidos pela ELETROBRÁS, ficou apurado que não totalmente infundadas as declarações feitas por empregado desta Empresa a respeito do procedimento irregular de membros da Diretoria de FURNAS, relativo por quê a mesma continua a exercer integral continhança e atuação por Diretor da ELETROBRÁS, entendendo-se este nomeado ao ex-diretor da referida subsidiária, que recentemente renunciou ao seu mandato.
- 2 - Recomendar à FURNAS que tome as providências cabíveis para o completo esclarecimento de eventuais irregularidades cometidas nos negócios da Empresa, incumbindo da realização de concorrências e execução de contratos.

Aproveitamos o encargo para renovar a V. Ex.ª as expressões de elevada estima e distinta consideração.

Em seu favor o Encarregado  
do 1º Ofício  
de 1978

MARIO PIMENTA PIMENTEL

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Estes documentos se encontram à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, pela ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, há uns expedientes por mim solicitados dos quais até agora não tive notícia. É o célebre relatório da Hochtief e da D'Appolonia. Também, Sr. Presidente o requerimento que eu fiz ao Juiz de Direito de Angra dos Reis para, através do Cartório de Protestos daquela Comarca, remeter para aqui a relação dos títulos protestados, na ocasião, da Odebrecht; os títulos protestados na época em que lhe foi adjudicada a construção de Angra II e III.

O SR. PASSOS PORTO — Da Odebrecht?

O SR. DIRCEU CARDOSO — É que na ocasião li aqui um relatório de um engenheiro de FURNAS, que dizia que ela não tinha idoneidade financeira, porque tinha títulos protestados. Então, eu requeri ao Presidente que solicitasse do Juiz de Direito de Angra dos Reis, que remetesse aqui a relação de títulos protestados da Odebrecht naquela ocasião, porque isso é fundamental. O engenheiro de FURNAS disse que ela não tinha idoneidade financeira.

O SR. PASSOS PORTO — Nós, que conhecemos a Odebrecht, sabemos que ela, além de alta idoneidade financeira, é uma das melhores empresas de tecnologia existente no Brasil.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agora! Depois da torrencial irragação que sofreu do Governo. Mas, na época em que lhe foi adjudicada a construção de Angra II e III, estava tomando biscoito de criança na rua. Desculpem-me a expressão.

O SR. PASSOS PORTO — Eu conheci o pai da Odebrecht.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu conheci também, e vou dizer mais: eu conheço a Odebrecht, ela foi uma firma poderosa; quebrou; agora está uma firma poderosa novamente. Eu conheço o currículum vitae dessa empresa.

Sr. Presidente, já que não veio a resposta, eu insisto que se peça ao Sr. Juiz de Direito. No dia 4 de dezembro foi solicitado e até hoje o Juiz não mandou.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Veja V. Ex.ª que a data é de 4 de dezembro de 1978, não houve resposta, lamentavelmente o recesso do Congresso impede os trabalhos da Comissão, razão pela qual a Secretaria vai diligenciar no sentido de obter essa resposta.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, outra coisa que requeri: quando o Sr. Odebrecht vier depor, que ele traga o livro de transferência de ações.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Anotado, Sr. Senador Dirceu Cardoso.

É com prazer que eu passo a palavra ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este relatório que eu me propus fazer é o resultado de 15 dias de leitura continua das centenas de páginas dos depoimentos obtidos. Por 15 dias, praticamente em tempo integral, eu me dediquei a analisar os depoimentos, e em alguns casos cotejá-los com fitas magnéticas que o Serviço prestimosamente aqui nos ofereceu.

O que se contém no relatório é portanto tudo que é extraído dos depoimentos em face das denúncias levantadas. Eu só lastimo não ter posto o número das páginas porque, como nós recebemos este material imediatamente após o Serviço de Taquigrafia havendo preparado, a numeração das páginas é apenas a numeração da Taquigrafia; mas, é fácil, em qualquer momento, localizar os trechos que eu aspeciei nos depoimentos que eu cito.

Pergunto a V. Ex.ª, Sr. Presidente, apenas como orientação para os nossos trabalhos, e como o relatório tem 36 páginas datilografadas, se V. Ex.ª prefere que ele seja lido no todo e comentado a seguir, ou se V. Ex.ª deseja que o Relator interrompa a leitura a cada momento que se torne oportuno, ao alvedrio de cada Sr. Senador. Tenho a impressão que a primeira sistemática de trabalho é mais ordenada. As dúvidas que surgissem poderiam ser anotadas e a discussão se faria a posteriori. Mas, submeto a V. Ex.ª qualquer uma das duas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tenho a impressão de que a primeira sistemática é a melhor. V. Ex.ª poderia proceder à leitura do Relatório; os Srs. Senadores anotariam aqueles pontos de dúvidas, aqueles pontos que gostariam que fossem esclare-

cidos, e posteriormente à leitura o debate seria iniciado, com cada Senador interessado na discussão do Relatório de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Em alguns casos, Sr. Presidente, eu me permitiria, já que todos os Srs. Senadores têm cópia do Relatório, não ler no todo, certas coisas, por exemplo: Exigüidade do prazo.

Começo declarando que foi muito claro que o prazo foi muito exiguo para nós averiguarmos tudo aquilo a que a Comissão se propunha. Eram 90 dias, que na verdade corresponderiam a 60 de prazo, de trabalho regular do Senado Federal.

Por isso, Sr. Presidente, a primeira conclusão deste Relatório parcial é a proposta da prorrogação da presente CPI, até o término da sessão legislativa atual.

### 1. Exigüidade do prazo

Bem claro ficou, desde a instalação da CPI, que o prazo de noventa dias era absolutamente insuficiente para a conclusão dos trabalhos. Ainda assim, decidiu a Comissão iniciar as investigações, trabalhando, por vezes, durante 14 horas numa jornada, até que, por imperativo constitucional, suspendeu suas atividades no dia 5 de dezembro de 1978, para reiniciá-las a 1º de março de 1979. Como certamente será, ainda, insatisfatório o mês que resta para completar o prazo concedido (uma vez que, pelo art. 77, § 3º do Regimento Interno é ele interrompido ao iniciar-se o recesso), será necessário solicitar a prorrogação do prazo até o término da sessão legislativa atual.

### 2. Sistematica dos Trabalhos

Em conformidade com o estabelecido na primeira reunião da CPI, aprovada que foi a proposta do Relator, a CPI deveria apurar:

a) as denúncias sobre assuntos morais ou técnicos, relacionados com a construção de Angra I, II e III, contidos em reportagem dada a público pela revista alemã *Der Spiegel*, que serviu de base aos proponentes da instauração da CPI; (Pausa.)

Os novos companheiros que estão chegando, aqui, são todos novos no Senado, sabem que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi obtida com a assinatura dos membros da Bancada do MDB e mais alguns Srs. Senadores da ARENA, diante, sobretudo, da publicação que se fez, muito farta na ocasião, na imprensa brasileira, reproduzindo uma reportagem que foi dada a público na Alemanha, para a Revista *Der Spiegel*. (Pausa.)

b) se a concepção do acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal sugere revisão, ou não.

Premida, possivelmente, pela repercussão, com caráter inevitável de escândalo, das denúncias da revista alemã, a CPI debruçou-se, de pronto, sobre elas, ouvindo sucessivamente os Srs. Arnaldo Barbalho (11 de outubro), Presidente da Eletrobrás; Ubirajara Cabral (13 de outubro), Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Paulo Nogueira Batista (13 de outubro), Presidente da Nuclebrás; Antônio Pádua Seixas (23 de outubro), Diretor do Ficre do Banco Central; Fernando Candeias (24 de outubro), ex-Diretor Técnico de Furnas; Lícinio Seabra (24 de outubro), Presidente de Furnas; Antonio Carlos Magalhães (31 de outubro), ex-Presidente da Eletrobrás; Franklin Fernandes Filho (21 e 22 de novembro), ex-Administrador do Projeto Angra I; Luís Cláudio de Almeida Magalhães (23 de novembro), ex-Presidente de Furnas, e Emílio Cláudio Lemme (28 de novembro), ex-Chefe do Escritório de Obras de Angra.

Por ai podem ver, sobretudo os novos membros da Comissão, como, instalada no dia 4 de outubro, a Comissão explorou todo o mês de outubro; como sabem, estávamos em pleno período de campanha eleitoral.

Então, nós que aqui ficamos, prejudicamos os interesses partidários, mútuos, do MDB e da ARENA, fazendo com que se recolhessem algumas dezenas de horas de depoimentos. Eu creio, até, que, somados todos, tivemos cerca de uma centena de horas de depoimentos.

Depois, apenas após as eleições de 15 de novembro nós nos reunimos de novo, e tivemos, então, quatro depoimentos.

Durante os depoimentos, apesar de eles estarem mais voltados para as denúncias referidas, sempre que se deu o ensejo para inquirir-se a respeito da concepção do programa nuclear brasileiro, aproveitou-se essa oportunidade. Particularmente nos depoimentos do Dr. Barbalho, Dr. Paulo Nogueira Batista e Dr. Luis Cláudio Magalhães a inquirição dos membros da CPI se deteve na apreciação do programa nuclear, sob o ângulo de sua oportunidade. Em geral, porém, foram as acusações sobre irregularidades, técnicas ou morais, que tomaram a maior parte do tempo.

### 3. Conclusões parciais

Depois de ouvir dez depoimentos, que consumiram dezenas de horas, e de realizar diligências, a CPI reinicia suas atividades podendo resumir, como a seguir, o estado em que se encontram as averiguações, quer levando a conclusões, quer suscitando dúvidas a serem oportunamente esclarecidas.

#### 3.1 Sobre o que a "Der Spiegel" veiculou

##### a) Desvio de milhões de dólares;

Agora, os Srs. Senadores têm aí o trecho da denúncia, todo sublinhado:

"Obscura é a diferença de algumas centenas de milhões de dólares, que apareceu nas contas brasileiras. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pela transferência para o exterior, afirma que o Brasil pagou 400 milhões de dólares pela tecnologia. Contudo a 'holding' estatal NUCLEBRAS não quer saber disso: somente 104 milhões foram pagos a contratantes estrangeiros. Até agora nenhum militar conseguiu esclarecer o que aconteceu com os restantes 296 milhões e tampouco quem é o felizardo que os recebeu." (*Der Spiegel*)

Esta é a declaração, *ipsis litteris* da revista.

Depois de comparar os depoimentos dos Srs. Ubirajara Cabral, Presidente do INPI, Paulo N. Batista, Presidente da NUCLEBRAS, e Antônio de Paula Seixas, Chefe do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, do Banco Central, foi fácil chegar à conclusão de que a notícia é inteiramente destituída de fundamento. Em verdade, nenhum conflito existe entre os dados do INPI e da NUCLEBRAS. Enquanto o primeiro analisa todos os projetos que implicam transferência tecnológica e faz o competente registro, a NUCLEBRAS solicita os pagamentos à medida que se faz necessário.

O INPI, de acordo com a Lei n.º 5.772/71, cujo artigo 126 define tecnologia, analisa os contratos de transferência tecnológica, registra-os e averba-os no Banco Central. Em média, os prazos de pagamento são de 10 anos. Tais contratos, no que tange à energia nuclear, não se limitam à NUCLEBRAS, mas igualmente a Furnas e às firmas privadas de engenharia e fabricantes de equipamentos.

Isso é interessante notar, porque os dados de 400 milhões, a que se refere a revista, seriam só com a NUCLEBRAS, quando na verdade entra a NUCLEBRAS, entram as firmas de engenharia e FURNAS.

Para essas três famílias diversas, de compradores de tecnologia, o INPI havia registrado, no Banco Central, até 30 de setembro de 1978, um total, em diversas moedas, equivalente a ... US\$ 522,950,011,00, e não apenas de 400 milhões de dólares. Desse montante, em alguns casos, para ser pago dentro de até 15 anos, o Banco Central, entre desembolsos (fundos existentes no exterior) e remessas (saídas do Brasil), havia despendido, até a mesma data, com relação à NUCLEBRAS, US\$ 25,890,218,00; com FURNAS, US\$ 17,002,600,00 e com o grupo de fornecedores e firmas de engenharia, US\$ 4,228,334,00, num total de US\$ 47,121,152,00.

Ai — eu me dirijo especialmente aos novos membros da Comissão —, uma informação de que haviam sido pagos 400 milhões de dólares; o total pago às três famílias, era de 47.

O Banco Central juntou todos os certificados de registro correspondentes. O registro contábil do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha mostra irrefutavelmente o absurdo da denúncia de desvio de 296 milhões de dólares. Talvez a revista haja confundido o valor global averbado (no caso quase 523 milhões e não 400) com o efetivamente desembolsado. Ainda assim, não há como chegar aos 104 milhões de dólares que ela afirma haver a NUCLEBRAS pago de transferência tecnológica, pois o montante a pagar é superior a 185 milhões de dólares e o realmente pago cerca de 26 milhões. São 26 milhões, 890 mil e 218.

Então, os Srs. Membros da Comissão consideram esta denúncia como totalmente invalidada; ela é fruto de uma vocação, que se verifica não só na imprensa brasileira. Muitas vezes a gente se queixa de que há determinados órgãos da imprensa brasileira voltados para o escândalo; mas, aqui está a imprensa de uma nação das mais civilizadas do mundo, e no entanto vê-se a facilidade, a levianidade com que se assaca uma acusação desta. E milhões de leitores americanos devem ter ficado, nesta altura, com a impressão de que o Brasil é um País tão feito de ladravazes, que na hora de pagar 400 milhões já embolsa 196 por sua conta.

O SR. — Eu queria, e gostaria de ouvir o seu relatório, por todos os motivos, pelo assunto e pelo Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito obrigado.

O SR. — — Mas, sou constrangido a me ausentar, por imperiosos deveres. Assim, peço que não tome como desatenção e ao mesmo tempo me perdoe.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Absolutamente. Os deveres ganham e eu perco.

A segunda denúncia da revista era a de que havia tubos supérfluos, que entretanto continuavam sendo produzidos e entregues no canteiro de obras, amontoando-se lá e inteiramente desnecessários.

Dizia a revista:

b) Tubos supérfluos

"Os tubos de aço supérfluos continuam se amontoando. O contratante brasileiro simplesmente ignora que os tubos não estão mais sendo usados e continua fornecendo a todo vapor... Quanto mais cara a construção, maior o lucro para os acionistas. Um deles foi antigamente diretor da Odebrecht, até que um cargo no governo lhe aparecesse: Calmon de Sá foi nomeado, em 1977, Ministro da Indústria e do Comércio."

Nós nos detivemos nisto. Fizemos inquições duras, e eu me permitiria, neste passo, me remontar às palavras iniciais do nobre Senador Dirceu Cardoso, quando saudou os novos companheiros de Comissão, para dizer a esses novos que o ambiente que nós mantivemos aqui, durante todo o tempo em que a Comissão funcionou, foi sempre suprapartidário. Nós nos consideramos como Señadores da República interessados em investigar a verdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O grande vetor desse nosso procedimento, além da Presidência, foi a figura do nosso Relator, que conduziu magnificamente o trabalho de apanhamento dos depoimentos, durante o trabalho da Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso é generosidade de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, senhor; justiça!

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Todos os depoentes, que tiveram ou têm responsabilidade técnica na construção da Central Nuclear de Angra, foram unânimes em considerar inepta a denúncia. Exatamente ao contrário do afirmado, os tubos são cada vez mais necessários, pois o subsolo da praia de Itaorna é caracterizado pela presença de matacões, que obrigam a sua utilização.

O nobre Senador Dirceu Cardoso se referiu aqui, várias vezes, até com uma expressão jocosa: chamou de solo podre.

Então, esses matacões existem em maior quantidade do que inicialmente pensavam; consequentemente, os tubos são em quantidade necessária maior do que anteriormente supunham.

Assim respondeu o Dr. Fernando Candeias a essa denúncia:

"Há um engano, sobre a mecânica do contrato. A construtora Odebrecht não tem controle sobre o custo total das obras. Nenhuma compra é feita se não for autorizada (por FURNAS). Quanto à compra para Angra, limita-se ela a dois grupos: aquele que está diretamente ligado à Angra, e aquele que autoriza a construtora a comprar. FURNAS compra diretamente o que não pode servir de pretexto para atraso de obras; por exemplo, cimento, areia, ferro. O que pode servir de pretexto à construtora é a compra de acordo com as ordens emanadas das firmas (FURNAS)..."

Com isso, o Dr. Fernando Candeias mostrou claro que a primeira parte da insinuação da revista não tinha também cabimento; quer dizer, que quanto mais cara a construção, maior o interesse da Odebrecht, para o maior interesse dos seus acionistas. Este esclarecimento é importante, pois prova, desde logo, que só seria possível encarecer deliberadamente a obra com a conivência do poder público (FURNAS).

O fato poderia ser verdadeiro, mas, para ser verdadeiro, tinha que ser a várias mãos e o poder público tinha que estar envolvido nisto.

Ademais, a revista alemã é simplista, quando diz que seria maior o lucro dos acionistas. Se assim é na Alemanha, não o é necessariamente no Brasil, onde o acionista de sociedades anônimas participa, por força de lei, proporcionalmente às ações em seu poder, de 25% dos lucros. Essa participação é modesta e, em regra, abaixo do percentual correspondente à inflação anual.

Sabemos todos que, hoje, um problema nosso de economia individual, é fugir exatamente das ações porque as ações remune-

ram menos que os papéis do Estado, as ORTN, as OLTN e assim por diante.

Então, com a nova lei das sociedades anônimas, as sociedades são obrigadas a destacar 25% dos seus lucros, mas esses 25% distribuídos pelos seus acionistas na verdade estão dando dividendos bem abaixo do total de 40% ao ano, que foi a inflação brasileira.

A insinuação da revista teria algum sentido se o Sr. Angelo Calmon de Sá fosse diretor da Odebrecht, porque então ai ele ganharia nos lucros repartidos do resultado anual; o que não é verdade, pelo menos há 12 anos.

Entretanto, se o fornecimento de tubulões fosse supérfluo, estariam diante de desperdício criminoso do dinheiro público. São os tubulões necessários ou supérfluos? — eis o que restava apurar. Para isso, é preciso entender o processo utilizado para o estaqueamento do terreno.

Inicialmente, os planos previam a utilização de tubulões com camisas recuperáveis. O problema superveniente, representado pelos matacões, levou ao abandono de grande parte de tubulões, com suas camisas. Ao contrário, pois, do afirmado, os tubulões são até mais necessários agora que anteriormente.

Ouvímos o Dr. Lícínio Seabra, que foi um homem aqui muito louvado pela forma franca e séria com que respondeu. Diz ele:

"O que ocorre é justamente o contrário do que afirma a 'Der Spiegel'. A técnica inicial, inclusive por recomendação de técnicos alemães, era fazer as estacas sem as chamadas camisas perdidas, quer dizer, tinha apenas a camisa de escavação, que era removida e depois recuperada; camisa recuperável é o termo. Com as dificuldades encontradas na execução, passou-se a adotar camisas perdidas, depois de uma discussão técnica muita intensa. É feita a perfuração e a camisa permanece como parte integrante da estaca."

É fácil para qualquer um leigo, que não seja engenheiro, entender: estakeava-se, havia uma camisa de envolvimento da estaca que era depois retirada e usada em outra estaca. Mas, diante do problema técnico do subsolo foi preferível deixar a própria camisa envolvendo a estaca no lugar.

"Hoje" — diz ele —, "adotamos na obra dois processos: onde as condições do solo permitem, recuperamos a camisa; e onde as condições não permitem, elas ficam. A partir dessa decisão foram encomendados os tubos. É justamente o oposto (do alegado). Os tubos estão chegando, estão lá estocados, porque há, realmente, problema de entrega; e eles estão sendo e vão ser utilizados até o último. É uma informação (da revista) totalmente distorcida, maliciosa ou, então, proveniente de má fé."

Mesma é a linha de raciocínio do Dr. Luís Cláudio Magalhães:

"Até onde tenho conhecimento, não é verdade (que os tubos sejam supérfluos) porquanto qualquer compra é determinada por FURNAS, não é determinada pelo empreiteiro."

O recurso de que o Relator está usando, e que os nobres Senadores estão vendo, é de colocar entre parênteses as palavras que não estão diretamente no depoimento mas que completam o entendimento. Por exemplo, quando ele diz assim: "não é verdade". "Não é verdade", eu estou tirando parte de uma resposta a uma pergunta que diz assim: É verdade que os tubos são supérfluos? Ele diz: "Não é verdade." Mas, se eu digo só "não é verdade", não estou dizendo do que se trata; então, ai, eu escrevo entre parênteses: que os tubos sejam supérfluos.

Estas compras são feitas de acordo com as necessidades de construção das fundações. E até onde é do meu conhecimento, isso não ocorreu na minha administração. E, acredito, que muito menos na administração do Dr. Seabra."

c) Estacas defeituosas

A revista Der Spiegel começa por afirmar que o custo de uma estaca é de 250.000 dólares. O Dr. Candeias estima o custo de 25 a 30 mil cruzeiros por metro linear. Como, em média, as estacas atingem 30 metros, o custo seria da ordem de 800 a 900 mil cruzeiros, ou sejam 40 a 50 mil dólares. Ademais, à proporção que o número de estacas aumenta, o custo cai. De qualquer modo, fica muito aquém dos 250 mil dólares referidos.

O Dr. Lícínio, sem maiores explicações, estima o custo médio de uma estaca em 35 mil dólares. Essa média fica aproximada da do Dr. Candeias, em cruzeiros.

Um jornal brasileiro publicou um relatório da firma construtora D'Apolonia Consulting Engineers Inc., dizendo-o confidencial,

e segundo o qual haviam sido constatados defeitos em 46 estacas, por isso condenadas. O Dr. Licínio, em seu depoimento, ratificou uma nota oficial de FURNAS, que afirma:

1º — O relatório da D'Apolonia é um documento técnico, distribuído no escritório de FURNAS, no Rio, e no canteiro de obras, em Angra, para consulta. Nada tem de secreto ou confidencial;

Mas, eu vi, realmente, esse relatório publicado, inclusive quando o Senador Dirceu Cardoso chamou a atenção para ele, publicado se não estou equivocado no Estado de S. Paulo, com o carimbo de confidencial. Mas, o Dr. Licínio sustentou aqui, na nossa presença, que o documento era ostensivo, em circulação apenas restrita no canteiro. Pode ser que alguém tenha carimbado confidencial para causar maior efeito.

2º — FURNAS tem, igualmente, como consultante, a Tecnosolo;

3º — Até abril de 1978, haviam sido cravadas 150 estacas, das quais a D'Apolonia julgou 46 suspeitas;

4º — O grupo de controle de qualidade, da CNO. Construtura Norberto Odebrecht ouvida a Hochtief, opinou que apenas 14 delas mereciam tal classificação;

5º — FURNAS, com o parecer favorável da D'Apolonia e Tecnosolo, — informação, insisto, do Dr. Licínio Seabra — concluiu que 10 estacas deveriam ser submetidas a ensaios, número acrescido de mais 8 estacas executadas depois de abril;

Então, notem bem que até abril havia 150 estacas feitas; depois de abril continuou a construção de estacas, então, mais oito foram consideradas suspeitas, quando já estavam cravadas quantas estacas? Trezentas e quarenta e três estacas. Das trezentas e quarenta e três estacas, dez, mais oito, suspeitas.

6º — As 18 estacas foram submetidas a ensaio mecânico e a ensaio geofísico;

7º — Os resultados conhecidos até o momento do depoimento do Dr. Licínio indicavam que apenas 1 estaca estava recusada. Os testes prosseguiam, nas demais, até então com resultado favorável.

Estou me reportando, insisto, ao relatório feito em janeiro deste ano, mas com dados de depoimentos de outubro.

Quanto ao custo alegado pela Der Spiegel, com evidente propósito de enfatizar um absurdo, um despropósito, — que seriam duzentos e cinqüenta mil dólares por estaca — fica bem claro que é totalmente descabido. Quanto aos defeitos nas estacas, que se pretendeu considerar como resultado de incompetência, afirmam os engenheiros que se trata de uma ocorrência natural e, em grande parte, no caso, derivada do pioneirismo da obra. Tanto assim, que à proporção que ela prossegue cresce a eficiência, como se deduz desta afirmação de FURNAS: (É da nota de FURNAS. Quando digo FURNAS, aqui, é porque é a própria nota oficial de FURNAS.)

"Deve-se registrar que as primeiras 100 estacas foram executadas em 8 meses e meio, com 10 suspeitas; as seguintes 100 estacas foram executadas em 4 meses, com 7 suspeitas; e as mais recentes 143, em 3 meses, com apenas 1 suspeita."

Ora, sendo verdadeiro este dado que FURNAS forneceu, verifica-se claramente que o trabalho pioneiro inicial realmente foi mais suscetível de apresentar defeitos. Vejam a velocidade da construção e a diminuição do número de suspeções de estacas.

Vale transcrita, ainda, esta passagem da nota oficial de FURNAS:

"A estimativa do custo médio por estaca, de US\$ 35,000,00, referida a junho de 1978, e a sua pequena incidência sobre o custo total das instalações, já foram objeto de informações prestadas pela empresa. Tratando-se de assunto eminentemente técnico, FURNAS está disposta a colher opiniões e críticas. Lamenta, porém, não poder levar em consideração os comentários de uma "equipe de engenheiros consultores" de composição anônima, que se permite emitir conceitos definitivos com base em relatórios não conclusivos e sem o conhecimento pleno de informações."

Vamos traduzir esta opinião de FURNAS. Apareceu no jornal a idéia de que a D'Apolonia tinha considerado suspeitas as 46 estacas, ou que houve suspeções em 46 estacas, distinção que o Dr. Dirceu fazia sempre. Na verdade, diz FURNAS, não havia só a D'Apolonia; havia a Tecnosolo e a Hochtief, e não era o relatório da D'Apolonia conclusivo, eram relatórios iniciais para o debate,

tanto que ela sentou à mesa com a Tecnosolo e reduziu o número de suas suspeções de 46 para 16. Este é o ponto de vista de FURNAS.

De fato, tudo leva a crer que haja vazado para a imprensa estrangeira e nacional, uma informação preliminar, tomada como definitiva. Assim é que ao fazer o "relatório de não conformidade", a firma consultora D'Apolonia não estava liminarmente considerando rejeitadas as estacas suspeitas, mas recomendando, naturalmente, fossem elas testadas, o que é feito sob a supervisão de FURNAS, pelo grupo de controle de qualidade da construtora, assessorado pela consultora alemã. Do estudo subsequente, vê-se que de 18 estacas consideradas suspeitas, ficaram 10 como tal consideradas, com a aprovação da D'Apolonia. Isso não foi feito com prejuízo da segurança, mas como resultado de uma avaliação mais precisa. De resto, uma estaca rejeitada não implica a necessidade de substitui-la por outra.

Este é outro ponto interessante: uma estaca perdida não significa que deva ser substituída por outra estaca. Basta redistribuir o esforço pela laje, ignorando a estaca condenada. Estacas com defeito podem igualmente ser recuperadas. Finalmente, há que considerar o papel da CNEN, que também faz a sua análise e dá a palavra final e, nas palavras do Dr. Licínio, "se não se fizer tudo de acordo com as normas técnicas, não será colocada a laje, em cima".

Então, para ser colocada a laje sobre as estacas era preciso que o CNEN desse a autorização.

#### d) Localização da central nuclear

Foi outro ponto aqui muito debatido. Esta passagem que vou ler, Srs. Senadores, da revista alemã, ela me parece não só padecendo daquilo que antes já classificamos, como agora, também, de uma arrogância muito grande. A revista, depois de dizer que a localização tinha sido feita mais ou menos à la diable, diz isto que eu sublinho. Há uma pasta que os Srs. devem receber, acho que o Presidente tomaria a iniciativa de distribuir aos novos Senadores. A documentação básica está lá, inclusive o artigo da Der Spiegel traduzido. Desse artigo eu fui pinçando partes, e vejam esta:

"Nenhum ser humano, muito menos um alemão, pode dizer porque justamente esse lugarejo (Angra dos Reis — praia de Itaorna) foi escolhido para construção de reatores nucleares. Nas proximidades — e isso significa no Brasil pelo menos quatro horas viajando de automóvel — não existe um centro industrial digno de nota ou mesmo uma região que pudesse consumir a energia elétrica ou oferecer mão-de-obra. Mesmo os amigos do projeto não conseguem um argumento para justificar o escorregadio local escolhido."

Esta é a declaração da revista alemã, e chamo a atenção para o preâmbulo, "Nenhum ser humano, muito menos um alemão, seria capaz de localizar ai esta usina."

A parte a arrogância do texto ("Nenhum ser humano, muito menos um alemão"...), o que se poderia dele inferir é uma irresponsabilidade tamanha, que levasse o Brasil a escolher o local de construção de sua primeira central nuclear com a displicência de quem escolhe uma gravata e sem sequer o zelo com que uma doméstica escolhe os tomates na feira. Em seu depoimento, o Dr. Licínio fez um histórico da localização, que passamos a resumir.

A CNEN havia feito estudos preliminares, entre 1959 e 1964, para a localização da usina Almirante Álvaro Alberto, optando pelo litoral fluminense, em Grumari, Ponta Negra e Mambucaba, de acordo com as condições determinadas pelas "Normas para a escolha de locais para instalação de reatores de potência". Entre outros fatores consideraram-se: 1) densidade demográfica; 2) hidrologia; 3) meteorologia; 4) geologia; 5) sismologia; 6) características básicas dos reatores, e 7) aspectos relativos à engenharia civil. Do ângulo da economicidade, consideraram-se: 1) topografia; 2) condições de acesso; 3) transporte de cargas pesadas; 4) proximidades de centro de consumo; 5) infra-estrutura de apoio às obras.

Vejam os dados que são parâmetros a serem levados em consideração na escolha da localização. FURNAS contratou uma firma internacionalmente famosa no exterior, a firma norte-americana Nus Corporation. Duvido que a revista Der Spiegel considere que ela seja incapaz para escolher a localização de uma usina nuclear. Até porque, como todos nós sabemos, a América do Norte partiu na frente no conhecimento da tecnologia do ciclo do átomo. A Nus Corporation é hoje uma firma internacionalmente famosa e consultora em todo o mundo. Começou por ela, que iniciou seus serviços em fevereiro de 1969, aproveitando os estudos preliminares

da CNEN. Daí começaram os descartes de locais. Grumari foi abandonado devido aos altos custos de desapropriações inevitáveis.

Então, entrou a economicidade como fator preponderante.

Em julho de 1969, a Nus Corporation realizou um completo reconhecimento aéreo, fixando-se, como resultado, na praia de Itaorna, que passou a ser alvo de avaliações intensivas, do que resultou a preferência por ela, já se levando em conta a possibilidade de ampliação de 1 para 3 usinas.

Ficou muito claro aqui em todas as declarações, que desde que se chegou à praia de Itaorna se pensava em Central Nuclear Alvaro Alberto e não apenas em uma usina. Isto está em todos os depoimentos.

Estudos ecológicos foram feitos pela Fundação Estudos do Mar e pela Biotec, Assessoria Técnica e Científica.

Quem conhece a Fundação Estudos do Mar imediatamente pode identificar a sua alta respeitabilidade; basta dizer que o Almirante Paulo Moreira, o Diretor da FEMAR, ainda como Capitão-de-Mar-e-Guerra, conseguiu, junto a organizações internacionais como a ONU, o equipamento do navio Almirante Saldanha — que em tempos passados era o navio-escola do Brasil e que havia sido desativado — e graças ao prestígio internacional do Almirante Paulo Moreira o navio foi reequipado com técnicos, com equipamento de alta sofisticação para fazer estudos de oceanografia no Atlântico Sul. Esta lá em Cabo Frio, funcionando, esta Fundação, fazendo estudos da mais alta significação para nós, do ponto de vista não só da ecologia, mas inclusive do ponto de vista da transformação dos alimentos do fundo do mar para uma atividade, que hoje é predatória de caça, para uma atividade que amanhã pode ser de cultura ou de cultivo do peixe e do marisco. E além da Fundação Estudos do Mar, a Biotec, Assessoria Técnica e Científica.

Investigações geológicas e geotécnicas foram realizadas, com mapeamento geológico e aerofotogeológico, ensaios geofísicos (refração sísmica), sondagens geotécnicas, determinação do nível do lençol freático e ensaios de permeabilidade do solo.

Desde o inicio, foram previstas fundações em estacas para as estruturas críticas.

Finalmente, o local foi aprovado por decreto de julho de 1970.

Eu me detive, como Relator, em pinçar todas estas declarações dos técnicos, para mostrar a alta levianidade da acusação.

Bastaria a enumeração das investigações e estudos realizados, para provar, se fosse necessário, que não demos a assunto de tamanha magnitude tratamento leviano, próprio de irresponsáveis. As chocantes afirmativas da revista alemã traduzem um misto de preconceito de superioridade, que parece incurável, e acentuada falta de seriedade.

Infelizmente, órgão da imprensa brasileira acrescentou denúncia no mesmo estilo, dando a área como escolhida depois que do seu mapeamento geológico teriam "sido apagadas indicações de uma grande falha geológica".

Notem os Srs. Senadores a gravidade desta informação. Isso foi objeto de manchete de página inteira de um jornal brasileiro, que o local, para ser aproveitado, dele se teriam apagado evidências de uma falha geológica". A esse propósito também é definitivo o depoimento do Dr. Lícino Seabra. Assegura ele que os estudos geológicos e geotécnicos "não indicam a presença de qualquer falhamento na praia de Itaorna. As falhas que ocorrem na Serra do Mar são antigas, tendo sofrido algumas reativações desde o Paleozóico até o terciário superior. De uma maneira geral essas reativações tiveram uma natureza tectônica até cerca de 20 milhões de anos atrás.

Portanto, ai estamos: movimento brusco, violento, de transformações da estrutura, do solo, movimentos tectônicos, de 20 milhões de anos.

As reativações mais recentes corresponderam a pequenos reajustes de blocos de rocha associados com movimentos não tectônicos, os quais cessaram há mais de 1 milhão de anos. Assim, os falhamentos que ocorrem dentro da área de interesse do Projeto Angra (200 milhões de raio) são inativos tectonicamente e apresentam um período de quietude de, no mínimo, 1 milhão de anos.

Então, insisto para os Srs. Senadores: do ponto de vista tectônico, inativos há vinte milhões; e no ponto de vista de rearrumação de blocos de rocha, há um milhão de anos.

Isto atende perfeitamente aos critérios do Conde of Federal Regulations, volume 10, editado pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, para caracterizar a inatividade de uma falha. Por este código, uma falha é considerada inativa se não sofreu reativações nos últimos 35.000 anos, nem reativações recorrentes

nos últimos 500 mil anos. Como na área de interesse do Projeto Angra as falhas têm um período de quietude de 1 milhão de anos, os dois requisitos acima estão satisfeitos e as falhas são consideradas inativas".

Então, é uma tristeza que a imprensa brasileira publique, e depois aparece um técnico — que não posso dizer se é bom ou mal, não tenho condições de qualificar — e declara que a fórmula aplicada pela consultora de Furnas estaria errada e por isso então se teria apagado uma falha. Ora, mostrei aos Senhores que isto foi precedido de todo um mapeamento, inclusive geofísico.

Além da Nus Corporation, especializada em energia nuclear e gozando de alta reputação internacional, ainda participaram dos estudos para localização outras empresas de indiscutível qualificação técnica, como a Weston Geophysical Research (USA), para o levantamento sísmico, bem assim os serviços do Professor George Kirsch, do Departamento de Geociências da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Apesar de a localização haver sido decidida ao tempo em que era Presidente de Furnas o engenheiro John Cotrin, que ainda não foi ouvido, portanto, seria interessante que quanto fosse ouvido também se reportasse a esse fato — os depoentes como o Dr. Lícino Seabra, o Dr. Fernando Candeias e o Dr. Luis C. Magalhães são unânimes em defender o sítio escolhido como bom.

O Dr. Candeias disse, em resposta aos Senadores Roberto Saturino e Dirceu Cardoso, que:

"A localização de Angra II e III na praia de Itaorna foi uma consequência de se haver localizado Angra I, com base em estudos de localização.

A escolha de local de usinas nucleares tem por motivação problemas mais importantes que a eventual exigüidade de canteiro. O sítio foi escolhido por considerações de ordem econômica, estratégica, de segurança e uma série de outras considerações pelos técnicos da Nus Corporation, que estudaram, não uma, mas cinco localizações alternativas, todas naquele litoral (fluminense)."

Já o Dr. Luis Cláudio afirmou:

"A localização de Angra I foi objeto de profundos e demorados estudos feitos por organismos e consultores nacionais e internacionais, como a Nus Corporation, americana, CNEN, Furnas, entidades e consultores para geologia, etc. Havia alguns condicionantes. O primeiro era a necessidade de ser construída (a usina) no litoral, devido às peças pesadas. O reator e o tubo gerador pesam, cada um, da ordem de 300 a 330 toneladas. Não havia como transportá-las para o interior do País."

Vejam os Srs. Senadores que é um problema importante esse. A tecnologia brasileira de transporte não permitia conduzir uma peça que no seu global pesava de 300 a 330 toneladas para o interior do País, dai se buscarem o litoral e o porto.

Segundo: deveria ser num ponto que otimizasse o atendimento ao mercado, que estivesse mais próximo dos centros de consumo, e os maiores são exatamente São Paulo e Rio.

Entretanto, a revista declara que num raio de cinco horas de automóvel não se encontra nenhum centro digno deste nome. Quem conhece Angra dos Reis e conhece a localização de São Paulo, Rio de Janeiro e das suas cidades próximas poderá responder à revista.

Examinados todos esses aspectos e verificados todos os locais, estudos que cobriram vários fatores que entram no caso, o local de Angra I foi considerado o mais adequado, o melhor sob todos os pontos de vista e sob todos os aspectos.

#### e) Abandono de Itaorna para Angra II

Sempre que estiver sublinhado, é a revista lemá que declara:

"No inicio de setembro foram abandonados os planos para a instalação de um segundo reator alemão, na baía de Itaorna. A baía é muito estreita, descobriram repentinamente os homens da usina."

Todos os depoimentos são concordes: quando se começou a instalar Angra I, já se sabia que a central Alvaro Alberto não ficaria numa usina só, mas que outras seriam lá construídas.

Assim é que o Dr. Candeias afirma:

"A unidade I começou em 1972. Em outubro de 1972 nós já sabíamos que iríamos ter que expandir. Localizamos a unidade I, desde o inicio, já numa ponta do canteiro, numa ponta da praia, para poder permitir a construção das unidades II e III."

Já fizemos o túnel de descarga dimensionado para três unidades, senão ele seria muito menor."

Isto, então, é decisivo. Começa-se uma construção e faz-se um túnel de descarga para três unidades. Não é para quem vai fazer uma unidade só.

Logo, não cabe dizer que subitamente se descobriu que a praia é muito estreita. Tolice.

Quanto ao abandono do local para a construção da usina III, objeto de indagação dos senhores Senadores, assim se expressou o atual Presidente de Furnas:

"A locação atual da unidade III foi uma consequência do estudo de viabilidade para a implantação da unidade I, que admitia a possibilidade de mais uma ou duas unidades na praia de Itaorna, ao lado da unidade I já existente. Entre as vantagens dessa solução, devido à sua proximidade da unidade II, alguns prédios auxiliares passariam a ser comuns às duas. A fundação da unidade III será do mesmo tipo do da II, ou seja, estaca de concreto, o que representará uma redução de custo, pela experiência já adquirida na construção da II. O estudo de um local alternativo para Angra III, que atualmente se acha em execução por Furnas — aqui é a confissão de que há um estudo para local alternativo — e com a participação da Nuclen como projetista, restringe-se — disse o Dr. Seabra, lembrando bem, respondendo ao Senador Dirceu Cardoso — restringe-se à mesma área da praia de Itaorna e isso decorre do melhor conhecimento das condições locais e de haver ainda tempo para que as coisas sejam feitas sem prejuízo do prazo de construção da unidade III. As obras civis da unidade III estão programadas para o segundo trimestre do ano que vem. Até essa data, estamos confiantes que teremos as informações sobre o local alternativo."

Como assegura, com a sua responsabilidade de Presidente de Furnas e sob juramento perante esta Comissão, o Dr. Seabra, que os estudos de locais alternativos para mudança de localização de Angra III restringem-se à praia de Itaorna, não só a revista alemã como até mesmo a imprensa brasileira terão laborado em equívoco ao suporem que a usina seria localizada, como atribuíram ao Senador Dirceu Cardoso, no Espírito Santo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está escrito aqui?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou lendo à página 15.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estava fazendo uma conta, ao lado, mas quero estudar o relatório.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu me lembro que uma vez...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu disse isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — ... até V. Ex.<sup>a</sup> se sentiu mal interpretado, não foi?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nobre Relator, desculpe-me. Não fui mal interpretado. Eu disse isso mesmo. E vai ser ou lá, ou em São Paulo. Isto, quem respondeu aqui foi o Presidente da NUCLEBRAS.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Certo. Nós fomos para um farto material de estudo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele me respondeu que a terceira não vai ser em Angra. Vai ser fora.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas fomos para o farto material de que dispomos, que é o da Taquigrafia e que foi dado a todos nós. Ali, os Srs. Senadores encontrarão o Senador Dirceu Cardoso protestando contra uma insinuação, que a ele pareceu pouco gentil, de que ele estava pleiteando aqui a localização para Vitória, inclusive. E, nessa ocasião, o Dr. Seabra, quando ouviu, declarou que realmente existe uma alternativa, mas dentro da praia de Itaorna.

O problema, como ficou claramente exposto pelos depoentes, resulta da presença de matacões em quantidade maior ainda no sítio escolhido para a unidade III do que no da II, em construção. Os estudos buscam encontrar região mais favorável, porém na própria praia de Itaorna.

f) Insinuações sobre o Banco Bozano Simonsen

A revista alemã publicou:

"Já o contrato da multinacional norte-americana Westinghouse com os brasileiros tem suas insidias. A Westinghouse contratou a Cobrel Maquip S.A. Comércio e Engenharia, para que fosse aconselhada nos negócios com os brasileiros. O proprietário da Cobrel é o Banco Bozano Simonsen e, neste banco, o Ministro da Fazenda do Brasil, Mário Henrique Simonsen, é um dos maiores acionistas."

Então, aí, as meias verdades capazes, realmente, de impressionar a quem lê e não tem obrigação de pesquisar.

Até aqui, apenas uma insinuação, com um solertenexo feito entre a Cobrel, o Banco Bozano Simonsen e o Ministro da Fazenda. Com aparência de denúncia concreta, diz a revista que o Sr. Daniel Wilcox, Vice-Presidente da Westinghouse para a América Latina, "confirmou que a Cobrel prestou serviços de contratos de venda e de assessoria".

Vejamos, em primeiro lugar, as consequências dessa suposta confirmação. A Westinghouse contratou — é a revista que informa — a Cobrel para assessorá-la. Aliás, ao que sei, a Cobrel tradicionalmente trabalhava e trabalha associada, no Brasil, à Westinghouse.

Eu era Governador do Estado do Pará e estávamos com um projeto do Governo anterior, deposto pela Revolução — e nós demos continuidade a ele que era a duplicação da potência instalada na cidade de Belém. E quem ganhou a concorrência foi a Westinghouse; mas quem apareceu junto a nós para discutir o problema foi a Cobrel. Então, a Cobrel sempre andou associada à Westinghouse, mesmo antes de se falar em projeto alemão e acordo alemão.

Não foi a primeira vez que esta contratou aquela. Contrato absolutamente legal e legítimo. Mas, admitindo que esse contrato tivesse ensejado qualquer procedimento desonesto, em que isso afetaria o Banco Bozano Simonsen e, por via de consequência, o Ministro da Fazenda?

Passamos a pergunta para quem queira respondê-la.

A Westinghouse ganhou uma concorrência pública, para a construção de Angra I. A Cobrel não teve qualquer ingerência na comissão de julgamento, que era de Furnas. A Comissão de Julgamento era toda ela constituída de engenheiros de Furnas.

Como salienta o Dr. Licínio Seabra — e agora dou a palavra a ele — "Na época da concorrência a Cobrel não era controlada pelo Banco Bozano Simonsen. Após a concorrência é que a Cobrel, que era a representante da Westinghouse, passou a pertencer ao Banco". Se fosse o inverso — salienta o Dr. Seabra — é que se poderiam ter dúvidas.

O curioso é que, em seguida, a Westinghouse viu entrarem os alemães no negócio. O acordo levou a optarmos pelos reatores a serem fornecidos pela KWU e não pela Westinghouse. Onde a influência, em contrário, do Ministro da Fazenda, o honrado Sr. Mário Simonsen, já que é a ele que se quer atingir, através da ligação com o Banco Bozano Simonsen?

Em outros termos, o Ministro teria influido na compra do controle acionário da Cobrel, consultora e representante da Westinghouse, depois que esta venceu uma concorrência pública, sobre a qual não houve dúvidas. Em seguida, para as demais unidades da central nuclear, a Westinghouse perde o negócio para a KWU, alemã...

Então, onde está a possibilidade de se fazer uma mínima referência a uma advocacia administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> poderia...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu estou fazendo umas contas aqui, mas com um ouvido no padre e outro na missa.

O SR. PRESIDENTE — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> pode ter o ouvido na missa e estar olhando para o padre, mas peço, apenas, que não fale muito alto, para não perturbar o Relator... (Risos.)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, é que há uma afirmação categórica e violenta e nós estamos cotejando aqui os dados. Nós não podíamos tomar conhecimento do relatório pela simples leitura; ele tem que ser estudado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Senador, se eu disse a V. Ex.<sup>a</sup> que levei quinze dias lendo, lendo e tirando, eu, realmente, trouxe um trabalho que merece ser julgado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem que ser estudado o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex.<sup>a</sup> pode prosseguir.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe-me pela interrupção.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quanto à ida de dois diretores de Furnas, para o Banco Bozano Simonsen, os esclarecimentos prestados pelo Dr. Licínio Seabra parecem definitivos. De qualquer modo, estamos diante de suposições sem respaldo em fatos concretos. Mais uma vez, a questão das datas é importante. O contrato com a Westinghouse é de 29 de março de 1972. A saída dos engenheiros de Furnas, para o Banco referido, é posterior e não anterior, o que é elucidativo por si só.

Se nós admitissemos que determinadas pessoas tinham favorecido na concorrência uma determinada instituição, receberiam

como prêmio, a posteriori, a sua transferência para lá. Então, esta era a diferença. Aqui, é o que nós temos que considerar o que está no relatório e o que pode ser feito.

Como argumenta o Dr. Seabra, se anormalidade houvesse "tais coisas se processariam ao inverso"...

g) atraso da construção

"O primeiro reator, fornecido pela Westinghouse e localizado a apenas alguns metros dos dois monumentos alemães, está girando sobre seu eixo, como um saca-rolha... Na melhor das hipóteses, somente no fim de 1979 estará pronto."

Todos os depoentes ouvidos negaram peremptoriamente que haja algo de anormal com o reator de Angra I. O Dr. Luis Cláudio Magalhães assim se expressou:

"O problema do saca-rolha não existe. O edifício turbo-gerador da unidade I (Angra I) teve um recalque diferencial em determinada fase da sua construção, recalque esse perfeitamente normal e aceitável, que foi corrigido com as medidas adequadas. Já na minha administração o turbo-gerador estava sendo alinhado, para entrar em operação dentro do cronograma então estabelecido. O último jornal de Furnas estampa uma carta da Westinghouse com este texto: Quanto ao recalque verificado no edifício do turbo-gerador desejamos assegurar que não houve rachadura na sua estrutura. É comum o aparecimento de recalques diferenciais em fundações industriais, cujos projetos levam em conta essa eventualidade. No caso em foco, verificou-se que um pequeno recalque diferencial estava ocorrendo e a situação foi prontamente corrigida."

Aqui, disseram os engenheiros, homens da mais alta respeitabilidade, que esses recalques são extremamente naturais em obras de engenharia e muito especialmente agora que se faz obra de engenharia pela primeira vez no Brasil, para construção de usina nuclear.

Quanto ao atraso, porém, ele existe. O Dr. Luis Cláudio Magalhães, em cujo depoimento o assunto foi mais amplamente tratado, começou por considerar que o cronograma inicial de Angra I, que previa a sua construção em 5 anos, não era realístico, já que a média de construção de usinas do mesmo porte, no mundo, tem sido de 7 anos.

Então, a primeira declaração do Dr., que a mim me surpreendeu como Relator, é que o Brasil fez um acordo com a Westinghouse; ela ganha a concorrência e se propõe a construir uma usina em cinco anos, quando a média de construção, no mundo, é de sete. Então, seria irrealistico.

Por outro lado, houve fatores perturbadores que agravaram a situação, como por exemplo a estrada de acesso (a Rio-Santos) que não foi concluída no prazo previsto e criou graves problemas de abastecimento. Quando o Dr. Luis Cláudio assumiu a direção de Furnas, em consequência dos fatos citados, já havia um atraso de 18 meses (1974) em relação ao prazo fixado para a entrada em operação. Talvez apenas 10% das obras estivessem concluídas.

Há a considerar, segundo o Dr. Magalhães, que uma usina nuclear, diferentemente de uma usina hidrelétrica, sofre alterações continuas em seu projeto porque se beneficia de todas as alterações em curso das usinas do mundo.

Notem bem essa explicação que ele deu aqui. O que ele diz é que, normalmente, esses atrasos ocorrem; depois eu juntei uma lista de performances mundialmente considerada na construção das usinas, em que muitos atrasos se fazem para poder aproveitar um fornecimento contínuo que vem de Viena — em Viena está centralizada a organização que coordena todas essas construções do ponto de vista técnico. Então, se qualquer problema se dá em determinado projeto e há um projeto igual em curso no mundo, Viena imediatamente informa e esse projeto passa a ser modificado; essa modificação leva ao atraso. Essa foi a declaração feita, aqui.

A Agência Internacional de Viena faz uma comunicação aos fabricantes e às concessionárias que possuem usinas em fabricação, mandando novas recomendações técnicas, que devem alterar o projeto. Por isso é que as usinas nucleares, especialmente as pioneiras, são construídas em regime de administração e não sob forma de empreitada.

Tais alterações continuas levaram ao reajuste inicial do projeto de 5 para 7 anos. É provável que Angra I vá entrar em funcionamento com 7 a 7 anos e meio de construção, o que é um prazo médio no mundo e bom para uma usina pioneira.

Igualmente em relação à Angra II e III, em carta de 17 de fevereiro de 1976, o então Presidente de Furnas (Dr. Magalhães) dizia:

"Concluímos pela total inviabilidade do cronograma atual das unidades II e III e da data de validade da proposta

formal da KWU. Assim sendo e fazendo a remissão à nossa carta citada no item 2 desta, solicitamos sua orientação quanto à sugestão nela apresentada, relativa à entrada em operação da unidade II, ou seja, maio de 1983, mantida a defasagem de 18 meses para a unidade III."

A carta, enviada oficialmente ao Presidente da Eletrobras, foi por este aprovada. Isto é, concordava ele com o atraso por 1 ano, da unidade II, mantida a defasagem de 18 meses para a unidade III.

Para o Senador Virgílio Távora

"os eventuais atrasos que se têm verificado na construção da primeira unidade de Angra não surpreendem os especialistas... O Brasil não difere de outras nações mais avançadas no setor nuclear. Em análise procedida na construção de 53 usinas nucleares, de 14 países, todas ativamente em operação comercial, constata-se que:

- a) 50% delas foram concluídas com atraso de até 1 ano;
- b) 25% com atraso de até 3 anos;
- c) 25% com atraso de mais de 3 anos.

Em comparação com o Brasil, não somos melhores nem piores." (Conferência pronunciada na Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, em 5 de abril de 1978, pág. 34 e 35.)

Ora, como vimos, a Westinghouse assinou o contrato para Angra I a 29 de março de 1972. Segundo o Dr. Luis Cláudio, os prazos originais de 5 anos, para a construção, eram irrealisticos. Houve uma reprogramação para 7 anos, o que provavelmente será dilatado para 7 anos e meio, incidindo, de qualquer maneira, no ano de 1979 o término da construção e o início da operação da primeira unidade. Uma vez corrigido o irrealismo do prazo original, pode dizer-se que Angra I vai entrar em funcionamento dentro do melhor percentual da experiência internacional.

Quer dizer, se realmente cinco anos fossem irrealisticos, o atraso seria de um ano; se o atraso fosse de 1 ano, cairíamos nos 50% das ocorrências a que o Senador Virgílio se referiu.

Mas, ainda que admitamos que não houve isso, que houve um atraso de três anos, — 2 + 1 = 3 — então, cairímos nos 25% das ocorrências iguais em todo o mundo.

a) Insinuação de favorecimento à Construtora Norberto Odebrecht

"O contrato para Angra I, o reator da Westinghouse, a Odebrecht ganhou ainda como vencedora de uma concorrência. Os planos dos alemães (das obras civis) foram diretamente para a Odebrecht."

De tudo o que a revista alemã deu a público, só essa denúncia de que a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) recebeu a adjudicação das obras civis de Angra II e III sem concorrência é o que se provou verdadeira. A publicação claramente insinua, porém, que por trás do suposto favorecimento estaria o Ministro Calmon de Sá, do Comércio e Indústria.

Como está estabelecido, o Dr. Calmon de Sá foi diretor da CNO há mais de 10 anos e certamente não é acionista controlador da empresa, fatos que só por si retiram à insinuação alemã a sua substância. De resto, a CNO venceu a concorrência em 1972, quando o Sr. Calmon de Sá não pertencia ao governo (do Presidente Médici).

Em 1972, o Presidente da República era Sr. Emílio Garrastazu Médici. A adjudicação, sem concorrência, deu-se quando ele era Presidente do Banco do Brasil, no Governo Geisel, e não Ministro do Comércio e Indústria, como equivocadamente está no Revista.

Resta analisar a adjudicação, a ver se existem provas ou indícios sérios de que terá sido fruto de favoritismo.

No passo em que as inquirições foram interrompidas, o quadro era o que se descreve a seguir.

Claramente ficou estabelecido, ao longo dos depoimentos citado neste resumo, que desde o início dos trabalhos de implantação de Angra I (se não mesmo antes) havia uma informação, dada a Furnas, de que em Angra não seria construída apenas uma usina, mas provavelmente três. Ainda quando não se havia negociado as bases do acordo com a Alemanha, pensava-se na construção de duas outras unidades geminadas, de 900 MW cada uma. Posteriormente, com a aprovação do acordo, fixou-se a potência de Angra II e III em 1.200 MW.

De 1972 a 1974, a CNO não se desincumbiu satisfatoriamente de sua tarefa. Tais foram as falhas apresentadas pela CNO no seu desempenho, que o Engº Emílio Cláudio Lemme, então Chefe do Escritório de Obras de Angra I, dirigiu uma carta, ao Engº Fernando Candeias, Diretor-Técnico de Furnas, nestes termos:

1. Conforme tivemos ocasião de expor em relatório enviado a essa Diretoria, a Construtora Norberto Ode-

brecht não tem demonstrado capacidade técnica nem financeira, na condução das obras civis de Angra.

1.1 — As dificuldades financeiras tornaram-se patentes através do vencimento de títulos na praça de Angra e no atraso de pagamento de subempreiteiros.

1.2 — A incapacidade técnica, caracterizada por falta de supervisão, evidenciou-se através das mudanças sucessivas efetuadas na equipe de direção da obra. Chegando a Odebrecht ao canteiro em outubro de 1972, já em janeiro de 1973 era substituído o seu representante no canteiro, de comum acordo com Furnas. Outra substituição efetuou-se em março, por solicitação nossa, e em novembro outra crise fez-nos exigir uma nova equipe dirigente, a qual chegou ao canteiro a 10 de dezembro. De lá para cá a situação pouco mudou. O novo representante da Odebrecht, por motivo de doença, tem-se ausentado do canteiro com frequência e por longos períodos, criando uma situação inaceitável por parte de Furnas."

Até ai, o relatório do Dr. Emilio Cláudio Lemme.

Uma vez formalizada a acusação frontal de incapacidade técnica e financeira (esta provada, inclusive, por títulos protestados da CNO, em cartório de Angra), o Dr. Lemme, ele mesmo, sugere as alternativas para solução:

Chamarei a atenção dos nobres Srs. Senadores, especialmente os novos para o fato de que o próprio Dr. Lemme, que escreveu esse documento, escreve isto em seguida, como alternativas para solução:

"2. Para a solução do problema financeiro, já foi autorizada a concessão de adiantamentos de recursos destinados ao custeio dos serviços, que nos termos atuais do contrato seriam reembolsados por Furnas, resolvendo-se, assim, a situação."

Vejam bem os Srs.: ainda há pouco o Sr. Senador Dirceu Cardoso, em contra-aparte ao Sr. Senador Passos Porto, declarou que a firma recebeu uma irrigação rigorosa de meios.

O próprio Dr. Lemme propôs o que eu entendo como uma espécie de fundo rotativo: ao invés da firma, que era encarregada das obras, gastar e depois resarcir-se dos gastos, — o que é a norma — ela passou a receber por antecipação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas a irrigação não foi só em consequência de Furnas; a Odebrecht construiu o Aeroporto Internacional...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas ganhou a concorrência.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, mas não foi a irrigação. Construiu a sede da PETROBRAS; construiu terminais da PETROBRAS pelo Brasil a fora; ou melhor, a Odebrecht está ligada à PETROBRAS há 25 anos. Há 25 anos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E está fazendo, agora, a perfuração em off shore.

Mas, vamos prosseguir.

Então, o que me chamou a atenção aqui foi exatamente isso. O que é que o Dr. Lemme fez? Previu que uma das dificuldades grandes que a firma estava tendo, era provavelmente capital de giro. Então, para resolver isso, ele antecipava; ao invés de FURNAS pagar mediante resarcimento, ao contrário, FURNAS antecipava o pagamento.

Vejam bem o que está escrito ai: "adiantamentos de recursos destinados ao custeio dos serviços, que nos termos atuais do contrato" — isso na data em que ele escreveu" — seriam reembolsados por FURNAS.

O problema econômico estava resolvido; antecipava-se o valor, a Odebrecht gastava e comprovava:

"3. A solução do problema técnico, porém, teria duas alternativas, a saber:

3.1 — Rescisão do contrato com a Construtora Norberto Odebrecht. Haveria razões suficientes para isso. A simples manutenção do contrato atual, acreditamos, sem a concessão do adiantamento, talvez gerasse um pedido de rescisão amigável por parte da Odebrecht, que poderia alegar dificuldades de capital de giro. Esta solução, contudo, seria demorada e ocasionaria uma interrupção nos serviços em andamento, com consequente aumento no atraso já existente nas obras civis. Teria, ainda, certa repercussão externa o que, conforme orientação recebida de Vossa Senhoria, não seria oportuno.

3.2 — Troca de equipe dirigente, por pessoas que demonstrassem, de forma efetiva e inequivoca, ter condições para conduzir a obra dentro do ritmo e do custo desejáveis."

O meu comentário, a partir dai:

Claro está que fora autorizada uma concessão generosa, não prevista no contrato: o adiantamento de recursos, uma espécie de fundo rotativo, de sorte a eliminar as dificuldades financeiras da construtora. Se tal procedimento (adiantamento de fundo rotativo) configurou ou não descabida generosidade, nada certamente pode ser imputado ao Dr. Calmon de Sá, à sua possível influência como Ministro de Estado, que não era. Mas, a simples transcrição das palavras do Dr. Lemme é sintomática. Ao comparar vantagens e desvantagens das alternativas técnicas (rescisão ou reforço do quadro dirigente) ele lembra a demora que a rescisão traria, a solução de continuidade que afetaria as obras civis e consequente atraso da construção da usina nuclear.

Neste ponto, merece ser lembrado o fato de que a Odebrecht, que como todas as construtoras nacionais não tinha, até então, nenhuma experiência em obras civis de usina nuclear, socorreria-se da firma A & Jones, norte-americana, e, agora, iria compulsoriamente servir-se da assessoria da Logos Engenharia, nos termos da sugestão do Dr. Lemme:

Não debati isso durante os nossos encontros; foi meditação minha na hora de fazer o relatório. Essa coisa me surgiu na hora em que meditava sobre o relatório:

"4. A Odebrecht vem de apresentar solução que se enquadra na segunda alternativa, quer dizer, mudança da equipe dirigente, através da carta anexa, datada de 7 do corrente, pela qual propõe a contratação direta de profissionais já conhecidos de FURNAS, e cuja capacidade foi demonstrada na condução das obras do Estreito, Funil e Porto Colômbia. São pessoas de grande experiência que, certamente, poderão levar a bom termo a tarefa que lhes será confiada."

O Dr. Lemme, que foi aqui esperado como um dos homens que iria fazer o maior libelo contra a decisão da adjudicação, é o mesmo que, na mesma carta em que diz que a firma tinha demonstrado incompetência física, financeira e técnica, sugere uma rescisão e sugere, ao mesmo tempo, que houvesse uma outra alternativa, que era a mudança da equipe dirigente, já com uma carta apresentada, e esta equipe dirigente vai terminar numa firma chamada Logos.

A uma alma maliciosa caberia imaginar se a ação inflexível do fiscal de FURNAS, no caso o próprio engenheiro chefe do escritório de Angra, não teria levado, passo a passo, a construtora Norberto Odebrecht a ter que substituir seus quadros dirigentes até chegar à Logos, "pessoas de grande experiência e que certamente poderão levar a bom termo a tarefa" (o grifo é nosso). Note-se: a CNO chegou ao canteiro em outubro de 1972; em janeiro de 73 (menos de 3 meses, pois) era compelida a mudar o dirigente da equipe. Em março (outra vez dois meses de prazo) e já estava mudado o substituto, o qual resistiu um pouco mais: 7 meses. Outros 7 meses e foi dado o ultimato: ou contrata a Logos ou vem a rescisão.

Eu, infelizmente, só fui meditar nisso quando já não estava aqui em debate, porque gostaria de ouvir o Dr. Luiz Cláudio sobre isso de novo.

Não estou fazendo mais que um mero exercício de hipótese, pois de certo modo é estranha a solução, argumentada com um atraso que já estava dentro de uma "reprogramação" que retardara de 2 anos a data prevista de funcionamento da usina, fosse desde logo, na mesma carta, aprovada pelo Engenheiro Lemme.

Quero traduzir o meu pensamento. Se se disse que o prazo era irrealístico, então já se sabia que em 5 anos não se ia construir. E se ia passar de cinco para sete, a grande justificativa dele, ao dizer que a mudança da firma levaria um atraso na construção, essa grande diferença ou dificuldade ou desvantagem estaria já consumida pelos dois anos naturais de atraso na construção.

Como a Odebrecht solicitasse aumento da quantia fixa que é paga contratualmente para cobrir despesas com o pessoal de chefia, o Chefe do Escritório de Angra reconhece que "tal quantia já era insuficiente há algum tempo".

Ora, agora, que ele vai passar para a Logos, já reconhece que há algum tempo aquela quantia era insuficiente e imediatamente sugere o seu deferimento.

Até então, a revisão não fora autorizada, mas logo o foi, para Cr\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), desde que a Logos fosse contratada. E imediatamente, nas palavras do Engº Lemme, a solução é consagrada.

Na mesma carta, Espero que eu não esteja sendo cansativo e que os Srs. Senadores me entendam. Na mesma carta ele fez todas as hipóteses e consagrou esta. Item 6, da carta dele:

"6. Pelo acima exposto solicitamos autorização para que sejam introduzidas as seguintes alterações do contrato com a construtora Norberto Odebrecht:"

Ora, quando ele, lá em cima, levanta a hipótese de rescisão de contrato, é mero raciocínio especulativo.

O que ele queria, na verdade, está aqui no n.º 6:

"6.1 — Substituição do esquema de reembolso de despesas, previsto na cláusula 39, pela concessão de adiantamentos mensais de acordo com a rotina já aprovada em caráter temporário pela Diretoria.

6.2 — Modificação do § 2.º da cláusula 12 tornando reembolsáveis as despesas referentes aos deslocamentos inicial e final do pessoal da administradora.

6.3 — Inclusão na cláusula 43 do novo valor para a quantia fixa prevista em Cr\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) mensais, válida para o trimestre junho-julho-agosto.

7. Para melhor garantia dos interesses de FURNAS seria conveniente que a Logos Engenharia Ltda. participasse, como interveniente no instrumento contratual a ser lavrado."

Com isso se garante a interveniência contratual da assessoria.

Estava consumado, assim, um tipo de intervenção branca, através do qual a Logos iria dirigir o canteiro a cargo da Odebrecht, havendo-se-lhe proporcionado todas as facilidades para tal, inclusive a alteração de cláusulas contratuais. Tal decisão provou ser boa, o que, por seu turno, pode recomendar bem a visão de administrador do Dr. Lemme, apesar de seus aspectos estranhos.

Isto é tão estranho que a Tribuna da Imprensa, mal informada a respeito de um determinado nome, publica, ao lado da carta de denúncia de que a Odebrecht era praticamente inviável, do ponto de vista financeiro, como técnico, publica uma relação de supostos técnicos da Logos. Então, diz que esses técnicos são: fulano, beltrano, sicrano e João Baptista Figueiredo Filho. E aqui foi explicado pelo Dr. Licinio Seabra. Realmente existe João Baptista Figueiredo Filho. Só que na Tribuna da Imprensa se abrem aspas e se diz: "filho do futuro Presidente da República". O Dr. Seabra disse aqui que esse João Baptista Figueiredo Filho não é engenheiro, é contador e tem 60 anos de idade. Para ser filho do General Figueiredo, que tem 61 anos de idade seria um negócio um pouco forçado. Nem na época da prova. Mas, essa suspeita de favorecimento levou inclusive a esta outra suspeita.

Em seu depoimento, o Dr. Luis Cláudio Magalhães, que foi Diretor Presidente de FURNAS entre 1974 e 1978, declara que ao assumir a obra somente 10% dela estavam concluídos, e que essa proporção já era de 90% ao deixar a presidência, poucos anos depois.

Então, vejam bem. Quando ele chegou, a firma realmente tinha grande dificuldade de mostrar eficiência. No período dele a firma recuperou-se, mostrou eficiência e construiu 90% com esta alteração proposta pelo Dr. Lemme. Eu até perguntei aqui se a Logos permaneceu todo o tempo. Depois me disseram que não. Depois que as coisas foram organizadas, a Logos se retirou.

Confirma, igualmente, que em 1976 a performance da Odebrecht era muito boa, o que faz conexão com o avanço proclamado das obras. Igual conclusão é a do próprio Eng.º Lemme, em seu depoimento. Para ele, nada havia a reparar em relação à capacidade técnica e à capacidade financeira da Odebrecht em 1976.

Ele disse isso qui. Inclusive quero sugerir depois, Sr. Presidente, como não tive oportunidade de marcar páginas, que o relatório seja entregue para ser analisado. Inclusive, que cada uma das citações que faço, cada uma das aspecações que faço aqui, que fosse analizada pelos Srs. Senadores.

Neste sentido respondeu ao Relator. Não é outra a resposta do Dr. Fernando Candeias, em longa discussão com o Senador Dirceu Cardoso. Salientava ele, em réplica às acusações levantadas por aquele ilustre membro da CPI, que tudo se esclarecia quando se fazia a comparação das datas. Até 1974, a CNO merecia, no seu entender, as críticas de Furnas, particularmente do Eng.º Lemme. Foram elas, porém, saneadas, de acordo com as próprias sugestões do Eng.º Lemme, de sorte que, em 1976, a construtora ganhou credibilidade e granjeara reputação favorável.

Logo, não cabe argumentar com incapacidade financeira, nem técnica, nem de recursos humanos ou de equipamento da Ode-

brecht em 1976, data em que se deu a adjudicação. (O grifo é meu.)

Teve suporte legal a adjudicação?

É fora de dúvida que sim. Um breve histórico evidenciará que no dia 9 de agosto de 1976, o Eng.º Franklin Fernandes Filho, na qualidade de Administrador do Projeto Angra (superior hierárquico imediato do Eng.º Lemme) encaminhou um documento fundamentado, ao Diretor Técnico, propondo a adjudicação das obras civis de Angra II e III à Construtora Norberto Odebrecht. O Diretor Técnico, Dr. Candeias, encaminhou o documento ao Presidente de Furnas, admitindo a solução aventada pelo Dr. Franklin, mas ampliando o leque de opções, apresentando como possíveis mais duas.

Então, vejam bem: o Dr. Franklin foi o único que aqui chegou e foi muito claro nesse ponto. Ele sempre achou que era caso de adjudicação à CNO. O seu Diretor imediato, o Dr. Candeias sugere:

"1) associação da CNO com as Estacas Franki, para as fundações, e com a Mendes Júnior, para a superestrutura; e 2) uma pré-seleção de concorrentes, entre eles figurando obrigatoriamente a CNO.

O Presidente de Furnas, Dr. Luis Cláudio Magalhães, em documento enviado ao Presidente da ELETROBRAS, simplifica as soluções possíveis para duas, a adjudicação pura e simples à CNO ou a seleção dirigida, limitada a 40 firmas."

É a primeira vez que se fala em limitação.

Nesse documento, o Dr. Luis Cláudio invoca o Decreto número 73.140/73, que trata do "anúncio público".

O Presidente da ELETROBRAS, Dr. Antônio Carlos Magalhães, limitou-se a encaminhar o assunto ao Sr. Ministro das Minas e Energia, endossando o parecer do Diretor-Técnico de Furnas, mas sugerindo que o Ministro procedesse diretamente às negociações. "por se tratar de uma operação de vulto e altamente especializada".

Em nenhum dos referidos documentos se oferecem ao Ministro de Estado as bases legais para a decisão a vir a ser tomada. Somente o Dr. Luis Cláudio, em sua carta, dizia:

"Preliminarmente, deveremos decidir: a) se tal escolha (do empreiteiro) deve ser precedida do anúncio público previsto pelo art. 2.º do Decreto n.º 73.140/73, mas que é dispensável por decisão do Sr. Ministro; b) ou se, no interesse de Furnas e em virtude das peculiaridades da obra, deveremos, com mais ampla liberdade, pré-selecionar os prováveis empreiteiros."

Então, quem falou, e corretamente, com alguma base de legislação, foi exatamente o Dr. Luis Cláudio Magalhães.

Mais adiante, o mesmo Presidente de Furnas, ao estabelecer as duas alternativas (5.1 e 5.2 de sua carta) diz que a seleção dirigida "permite atender, em parte, ao espírito do Decreto-lei n.º 200". Como se vê, uma pálida remissão à Lei e, no meu entender, equivocada, pois o Decreto-lei n.º 200 nada tem a ver com o caso. Infelizmente, é nele que o Sr. Ministro busca respaldo, ao tomar a decisão que tomou.

Agora, transcrevo a decisão do Ministro:

"Diante de tudo quanto precede, da análise de toda a documentação apresentada, autorizo, com base no disposto no Decreto-lei n.º 200, a ELETROBRAS/Furnas a negociação diretamente com a construtora atual de Angra I, as obras civis correspondentes às unidades Angra II e Angra III..."

Ora, o Decreto-lei n.º 200, em seu Título XII (Normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações), só obriga as empresas da administração direta e, dentre as indiretas, as autarquias. Furnas não era nem uma coisa nem outra. Furnas é sociedade de economia mista. ELETROBRAS, idem. Ademais, isso fica ainda mais claro quando, no mesmo Título, art. 126, § 2.º se diz que a licitação a que o Decreto-lei n.º 200 obriga se torna dispensável quando (alínea f) a operação envolver concessionário de serviço público.

Então, ainda que autarquia fosse, ou empresa pública, como ela é concessionária de serviço público, seria dispensável a licitação. Logo, não seria de se fazer referência ao Decreto-lei número 200.

Neste sentido, em seu depoimento, opina o Dr. Licinio Seabra, cuja assessoria jurídica, estranhamente, é a mesma do tempo de seu antecessor, pois não opinou nesse sentido, antes.

Por isso que digo estranhamente, porque se a Assessoria trouxe aqui, junto ao depoimento do Dr. Licinio, uma demonstração cabal desse equívoco, por que não opinou nesse processo antes?

Ocorre que o Decreto n.º 73.140, de 9 de novembro de 1973, que regulamenta as licitações relativas a serviços de engenharia, diz em seu art. 2.º, que essas obras ou serviços de engenharia estimados em valor superior a 15.000 salários mínimos, necessários a concessionários do serviço público federal, serão contratados mediante anúncio público, das condições para qualificação e seleção, com antecedência de pelo menos trinta dias, etc. etc.

Veja-se bem, esse Decreto é do tempo do Presidente Médici. É um decreto que até certo ponto os juristas poderiam por em dúvida se ele poderia alterar o Decreto-lei n.º 200, uma vez que é decreto presidencial; e ele na verdade altera porque cria uma restrição que o Decreto-lei n.º 200 não criou. Foi graças ao Decreto n.º 73.140, que mesmo estando isentos da licitação, essas empresas, desde que realizassem serviço público da ordem de 15.000 salários mínimos, seriam obrigados a uma nova figura no direito administrativo brasileiro: o anúncio público. Isto não existia, passou a existir com o Decreto n.º 73.140.

Ora, Furnas é concessionária de serviço público federal, logo, embora dispensada pelo Decreto-lei n.º 200 está obrigada ao anúncio público (uma figura nova, surgida em 73). Não foi por outra razão que a esse anúncio público se referiu o ex-Presidente de Furnas, em sua carta, a mesma carta em que ele diz poder o Ministro de Estado dispensar a exigência. Com efeito, o parágrafo único do art. 2.º do Decreto n.º 73.140 diz que essa dispensa pode ser feita "por conveniência do serviço".

De onde se conclui que a decisão ministerial tem a ampará-la o que facilita o texto desse parágrafo legal; é a decisão ministerial, mas restaria convencer que a dispensa se deu por conveniência do serviço.

A origem do ato de dispensa do anúncio público está no relatório de 9 de agosto de 1976, de autoria do Dr. Franklin Fernandes Filho.

Os Senhores notarão que até aqui o relatório foi conclusivo e a atenção do Senador Dirceu Cardoso já foi chamada para isso. A partir deste ponto, começo a colocar as questões que acho que estão sob dúvida.

Trata-se do documento básico para o entendimento da adjudicação. O encadeamento do raciocínio é absolutamente lógico e, em si, é cristalino, envolvendo razões de ordem técnica de engenharia, razões de ordem técnica gerencial, fundamentos administrativos e concluindo pela contratação de um mesmo contratante para as três unidades de Angra, no caso a Construtora Norberto Odebrecht porque já havia ganho a concorrência anterior e era a única que existia. Em suma, o Engenheiro Franklin pretende que as obras civis das usinas nucleares "são obras especiais, absolutamente fora da rotina", do que resulta não caber, no seu modo de ver, a elas aplicar os critérios e cuidados rotineiros para a eleição de construtora. Os quatro anos de trabalho da CNO com Furnas, na construção da Angra I, deram à empresa construtora um grau de especialização, reforçada por "dezenas de intercâmbios, seminários e visitas ao exterior", uma capacitação singular. Também advoga a "impraticabilidade de dois canteiros operados por entidades distintas, o que vem dificultar seriamente a existência concomitante de um empreiteiro civil para a unidade I e outro para fundações da unidade II, e igualmente um empreiteiro para fundações e outro para as obras civis das novas unidades".

Fato relevante é a afirmação peremptória, feita em depoimento pelo Dr. Franklin, de que ele resumiria todas as razões imperativas de adjudicar a obra à CNO ao fato, segundo ele, dessa impraticabilidade.

Ele foi muito claro aqui no final, depois de perguntado e re-perguntado ele disse: "para mim a razão que leva a adjudicação à CNO é uma só; é a impraticabilidade de colocar no canteiro uma segunda contratante."

Considerou o terreno (praia de Itaorna) insuscetível de abrigar outra construtora que não aquela que já vem trabalhando no canteiro de obras, dado que a construção das diversas unidades da central nuclear é concomitante. Só no caso em que fosse sucessiva a construção, admite ele que pudesse haver empreiteira diversa da CNO.

A posição do Sr. Franklin tem, pelo menos, o mérito de ser nítida.

Aproxima-se de sua posição, quanto a isso, os Srs. Fernando Candeias, Lícinio Seabra e Luís Cláudio Magalhães. Apenas o Dr. Emilio Lemme admite a possibilidade de duas construtoras autônomas, no canteiro de obras.

O Dr. Emilio Lemme não concordou com a tese de que o canteiro não bastava, apesar de exiguo, a duas contratantes; ele admitiu que podia haver duas contratantes.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele mostrou na fotografia que havia possibilidade de se instalar em canteiros para a segunda contratante.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Há de reconhecer-se que o Sr. Ministro das Minas e Energia baseou-se, como ele mesmo o diz em seu despacho, em "quatro escalões diferentes: Administrador do Projeto de Angra, Diretor Técnico de FURNAS, Diretoria de FURNAS (onde sofreu uma análise geral) e Presidência da ELETROBRAS, que endossa o parecer do Diretor Técnico de FURNAS" e para recomendar à ELETROBRAS que "negociasse correspondente com a construtora atual de Angra I as obras civis correspondentes às unidades Angra II e Angra III". Paralelamente, porém, o Sr. Ministro recomendou que FURNAS exigisse reforço de assessoria técnica, principalmente para Angra II, de modo a absorver-a, dispensá-la para Angra III, bem como reforço (sempre da contratante) quanto a equipamento e condições financeiras e técnicas, exigências essas que deixam a impressão de que o Sr. Ministro não confiava totalmente na capacitação tão claramente arguida pelo Dr. Franklin Fernandes Filho. E a minha conclusão.

Os membros da presente CPI estão, no caso, diante de todos os técnicos envolvidos, na ocasião, com a decisão ministerial. O Dr. Franklin, como já salientado, propôs a solução única: adjudicação à Construtura Odebrecht. Era o Administrador do Projeto Angra Marinha o mais estreito contacto com a empreiteira, por força de sua função. O Dr. Candeias era o Diretor Técnico de FURNAS e seu Vice-Presidente. Em seu depoimento, sustenta que a Odebrecht não apenas era detentora de notória especialização em obras civis de usina nuclear, como era a única construtora a ter essa especialização. Considerou inconveniente, por outro lado, a superposição de canteiros com diferentes executores de obras, o que poderia ser a consequência do anúncio público. Finalmente, achava mais um grande inconveniente na publicação do anúncio: o tempo a ser gasto com esse procedimento, levando ao encarecimento da obra, pela sua incidência sobre os custos indiretos.

O Dr. Lícinio Seabra, atual Presidente de FURNAS, era Diretor do Planejamento da ELETROBRAS, é ocasião em que a empresa endossou o parecer do Dr. Candeias. Deu ele três razões para a adjudicação das obras civis de Angra II e III à CNO. Primeira, o espaço exiguo, que poderia levar a problemas administrativos e certamente a custo mais altos, além das dificuldades operacionais. Segunda, a experiência adquirida pela CNO, durante quatro anos, em obras civis para usinas nucleares, especialmente no que tangue a controle de qualidade. Terceira, o conhecimento, quer pela CNO, quer por FURNAS, das condições locais, o que certamente levou a melhores custos, dificilmente alcançados por uma nova licitação.

O Dr. Luis Cláudio Magalhães, ex-Presidente de FURNAS, na função ao tempo em que se deu a decisão, faz ênfase, igualmente, na exigüidade do espaço para a construção e na experiência adquirida pela CNO em obras de tal natureza. Em seu depoimento, a uma pergunta a respeito, respondeu que a melhor solução (chegou a dizer até que seria a única viável) era ter um só canteiro de obras, a cargo de uma única construtora. Admitiu, em consonância com a alternativa que estabeleceu em sua carta ao Presidente da ELETROBRAS, que com dificuldade poderia haver mais uma construtora, mas que isso era um grande risco. Considerou textualmente, que o anúncio "era um dos grandes dramas que tinham pela frente", pelo risco que encerrava. Por isso, sustenta que as melhores soluções, pela ordem de preferência, seriam: 1) a adjudicação das obras à CNO, 2) um consórcio.

O Dr. Emilio Lemme nada disse frontalmente contrário à solução dada pelo Sr. Ministro das Minas e Energia. Apenas contestou a colocação feita pelo seu ex-chefe, o Eng.º Franklin Fernandes Filho, quanto ao canteiro de obras só comportar uma empreiteira, pela exigüidade do espaço.

Dante de tudo o que foi dito e exposto a esta Comissão, não há, no meu entender, como chegar tão simplesmente a uma conclusão, quanto à justeza da decisão de adjudicar as obras civis das unidades II e III à Construtora Norberto Odebrecht. O parecer mais cauteloso foi, sem dúvida, o do Coronel Francisco Ferreira, que começa por este período dirigido ao Sr. Ministro: "Este é um assunto que, creio, não lhe dá muita escolha. Se decidir pelo anúncio público, os possíveis desadertos lhe poderão ser imputados; decidindo pela dispensa do anúncio público, poderá ser criticado por isso". Reconhecendo os graves riscos potenciais do anúncio público, lembrando o que ocorreu na construção da ponte Rio-Niterói, mas também não julgando boa a solução de adjudicar a obra à CNO, mas considerando justo que a CNO continue participando das obras, acabou sugerindo uma seleção dirigida a um número limitado de construtoras, automaticamente habilitada, desde logo, a CNO. Em suma, seria um consórcio de outras empresas com a CNO.

O Sr. Ministro das Minas e Energia preferiu acompanhar a linha de pensamento dos técnicos de FURNAS e ELETROBRAS, isto é, a eleição da CNO para as obras civis de Angra II e III, mediante adjudicação e dispensa do anúncio público, como lhe facilita o dispositivo já citado do Dec. n.º 73.140. Ocorreu o que vaticinou o seu assessor, Cel. Ferreira: está Sua Exceléncia sendo criticado por isso. Mas, como igualmente anteviu o mesmo assessor, se houvesse havido o anúncio e, por consequência, dele decorresse qualquer mau resultado, também o Sr. Ministro não seria poupançado. Como se vê, é uma responsabilidade que o administrador público decide assumir ou não. Questão de estilo pessoal. O Sr. Ministro assumiu a responsabilidade de dispensar o anúncio público. Num país onde os homens públicos são tão expostos a acusações levianas, poderia o Ministro, mais até por temor que por virtude, preferir o anúncio público. Estaria resguardado das interpretações malévolas, mas correria o risco, no meu entender bem maior, de se ver julgado, e com razão, um administrador timorato, para quem está em primeiro plano a sua segurança pessoal e não o interesse maior do País. Essa é uma interface de que não há fugir, já que a alternativa adotada, a da adjudicação, tem respaldo em vários argumentos sólidos, mas não elimina um julgamento subjetivo, desfavorável ao Sr. Ministro das Minas e Energia.

### i) Desorganização material do canteiro de obras.

Essa não é uma denúncia da revista alemã, mas uma conclusão irrefutável, que se fica a dever ao zelo do nobre senador Dirceu Cardoso, que trouxe ao conhecimento da Comissão um relatório produzido inteiramente, em FURNAS, sobre as condições materiais em que milhares de trabalhadores, no canteiro de obras, trabalhavam. A descrição das vicissitudes humanas, das insuficiências de toda ordem, desde alojamento até instalações sanitárias, caracterizam completo desprezo pela criatura humana. Não havia higiene e segurança do trabalho em padrões mínimos, condizentes com um ser humano. E isso o Sr. Candeias confirmou ter sido verdadeiro, embora acrescentasse que, ao deixar FURNAS, já a situação melhorara consideravelmente. Erro foi, apenas, supor que tal descabalo se devia à CNO, uma vez que o Dr. Candeias, com certa dose de desassombro, responsabilizou inteiramente FURNAS pela irregularidade chocante, uma vez que FURNAS era encarregada da construção e manutenção do canteiro de obras e não a empreiteira.

De qualquer modo, a impressão causada pelo fato, em todos os ilustres membros da Comissão, foi a pior possível, valendo ressaltar que esse é o lado negativo da inexistência de uma atividade sindical vigorosa, pois se sindicato existisse, com liberdade de atuação, certamente os trabalhadores não teriam sido tão maltratados.

### 3.2 — Sobre concepção do acordo nuclear.

Este ponto foi objeto de longas referências especialmente nos depoimentos dos Senhores Arnaldo Rodrigues Barbalho, Presidente da ELETROBRAS, e do Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRAS. Ambos defenderam a oportunidade do Programa Nuclear Brasileiro como opção válida para geração de eletricidade de forma a compensar o progressivo esgotamento das reservas hidráulicas, de acordo com a estratégia definida no "Livro Branco" divulgado pelo Presidente da República de plena autonomia de capacidade produtiva e tecnológica na área nuclear.

Contra tal ponto de vista situa-se o Senhor Senador Roberto Saturnino, para quem o Programa Nuclear terá sofrido de avaliação excessivamente otimista de nosso modelo econômico, em face dos resultados excepcionalmente favoráveis entre 1969 e 1973, o que nos teria conduzido a superestimar a taxa anual de crescimento da demanda de energia. Assim, caberia uma revisão do Programa Nuclear, no entender do referido Senador, para ajustá-lo à nova realidade nacional. Outro fator, no mesmo sentido, que deveria ser levado em consideração, é a possibilidade de transferência de grandes blocos de energia elétrica, de origem hidráulica, da bacia amazônica, para o centro-sul do País, caso em que a dotação de construção anual de usinas nucleares não mais se recomendaria fazer segundo as previsões do Acordo Nuclear Brasil/Alemanha.

O Presidente da NUCLEBRAS enfatizou que a decisão sobre o Programa Nuclear Brasileiro ocorreu após a crise do petróleo e foi tomada: a) em função da perspectiva de manutenção de uma alta taxa de crescimento da demanda de eletricidade como consequência da reestruturação do consumo de energia provocada pela própria crise do petróleo; e b) à luz da inconveniência de se recorrer ao petróleo para geração de eletricidade.

Tanto o Presidente da ELETROBRAS quanto o da NUCLEBRAS chamaram a atenção para o alto custo da transmissão de grandes blocos de eletricidade a longa distância.

No intuito de concluir o debate a respeito do assunto, é conveniente ouvir a opinião dos Professores Hervásio Guimarães de Carvalho, Presidente da CNEN, Israel Vargas, Secretário de Tecnologia de Minas Gerais, José Goldenberg, da Sociedade Brasileira de Física e Cerqueira Leite, da UNICAMP, entre outros.

Tenho, pois, a honra de submeter aos ilustrados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito as presentes conclusões parciais e as sugestões contidas neste relatório.

Sala das Comissões, 7 de março de 1979. — Jarbas Passarinho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu queria fazer uma sugestão à Comissão, evidentemente, respeitando a deliberação dos Srs. Senadores.

O relatório do Senador Jarbas Passarinho é por demais minucioso; ele exigiu de S. Ex.<sup>a</sup> um grande trabalho. Creio que a Comissão — permitam-me os Srs. Senadores — não teria, neste instante, oportunidade de aprovar, ou discutir sequer, determinados fatos sem uma análise mais circunstancial deste relatório, razão pela qual sugiro à Comissão que levantemos os nossos trabalhos; e na próxima terça-feira, às 10 horas, passariamo à discussão e aprovação, ou não, do relatório do Senador Jarbas Passarinho.

Esta é a sugestão que encaminho à nobre Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Faço uma interrogação sobre a data: é antes do dia 15, não? Inclusive, a prorrogação seria necessário ser feita desde logo; mas, dá tempo para esperar a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — De qualquer forma, Senador Jarbas Passarinho, eu tenho a impressão de que, quanto à prorrogação, não há dúvida de que a própria Comissão a deseja e o regimento do Senado também é claro; bastaria ao Líder, ou a qualquer Senador, propor prorrogação. V. Ex.<sup>a</sup>, no inicio do seu relatório, já propõe a prorrogação.

Evidentemente, cabe-me como Presidente encaminhar ao Presidente do Congresso Nacional o pedido de prorrogação desta Comissão. E eu o farei ainda esta semana.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Houve o aceite, nas últimas decisões da Comissão, de que ela ouviria as seguintes pessoas: o Presidente John Cotrim, o Dr. Mário Bhering, que foi também Presidente de FURNAS, o Coronel Ferreira, que é assessor do Ministro das Minas e Energia, o Presidente da Odebrecht e o Sr. Ministro das Minas e Energia.

Sr. Presidente, há uma reclamação que requer de V. Ex.<sup>a</sup> toda a autoridade, toda a energia: a Comissão requesitou dois relatórios, um da empresa Hoechst, assessora de FURNAS e outros da D'Appolonia, empresa americana, assessora da Odebrecht. Isto em outubro. Esses relatórios vieram para aqui em dezembro último, em inglês, e até hoje, segundo estou informado, os órgãos técnicos da Casa não se dignaram traduzir os relatórios para esta Comissão.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que tomasse energicas providências, porque desde dezembro já há um ofício encaminhado e até hoje não temos tradução nem sabemos as providências que foram tomadas.

Quanto à carta do Dr. Mário Bhering, famosa carta em que ele denuncia irregularidades, ao que estou informado, a Presidência de FURNAS informou a esta Comissão que desapareceu nos arquivos de FURNAS. Desejo que V. Ex.<sup>a</sup> nos informe a esse respeito para que os novos membros da Comissão saibam onde estamos pisando.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, assiste inteira razão a V. Ex.<sup>a</sup> em relação ao relatório da Hoechst e da D'Appolonia. Entraria, também, em entendimentos com o Presidente do Senado para que se proceda à tradução dos referidos relatórios.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, estamos sendo tratados em segundo plano; queremos, requisitamos, solicitamos e os órgãos técnicos não tomam conhecimento disso. É o caso da responsabilização de quem não traduziu e pelas providências que não foram tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Já disse que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Gostaria de saber da carta de Mário Bhering que relata as irregularidades da Westinghouse, na



Segundo a ordem de inscrição, usam da palavra os Srs. Senadores Milton Cabral, João Bosco, Jutahy Magalhães, e, por fim, o Sr. Senador Dirceu Cardoso, que primeiramente presta uma homenagem ao Sr. Senador César Cals, futuro Ministro das Minas e Energia, presente à Comissão, solicitando à Presidência que o convide para tomar assento à Mesa. Prossseguindo, comenta o Relatório Passarinho relativamente às estacas, item V, do Relatório, seguindo com traduções de trechos do Relatório da NUS Corporation.

Finalizando, usa da palavra o Sr. Senador César Cals, que agradece o destaque dado à sua presença na Comissão, e ressalta que, na sua futura missão de Ministro das Minas e Energia, continuará prestigiando o Congresso Nacional, principalmente as Comissões e em particular esta CPI, colocando-se, em seguida, à disposição desta para prestar quaisquer esclarecimentos, assim como todos os seus auxiliares no Ministério das Minas e Energia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleilde Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

**ANEXO A ATA DA 2.ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO N.º 69, DE 1978, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Itamar Franco.  
Relator: Senador Jarbas Passarinho.

**Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.**

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro aberta a reunião.

Consulto o Senador Jarbas Passarinho se S. Ex.<sup>a</sup> quer complementar alguma coisa em relação ao relatório lido.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Por um breve momento, apenas. Sr. Presidente. Srs. Senadores, lido o relatório, na semana passada, precisamente há uma semana, a mim me cabe apenas dizer aos Srs. Senadores que, aqui, está presente a gama de material que foi por mim consultada, durante o meu período de férias.

Abrindo-se qualquer destas pastas ao acaso, vai-se verificar que elas estão assinaladas nos depoimentos principais que estão aqui citados.

Então, já expliquei, na reunião passada, que não pude, infelizmente, tirar partido do meu trabalho, citando desde logo a página e o número, por uma razão muito simples: primeiro, porque a paginação da Taquigrafia não é uma paginação corrida ao longo do trabalho taquigráfico; ela se renova a cada trabalho; eu teria que citar a data de cada pronunciamento e o número da página corrigida. Pedi a meus nobres colegas que dispusessem de uma semana para verificar se havia neste relatório qualquer citação que não fosse verídica. Qualquer citação! Quando elas estão entre aspas, eu respondo integralmente por elas.

Não houve, por outro lado, nenhum depoimento que fosse escamoteado; não houve uma declaração contrária de depoentes que, aqui, não tivesse sido aproveitada. O último depoente, do qual se esperava uma carga de acusações muito grande — está aqui o resultado de seu longo depoimento — foi o Engenheiro Emílio Cláudio Lemme. Ele está citado no meu relatório, nas partes que cabia citar.

De maneira que, como homem público, como Senador que, aqui, teve oportunidade de receber palavras elogiosas de alguns companheiros — notadamente do Senador Dirceu Cardoso, ao qual sou muito grato pelas expressões, que honram a qualquer colega; inclusive, pela oportunidade que teve de dizer-las, também, no Plenário do Senado — eu me considero inteiramente desobrigado de preocupar-me com as interpretações maledicentes. Estou aqui para dar satisfação ao Congresso Nacional e aos Senadores da República.

Comportei-me como Relator da maneira como foi aqui evidenciada pelo Presidente da Casa e por todos os companheiros. De modo que não foi meu objetivo, em nenhum instante, esconder qualquer tipo de acusação feita a quem quer que fosse; ao contrário, tive a coragem de pinçar essas acusações, colocá-las entre aspas, sublinhá-las e compará-las com os depoimentos. O que não posso é comparar com a revista *Der Spiegel*; o que não posso é dar à revista *Der Spiegel* a preponderância da verdade sobre os depoimentos que, aqui, foram feitos.

De maneira que este foi meu relatório e eu não teria o que alterar, porque é um relatório meditado, estudado durante bastante tempo do nosso recesso.

Sr. Presidente, se há alguma coisa pela qual respondo moralmente, é precisamente este relatório que V. Ex.<sup>a</sup> põe em votação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Pela ordem, para discutir o relatório apresentado pelo Senador Jarbas Passarinho, concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral, cuja inscrição foi feita na última reunião. S. Ex.<sup>a</sup> deseja usar da palavra?

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, prefiro deixar para falar oportunamente, tendo em vista estar chegando ao recinto da reunião neste momento. Pediria que fizesse constar meu nome em último lugar, na ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Porto.

O SR. PASSOS PORTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, desejo prestar minha solidariedade ao eminente Relator, Senador Jarbas Passarinho, pelas acusações infundadas que a imprensa veiculou contra o esforço desse eminente homem público brasileiro que com tanta dignidade examinou, em profundidade e com o máximo de isenção, as acusações levianas da revista alemã *Der Spiegel*.

Havia-me inscrito, Sr. Presidente, para propor o encerramento desta CPI, porque, depois de ler atentamente o relatório do nobre Senador Jarbas Passarinho e ver que esta Comissão, por mais de cem horas, examinou em detalhes as acusações daquela revista alemã, eu entendo que uma CPI, pela sua própria natureza, deve ser dinâmica, deve ser rápida e atender aos objetivos para que foi criada; e tendo o relatório esgotado as respostas às acusações da revista *Der Spiegel*, eu penso que, em vista do número de CPIs que os jornais anunciam, solicitadas pela ARENA e pelo honrado Partido da Oposição, nós deveríamos encerrar esta CPI, depois deste brilhante, exaustivo e correto relatório do eminente Senador Jarbas Passarinho.

Mas, Sr. Presidente, rendendo-me às ponderações do eminente Relator, rendendo-me ao que me disse o Senador Jarbas Passarinho, de que há necessidade ainda, no curso deste ano legislativo, de se examinar diversos aspectos do Acordo Nuclear, deixo de discutir o relatório, porque sou a favor, hoje, de sua aprovação.

O relatório parcial que S. Ex.<sup>a</sup> o Relator nos deixou já concluída a parte inicial, se referiu aos assuntos de ordem administrativa, de ordem moral e de ordem técnica, motivo de acusação da revista alemã.

Sr. Presidente, sou um recém-chegado a esta CPI e encontrei-a já no meio do caminho, examinando um assunto novo na vida brasileira, na própria tecnologia brasileira; um assunto em que, acredito, precisaríamos nos aprofundar sob alguns aspectos de natureza técnica. Políticos como somos, não temos condições, ainda, de conhecer a própria tecnologia nuclear e a própria política nuclear, pois ela está sendo experimentada no Brasil, também, através desse programa patriótico do Governo de nos fornecer energia nuclear para atender à demanda energética do País.

Em face do exposto, Sr. Presidente, sou pela aprovação do relatório e pelo prosseguimento desta CPI, dentro do cronograma estabelecido por essa Presidência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ITAMAR FRANCO (Presidente) — Gostaria de passar a palavra ao Senador Jarbas Passarinho, que a solicitou.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, solicitei a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra porque, a rigor, a cada um dos Srs. Senadores intervenientes na discussão, suponho que deveria suceder a palavra do Relator para as respostas.

O Senador Passos Porto já deixou clara a minha intervenção junto a S. Ex.<sup>a</sup>, porque, diferentemente de S. Ex.<sup>a</sup>, eu entendo que esta CPI não está esgotada. A CPI chegou a algumas conclusões nitidas, mas restam outras a averiguar. E, fundamentalmente, resta discutir algo da maior importância para nós, que é o problema da propriedade, da adequação, da velocidade com que se implanta o Programa Nuclear. E até mesmo ouvir professores universitários que têm feito praça de posição frontalmente contrária ao próprio Acordo Nuclear. Temos, por exemplo, sugerido aqui a vinda — eu até confesso que não tinha tomado a iniciativa, mas cedi a ponderações do Senador Roberto Saturnino — do Professor Cerqueira Leite, cuja posição é radicalmente contrária a qualquer construção de usina termonuclear no Brasil — nucleoelétricas. Em consequência, acho que nós não temos por que fugir de ouvir esses homens. Eles que venham dizer aqui; nós temos o ponto de vista do Governo e de cientistas neutros, que também discutirão sobre o problema do acordo.

Por outro lado, resta ainda um aspecto importante a discutir, relativamente à adjudicação das obras à Norberto Odebrecht. Provavelmente, que legal a atitude do Ministro é. E houve um grande jornal da República que glosou esta expressão, dizendo "legal, mas duvidoso". Justamente por ser duvidoso é que nós estamos discutindo, para chegarmos à conclusão. Dentro da lei, se permite a adjudicação nas condições em que permitiu, mas só

permite, segundo o art. 2º do Decreto n.º 73.140, desde que haja conveniência para o serviço. Então, o que me parece que cabe à CPI é debruçar-se nesse aspecto e verificar se a adjudicação feita sem licitação e sem o aviso público foi ou não conveniente ao serviço.

Estes dois pontos parece que, no meu relatório, estão claramente em suspenso, eles não são conclusivos, razão pela qual solicitei ao Senador Passos Porto que meditasse sobre a sua proposta e S. Ex.<sup>a</sup>, muito elegantemente, concordou com o Relator, razão fundamental inclusive. Sr. Presidente, pela qual solicito, no primeiro período do relatório, a prorrogação dos trabalhos da Comissão, o que estou pronto a fazer como Líder, e se o Líder do MDB quiser me acompanhar, tanto melhor.

O SR. PASSOS PORTO — Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (Presidente) — Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PASSOS PORTO — Sr. Presidente, eu creio que o problema nuclear brasileiro — o aproveitamento da energia nuclear e o Programa Nuclear — poderia ser objeto de um simpósio, de um painel feito pelo Senado Federal, convidando todas as autoridades especializadas no assunto. Pensava no encerramento desta CPI para que desse lugar a outras CPIs que a oportunidade histórica e o instante político estariam a exigir. Mas, como disse, rendo-me e acho que as ponderações do eminente Relator são procedentes e por isto, Sr. Presidente, estou com o relatório do eminente Senador Jarbas Passarinho.

O SR. ITAMAR FRANCO (Presidente) — Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós tivemos a oportunidade, esta semana, de reler o relatório apresentado pelo Senador Jarbas Passarinho com mais cuidado. Realmente, verificamos que S. Ex.<sup>a</sup> abordou com muita propriedade, com muito cuidado e com muita cautela todos os pontos que foram objeto de investigação mais detalhada da Comissão, até o presente momento. E S. Ex.<sup>a</sup> teve, a cautela, também, de chamar a atenção da Comissão no sentido de que os trabalhos não devem ser considerados encerrados, muito ao contrário, porque faltam pontos importantes, como S. Ex.<sup>a</sup> ressaltou o caso ainda da conveniência da adjudicação à construtora Norberto Odebrecht e, a meu ver, o ponto principal que é a discussão, o debate propriamente dito do mérito do acordo em si. Embora este assunto tenha sido objeto de investigação e indagações de nossas parte a vários depoentes que por aqui passaram, a Comissão não ouviu, ainda, as pessoas, os cientistas e os técnicos do setor de energia que se têm manifestado de certa forma contrários ao acordo, ou com restrições determinadas ao Programa Nuclear do Governo brasileiro. Acredito que, para formarmos um consenso e uma opinião sedimentada a respeito desse importante assunto, que é um dos objetos principais e a meu ver o principal desta Comissão, nós devemos dar seqüências, ouvindo estas pessoas que, mais ou menos, já foram relacionadas em sessões anteriores.

Quanto ao relatório, eu teria apenas um reparo a fazer, que gostaria de, nesta oportunidade, levar ao conhecimento do relator e dos ilustres colegas desta Comissão. Até o item h, eu não teria nada a discordar; ao contrário, acho que o relator foi bastante claro e minucioso (pág. 21, item h). Aí entra, realmente, a questão da adjudicação das obras da construção de Angra 2 e Angra 3 à construtora Norberto Odebrecht, sem a licitação.

Ouvimos, aqui, nesta Comissão, várias razões justificativas dessa decisão governamental, razões que foram apresentadas e que não ocultam nem ocultaram o fato de que essa decisão do Governo brasileiro, que foi uma decisão tomada num período muito curto, de certa forma apressadamente e, a nosso ver, sem uma formação jurídica adequada — o que, aliás, o relator abordou com propriedade — levou à construtora Norberto Odebrecht duas vantagens, de grandes dimensões, importantes, a saber:

1.º) esta decisão concedeu à Construtora Norberto Odebrecht uma posição de virtual monopolista do know-how de construção de usinas nucleoelétricas entre as grandes construtoras brasileiras;

2.º) esta posição vantajosa foi reforçada e consagrada por um contrato de assistência técnica fornecida por uma empresa alemã especializada, um contrato de custo elevado — se não me engano é algo como 50 milhões de dólares — que foi integralmente pago pelo Governo brasileiro, através de Furnas. Isto é, a empresa construtora, além de ter o monopólio virtual do know-how de construção, se beneficiou com esse contrato de assistência técnica que ela não pagou, mas sim o Governo brasileiro. Por conseguinte, ela usufruiu dessas duas vantagens consideráveis, muito grandes e de grande importância para a sua situação no futuro mercado de construção de usinas nucleoelétricas no Brasil.

As justificativas que foram dadas para esta decisão não explicaram, absolutamente. Por que? Em primeiro lugar, porque

houve esse favorecimento a que eu já me referi, essa vantagem à Construtora Norberto Odebrecht; segundo, porque, houve, anteriormente, problemas de performance dessa empresa, na construção de Angra 1. Considerando esses dois fatores, as vantagens efetivas que nasceram dessa decisão e os problemas havidos anteriormente, a indagação é a seguinte — e não foi respondida por nenhum dos depoentes que por aqui passaram: por que, tendo em consideração isso, Furnas, o Ministério das Minas e Energia ou a ELETROBRAS não usaram o seu poder de barganha para exigir a constituição de um consórcio da empresa Norberto Odebrecht com outras empresas construtoras nacionais, consórcio que chegou a ser recomendado e que era perfeitamente viável, solução esta que não foi condenada por ninguém? Então, admitindo — o que, também, não ficou integralmente provado — que fosse impossível a construção de um segundo canteiro de obras naquele espaço da Praia de Itaorna, pelo menos a obrigação da constituição de um consórcio com outras empresas dividiria não só a responsabilidade mas o conhecimento, o know-how, e evitaria essa situação de privilégio que resultou para a Odebrecht da decisão do Governo. E tendo o Governo, Furnas ou a ELETROBRAS todas as condições de impor essa condição, assim como impôs a obrigatoriedade da assistência técnica de firma alemã, por que a solução do consórcio não foi usada? Esta indagação foi colocada e não foi respondida satisfatoriamente. Acho que isto deveria ser objeto de uma investigação ainda mais aprofundada, enfim, junto à própria Empresa Norberto Odebrecht, para que os seus responsáveis, o seu presidente, o seu dirigente nos pudesse dizer alguma coisa sobre isto.

Quanto ao mais, não tenho nenhum reparo a fazer ao relatório. Muito ao contrário, quero aproveitar o ensejo para cumprimentar o Relator pelo seu trabalho, que realmente refletiu tudo o que se passou nesta Comissão até agora. Porém, contrariamente ao ponto de vista do Senador Passos Porto, insisto em que o trabalho da Comissão não está absolutamente encerrado. Díria até que chegou, talvez, à metade, porque a outra metade, a outra parte, eu considero mais importante, que é o debate do mérito, em si, do acordo nuclear. Era isto, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, conclui que o Senador Roberto Saturnino não apresentou, na verdade, nenhum reparo ao meu relatório. O que S. Ex.<sup>a</sup> acabou de declarar é exatamente o que eu, ainda há pouco, salientava, quando expliquei as minhas razões pessoais ao Senador Passos Porto, que é a necessidade de aprofundar a investigação.

Aqui, S. Ex.<sup>a</sup>, que acompanhou constantemente o trabalho, não de estar lembrado de que não houve nenhum depoente, nem mesmo o engenheiro Emilio Cláudio Lemme, no qual se depositava a esperança de que trouxessem dados novos que profligassem essa decisão — repito — nenhum depoente trouxe uma condenação formal. Todos eles disseram que havia várias hipóteses, havia várias alternativas. Agora, o mais interessante é que foi um homem do Governo, o Cel. Ferreira, quem colocou a melhor posição nessa questão, quando ele disse que o Ministro iria ter problemas se tomasse a decisão da adjudicação pura e simples da Norberto Odebrecht, exatamente por essas conclusões a que chegou o Senador Roberto Saturnino. Primeiro, por um virtual monopólio, com o qual concordamos aqui. A partir de um determinado momento em que a firma se especializa e ganha a especialização sozinha neste campo, ela tem o que o Senador disse, com muita propriedade, um virtual monopólio. Pode deixar de ter porque, como se sabe, essas companhias todas têm uma grande mobilidade horizontal de técnicos, que saem de uma firma para outra. Em geral, a firma não é aquilo que o seu nome e a sua razão social representam, mas aquilo que os seus técnicos representam. De maneira que, amanhã, uma outra firma, contando com os técnicos que trabalharam na Norberto Odebrecht durante esse período, poderá, por seu turno, concorrer a novas obras. Então o monopólio é virtual, como disse S. Ex.<sup>a</sup>.

O Ministro já está aqui fartamente, exaustivamente colocado — ponderou as razões apresentadas por todos os lados e acabou ficando com o ponto de vista dos técnicos, desde Furnas, desde o primeiro, que foi, no meu entender, o mais impressionante depoimento aqui apresentado: o do Engenheiro Franklin Fernandes Filho, que foi sabatinado horas a fio, não só pelo Senador Roberto Saturnino, não só pelo Senador Dirceu Cardoso mas pelo Relator, especialmente.

Peço aos nobres companheiros que estão chegando à Comissão que leiam as perguntas que eu fiz ao Engenheiro Franklin Fernandes Filho. Foram perguntas, até certo ponto, duras.

A decisão do Ministro de não se inclinar pelo consórcio, ele a justificou amplamente. Se a justificativa cabe ou não, é o que resta verificar. Se foi conveniente ou não o serviço, vamos provar através das perquirições que deveremos continuar fazendo.

Aqui, cheguei a sugerir, em consonância com o Senador Dirceu Cardoso, que esses nomes fossem os indicados para os próximos depoimentos. Inclusive, fundamentalmente, a Norberto Odebrecht, que ainda não foi ouvida e que terá de vir aqui, será questionada e dará as suas ponderações.

Agora, um fato que naturalmente não passa despercebido ao Senador Roberto Saturnino é que é muito comum nessas empresas — não só na Norberto Odebrecht, mas em todas elas, a Mendes Júnior, a Camargo Corrêa, as nossas multinacionais que já operam no estrangeiro — fazerem o negócio inicial com baixo lucro ou mesmo sem lucro, para se garantirem nos contratos subsequentes, onde ela leva vantagem por já estar nos canteiros de obras, toda a parte logística já está montada e toda a economia de meios se faz para o segundo contrato, que pode ser muito mais vultoso do que o primeiro. Ocorre que uma das nossas hidrelétricas principais e talvez a mais expressiva hoje em construção no Brasil teve o mesmo tipo de concorrência com uma companhia construtora de barragens. Então, ela, prevendo o lance seguinte, ofereceu preços que, inicialmente, seriam até desvantajosos, para que depois ela pudesse assegurar a vantagem aos novos preços de novas concorrências, uma vez que a concorrência não era global, para toda construção da empresa, havia partes.

Então, a colocação do Senador Roberto Saturnino eu a recebo, agradeço o julgamento de S. Ex.<sup>a</sup>, que muito me honra, mas recebo em consonância com o meu ponto de vista e sugiro que seja averiguado esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Milton Cabral, o Senador Dirceu Cardoso, inscrito em segundo lugar, insista em falar por último. Concedo, então, a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. MILTON CABRAL — Pois não.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que o relatório do Senador Jarbas Passarinho é uma peça muito bem elaborada e ele procedeu a um resumo admirável, diante do volume da matéria aqui debatida. Foi até muito feliz em colocar as idéias centrais do problema.

Quanto à questão financeira, da transferência em moeda forte para o exterior, este assunto acreito eu esteja inteiramente esclarecido. S. Ex.<sup>a</sup> abordou esta questão em todos os seus aspectos e ficou, então, comprovada aqui a levianidade da afirmação da revista *Der Spiegel*, com relação à movimentação de recursos para o exterior, em todos os seus aspectos.

Outro ponto. Com relação a uma possível falha pela mobilização de assessorias, acreito eu que qualquer empresa brasileira teria de contar, forçosamente, com o assessoramento externo, tal o caráter pioneiro da obra. Até então, nenhuma empresa brasileira de engenharia, na área da construção civil, teria condição de enfrentar a responsabilidade da construção de uma usina nuclear sem apelar para uma assessoria externa. Portanto, o fato de ter havido assessoria externa não deve merecer nenhum reparo.

Com relação à performance, levantada aqui pelo Senador Roberto Saturnino, acreito que não se pode examinar a performance da empresa levando-se em conta apenas o curto período, digamos, o período de inauguração da obra, mas sim ao longo do período de todo o contrato, porque ela pode ter uma performance de baixo nível numa determinada fase e, a seguir, ter compensações, avançar e conquistar uma performance bem melhor. De maneira que isso cabe examinar ao longo do período até o final da construção.

A idéia do consórcio, como foi recomendada, na minha opinião vai depender, também, do exame dessa performance porque se, na realidade, ao final da construção, foi observado e constatado que a construção se realizou dentro de uma elevada e boa eficiência, evidentemente que o critério do consórcio ai já fica abalado.

Mas, de qualquer maneira, pessoalmente acho que a idéia do consórcio teria sido a idéia mais feliz, porque permitiria a distribuição de conhecimentos não só numa empresa, mas entre duas ou três empresas.

Precisamos examinar, também, o tipo de contribuição que poderia ser dada com a participação de mais uma ou duas empresas; isso é uma coisa que precisaríamos examinar. Temos empresas brasileiras que são tradicionais no campo das fundações e temos empresas brasileiras que são especialistas em concreto, só fazem concreto armado. Este é um assunto que não está exaurido; teríamos que examinar em maior profundidade o tipo de contribuição, de participação que mais uma ou duas empresas poderiam emprestar. Logicamente que seriam empresas nacionais de grande porte, seja técnico, financeiro, enfim, empresas de engenharia que estão afeitas ao ramo da construção civil, que são especializadas no ramo da construção civil.

De modo geral, a minha opinião é de que o relatório, nesta primeira etapa, atendeu a uma porcentagem muito elevada das

dúvidas levantadas. O debate continua, certamente, em relação a alguns pontos e, como muito bem diz o Sr. Relator, ele mesmo propõe que esse debate deve continuar.

Mas, por enquanto, naquilo que considero essencial nesses pontos, como a parte financeira de transferência de recursos e sobre a performance e do consócio, na minha opinião são assuntos que não podem ainda ser concluídos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jarbas Passarinho, deseja fazer alguma observação com relação às colocações feitas pelo Senador Milton Cabral?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou de acordo com as colocações feitas pelo Senador Milton Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Senador João Bosco.

O SR. JOAO BOSCO — Sr. Presidente, as manifestações que iria fazer na Comissão deixei de fazê-las, face aos esclarecimentos apresentados pelo Senador Passos Porto e pelo Relator Jarbas Passarinho. Reclamaria, entretanto, aqui, uma retificação do Senador Dirceu Cardoso.

Estava eu em meu gabinete, na semana passada, quando ouvi S. Ex.<sup>a</sup> fazendo uma revelação, no plenário do Senado, de que os novos Senadores que eram membros da Comissão haviam decidido votar, hoje, nesta reunião, pela conclusão da Comissão.

Queria dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que não pensei em fazer isso, não fui consultado por nenhum companheiro da bancada da ARENA para que isso acontecesse; fui surpreendido pelas declarações feitas, há pouco, aqui, pelo Senador Passos Porto.

De maneira que gostaria de solicitar a S. Ex.<sup>a</sup> que retificasse, porque os jornais noticiaram isso e é desagradável para um Senador que está iniciando seus trabalhos numa Comissão, ver imputado, assim, um pré-julgamento a uma atitude que vai adotar. Apenas isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHAES — Sr. Presidente, como o Senador Dirceu Cardoso deseja ser o último a falar hoje, solicito falar antes dele.

É apenas para uma indagação. O relatório do Senador Jarbas Passarinho foi elogiado por todos aqui, nesta Comissão, e também por grande parte da imprensa.

Mas, há uma dúvida levantada pela Folha de S. Paulo, e como não assisti aos depoimentos prestados aqui anteriormente, solicito a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Relator que me esclareça.

A Folha de S. Paulo declara que o documento básico do qual se serviu o Senador Jarbas Passarinho para o relatório a respeito da adjudicação à firma Norberto Odebrecht era o depoimento do Dr. Franklin Fernandes Filho e levanta uma dúvida a respeito desse depoimento, sobre a condição do Dr. Franklin de ser ligado à firma Norberto Odebrecht.

Era a indagação que gostaria de fazer a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Jarbas Passarinho, a respeito desse depoimento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Senador Jutahy Magalhães, é muito oportuna essa sua indagação.

Realmente, surpreende-me que a Folha de S. Paulo, normalmente tão razoável em seus argumentos, tenha colocado essa afirmativa que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ler. Prova de que quem escreveu isso não acompanhou os trabalhos da Comissão.

Se eu me louvasse apenas no depoimento do engenheiro Franklin Fernandes Filho para chegar a essa conclusão, eu mesmo teria vergonha do relatório que apresentei. Retirei, pinsei — insisto, aqui, como disse na abertura deste trabalho — as declarações de todos os depoentes, e se houve um ponto onde todos os depoentes foram chamados a opinar foi precisamente esse. A única diferença é que o engenheiro Franklin Fernandes Filho foi o único a dizer que era inevitável entregar à construtora Norberto Odebrecht a adjudicação, porque só cabia uma construtora no canteiro; só.

Então, no máximo, seria isso que o Senador Roberto Saturnino declarou: o consórcio com ela. Mas ela, de qualquer maneira, estaria lá, e para o engenheiro Franklin Fernandes Filho o melhor era que fosse a ela adjudicada a obra. Foi o que disse, claramente.

O Engenheiro Cláudio Magalhães declarou, também, que do seu ponto de vista havia inconveniente e sério risco se houvesse dois canteiros.

O engenheiro Emílio Cláudio Lemme — está aqui, estava acabado de reler e foi o único que, em linguagem militar, não ilumidei o depoimento, não sublinhei as partes fundamentais — em

resposta a mim declarou, também, que havia inconveniente, desde que as obras fossem concomitantes, mas admitia, ainda assim, a possibilidade de dois canteiros. Foi o único dos depoentes, e tudo isso está no relatório. Absolutamente, não procede essa afirmativa; ela é feita por escassez de informações do próprio jornal, o que me surpreende, porque acompanhou aqui, sistematicamente, todos os trabalhos realizados.

Então, ouvimos aqui cada um dos depoentes, com eles, obrigatoriamente, passamos por esse ponto do itinerário, era obrigatório discutir a razão de ser ou não do canteiro, e todos, com exceção, naturalmente, do Dr. Antônio Carlos Magalhães que, como disse aí, limitou-se a encaminhar um documento sem maior comprometimento ao Ministro de Minas e Energia, se manifestaram de acordo em que a melhor solução era a adjudicação a uma firma. O Dr. Cláudio Magalhães, entretanto, foi aquele que, no decorrer do processo, apresentou alternativas. E uma delas foi essa a que se refere o Senador Roberto Saturnino, consórcio; e foi aquele que teve o cuidado de, desde logo, limitar os participantes desse consórcio a no máximo quatro. E isso tudo está no relatório. Sr. Presidente, está tudo no relatório. Talvez porque o relatório tenha trinta e seis páginas e o tempo conspira contra o jornalista, ele não tenha lido as trinta e seis páginas, é esse o número de páginas, onde justifico essa colocação. E não vi, aqui não ficou, não me lembro nem de inquirição do Senador Dirceu Cardoso, nem do Senador Roberto Saturnino, que são os homens da Oposição que estavam aqui permanentemente, nenhuma prova de ligação de Franklin Fernandes Filho com a Odebrecht. Para mim é novidade: ligação pessoal de Franklin Fernandes Filho com a Odebrecht, eu não vi nenhuma. Se estiver em alguma parte do depoimento, por favor, faça o que V. Ex.<sup>a</sup> chama de refrescar a memória. Ao contrário, o que se mostrou aqui, foi a insistência com que o Senador Dirceu Cardoso perguntava: "Por que cada um desses homens se demitiu?" Então, está ai amplamente explicado. Diz Cláudio Lemme que se demitiu por um questão de administração. Não concordou com o estilo de administração e retirou-se. Franklin Fernandes Filho declarou que chegou seu tempo de aposentadoria e então ele preferia aposentar-se. A mesma declaração deu o Sr. Candeias. E não me consta...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES -- Senador Passarinho, apenas uma retificação de minha parte, houve um equívoco meu. Não é o Dr. Franklin Fernandes que é ligado à Odebrecht. Realmente a Folha de S. Paulo fala que o depoimento dele está baseado em informações de firmas, empresas que são ligadas à Norberto Odebrecht. Daí a preferência, a decisão dele pela adjudicação ser baseada em fatos ligados a depoimentos, a firmas e relatórios de pessoas ligadas à Norberto Odebrecht.

O SR. JARBAS PASSARINHO -- Como, Sr. Senador, não li a nota do jornal, e estou surpreendido com isso, e surpreendido por não ter lido, porque tenho lido tudo relacionado com a CPI, gostaria de perguntar: qual é a colocação do jornal? Declara que o depoimento do Engenheiro Franklin Fernandes foi louvado em firmas...?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES -- Então, vou ler para V. Ex.<sup>a</sup>:

"Que é o documento básico, não há dúvida, mas parece que o Senador Jarbas Passarinho não o leu com a devida atenção. Trata-se de uma peça com aproximadamente seis mil palavras, das quais as primeiras quatro mil abordam enfadonhas problemas de estrutura de solo. Na parte restante é que se desenvolvem as alegadas razões técnicas, com a finalidade evidente de entregar o peixe a Odebrecht.

Vamos à demonstração, utilizando o item 7.8 desse documento, que versa sobre aspectos gerenciais. Diz o autor, textualmente:

"Em fins de 1975, foi formado na obra um grupo de trabalho integrado por elementos de FURNAS e da Construtora Norberto Odebrecht para fazer a avaliação, em dimensão e no tempo, dos fatores consequentes da construção, dentro dos cronogramas em vigor, de três usinas nucleares em Angra".

Depois de revelar que o relatório do grupo de que participavam empregados da Odebrecht ficou pronto em fevereiro do ano seguinte, o Sr. Franklin Fernandes revela, no item 7.14:

"Um dos principais problemas enfrentados pelo grupo de trabalho foi dimensionar o canteiro e instalações de modo que coubesse dentro de Itaorna, dada a exiguidade do espaço. Da leitura atenta do relatório depreende-se a impraticabilidade de dois canteiros operados por entidades distintas, o que vem dificultar seriamente a existência concomitante de um empreiteiro civil para a Unidade I e outro para fundações da Unidade II, e igualmente um empreiteiro para fundações e outro para as obras civis das novas unidades."

Conclusão surpreendente: um grupo de trabalho formado por gente da Odebrecht achou que em Angra não cabiam outras construções, só a Odebrecht.

Para provar sua isenção, o Sr. Fernandes escrupulosamente submeteu o relatório à empresa alemã Hochtief. Esta firma especializada enviou parecer, em 19 de julho, aprovando integralmente as conclusões do grupo de trabalho de que participava a Odebrecht. O que o relatório Fernandes se esqueceu de mencionar é que a Hochtief funcionava como assessora da Odebrecht em Angra, ministra revelada por ofício do Sr. Fernando Candeias à direção de FURNAS, em 10 de setembro, no item 6.4. Portanto, as conclusões do grupo da Odebrecht sugerindo a contratação da Odebrecht receberam o aval — por todos os títulos insuspeitos — de uma associada da Odebrecht."

É essa a dúvida levantada. E como não assisti ao depoimento, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse essas dúvidas.

O SR. JARBAS PASSARINHO -- Isso me parece que muda bastante a apresentação preliminar da pergunta. Essa questão foi inclusive aqui discutida e até há uma pergunta minha feita aqui sobre o item 7.18, em que eu ainda pergunto: "Como servir de juiz se a Hochtief é apêndice da KWU?" Eu mesmo me perguntei, aqui, no documento. E depois indagamos, no decorrer dos depoimentos, exatamente o porquê da constituição dessa equipe com a própria Norberto Odebrecht. Engana-se o articulista, se é articulista ou se é editorialista, engana-se redondamente pensando que eu li as quatro mil palavras que estão aí. Elas estão lidas, relidas, sublinhadas e aqui foram debatidas exaustivamente. Muito mais do que o articulista que deve ter lido uma vez só, provavelmente. Nós aqui lemos várias vezes e discutimos várias vezes. As intervenções do Senador Dirceu Cardoso trouxeram o relatório do Sr. Franklin Fernandes Filho a todos os depoimentos, ainda que nada tivesse com ele os depoentes. O que ocorre é que, segundo explicação dada aqui pelo Sr. Franklin Fernandes Filho — complementada, em seguida, pelos técnicos de FURNAS — quando se começou a construção do canteiro — está dito aí por três depoentes diferentes — já se sabia que não ficaria a construção limitada a uma usina; seria uma central com várias usinas. Primeira colocação, que é importante diante da sua objecção. Segundo, ganha uma concorrência pública a firma Odebrecht. Se ela ofereceu preços abaixo do mercado ou não, é um problema de concorrência pública. Está a licitação. Está aí um dos casos da licitação. Opera no campo a Odebrecht, não com a Hochtief como sua associada, mas com a A. & Jones, que era a firma americana que lhe dava assistência, pois que ela não tinha, como nenhuma empreiteira brasileira tinha, nenhum conhecimento de construção civil para fins nucleares. A Hochtief entra depois. A Hochtief aparece a partir do programa; a Hochtief aparece com o Acordo Nuciar. E aí, então, quando se pensa em Angra-II e Angra-III, que vai aparecer a Hochtief, em grande parte imposta pela KWU, pelo contrato da KWU conosco; e praticamente uma imposição. Portanto, na hora em que se faz uma Comissão para estudar o problema do canteiro de obras e as dimensões desse canteiro em relação à central nuclear, era infalível, era impossível deixar de constituir a comissão com elementos da própria construtora que lá se encontrava. Era ela que estava tendo experiência na construção da obra. Então, era interessante isto do que se fizesse uma comissão inteiramente à parte daquela empreiteira que estava executando o trabalho. Aí, sim, a mim me parece que seria uma suspeição preliminar e indevida, totalmente indevida. Então, ela participou de um grupo de trabalho que estudou esse problema. Em seguida, sim, ele teve o cuidado, como declarou aqui, no 7.17, que "devido às dificuldades enumeradas anteriormente" — que eram as dificuldades de matações e as dificuldades de solo friável — "obtivemos a competente autorização de V. S.<sup>a</sup>" — ele está se referindo, aqui, ao Superintendente da FURNAS — "para a Hochtief rever o relatório". Note-se bem, a Hochtief era uma empresa que ia assessorar a construção de Angra II e III. Não tinha nada com Angra I. Angra I é a A & Jones. Então, a Hochtief, que tinha todo o interesse na construção das usinas, interessou em que o Programa Nuclear Brasil-Alemanha fosse bem sucedido, porque o interesse também é grandemente alemão, a ponto de ser dito por uma alta autoridade alemã que é um dos maiores negócios, senão o maior negócio de exportação feito desde que a Alemanha existe como República Federal.

Então, essa firma tem, para mim, uma natural insuspeição no texto do articulista. É uma questão de julgamento subjetivo: o articulista ou editorialista declara que a Hochtief foi apenas trazida aí para coonestar a decisão.

É um ponto de vista dele que pode ser respeitado, mas não é para mim. Então, eu não concordo com esta colocação, porque a Hochtief, em seguida, atuou realmente — como eu disse agora — não mais como juiz, que ele coloca aqui; juiz, não; ela estava interessada na KWU, ela era apêndice da KWU. Ela poderia atuar como juiz no dimensionamento do canteiro, sem levar em con-

sideração quem viria depois, mas com a certeza de que, qualquer que fosse a firma brasileira que viesse, quem ia fazer a construção da usina nuclear era a KWU, não era a Westinghouse.

Então, modifico a resposta conforme a orientação inicial da sua pergunta, que me pareceu estranha, e acho que é uma dúvida levantada que é subjetiva.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex.<sup>a</sup> quer continuar com a palavra?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de entrar, propriamente, no estudo do Relatório Passarinho, quero destacar aos ilustres componentes da Comissão uma presença que, a meu ver, honra a Comissão. Ele não é membro da Comissão de Minas e Energia; é um Senador como outro qualquer, mas é um Senador que o Governo da República destacou como futuro Ministro das Minas e Energia. E a sua presença aqui, portanto, vem prestigiar os trabalhos de nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Embora inteiramente de acordo com o elogio que V. Ex.<sup>a</sup> faz, verifico que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de demitir o Senador César Cals da Comissão de Minas e Energia para a qual eu o designei.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe. Então, com mais respeito ainda.

Mas, há outra oportunidade que não quero perder: não é o Senador César Cals, que o Governo veio buscar aqui, no âmbito do Senado, para Ministro; é a substituição, no Ministério das Minas e Energia, de uma mentalidade petroleira que dominou o Brasil nestes 5 anos por uma mentalidade energética que abrange todos os problemas da Energia Nuclear no País que é a do futuro Ministro das Minas e Energia.

Portanto, Sr. Presidente, esta homenagem que quero prestar à presença do futuro Ministro das Minas e Energia significa o elogio daquela mentalidade que vai substituir a petroleira, que presidiu — presidiu — os Contratos do Acordo Nuclear, a política do álcool, enfim, toda essa política energética brasileira, mas sempre com a presença e a mentalidade petroleira de onde é oriunda, pela mentalidade mais aberta e mais abrangente, porque, construtor de usinas e, portanto, estudioso dos problemas energéticos, o Senador César Cals abrange e abarca todos os problemas da energia no País.

Então, eu pediria como uma homenagem da Comissão que V. Ex.<sup>a</sup> o convidasse para honrar esta Comissão, tomando parte na Mesa que dirige os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Vou atender ao apelo do Senador Dirceu Cardoso, e só não o fiz antes, Senador Dirceu Cardoso, porque evidentemente nós consideramos ainda o futuro Ministro César Cals como um colega, um companheiro nosso. S. Ex.<sup>a</sup> preferiu participar como Senador — e que ainda o é — dos trabalhos desta Comissão. Mas, de qualquer forma, a Presidência atende ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e convida, então, o futuro Ministro César Cals para tomar assento junto à Presidência e ao seu Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito bem! Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, outra preliminar: como nós vamos discutir o Relatório Passarinho, vamos ler, aqui, documentos cuja tradução a Comissão não teve o ensejo de conhecer, porque o Senado não atendeu à requisição da tradução dos Relatórios da Hochtief e da D'Apolonia até agora. Essa providência V. Ex.<sup>a</sup> pediu ao Senado, em ofício de 4 de novembro, e até hoje não foram atendidas as traduções do Relatório das duas Comissões de Assessoria Técnica, de Angra II, que é Hochtief, que era assessora da Odebrecht, e a D'Apolonia americana, que era assessora de FURNAS.

Então, eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, já que não temos esse Relatório, — eu tenho o relatório da Nus Corporation e outros, que foram traduzidos por uma Assessora fornecida pela Diretoria das Comissões — e como vou ler alguns trechos deste Relatório, que é importantíssimo que a Comissão tenha conhecimento, pediria que V. Ex.<sup>a</sup> me desse a liberdade de convidar para que se sentasse ao meu lado a tradutora que fez estas traduções, tradutora oficial, fornecida pela Diretoria das Comissões, a Dona Ana Maria Olival Veloso, que, além das suas qualificações pessais, é neta de Leopoldo de Bulhões, um nome que encheu a História da República, com as qualificações e a sua personalidade incomuns.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, primeiramente cabe à Presidência esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: o ofício foi enviado em novembro à Presidência do Senado. Tive o cuidado de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que ainda, há três dias, reclamei ao atual 1º-Secretário do Senado, Senador Alexandre Costa, a necessidade da tradução para esta CPI. Lamentavelmente, até hoje não fomos atendidos.

Apenas para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> a diligência da Presidência.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Claro, Sr. Presidente, inclusive destaquei isso.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Posso convidar, então, a tradutora, não?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está com a palavra o Sr. Relator Jarbas Passarinho, para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Em primeiro lugar, a mim me agrada muito, que V. Ex.<sup>a</sup> se tenha socorrido de uma pessoa notável, a quem admiro profundamente, inclusive pelos seus conhecimentos da língua inglesa, que reputo excelentes.

Agora, estou levantando um problema, uma questão de ordem ao Presidente: o meu relatório foi feito sobre os documentos existentes na Comissão até a data em que entramos em recesso. Por que vou eu discutir o meu relatório à luz de documentos novos que V. Ex.<sup>a</sup> vai trazer agora?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu vou atender seu requerimento, V. Ex.<sup>a</sup> me permite? Não vou trazer nenhum documento novo: V. Ex.<sup>a</sup> se baseia...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Em declarações.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Se baseia...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Claro que sim: em declarações do Dr. Licínio Seabra...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não: não é nada de Licínio Seabra. Mas relatórios que vou mostrar a tradução, que é exatamente...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então V. Ex.<sup>a</sup> vai acabar provando que eu não fiz o relatório.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não: sofreie V. Ex.<sup>a</sup>...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, nós vamos para a questão de ordem: vamos decidir-la.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, Sr. Presidente, é um relatório que faz referência...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então faça V. Ex.<sup>a</sup> referência ao meu relatório. Leia o meu relatório.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou ler o relatório, mas queria que uma parte fosse traduzida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, para que a Presidência decida a questão de ordem, consultaria a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o seguinte: na análise do relatório do Senador Jarbas Passarinho, V. Ex.<sup>a</sup> sente necessidade da presença da tradutora?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim, porque vou contestar algumas partes. Então sou obrigado a citar as fontes que ele buscou e das quais vou me socorrer.

Sr. Presidente, por exemplo, ele faz referência, aqui, ao relatório da Nus Corporation, básico da localização das usinas do complexo nuclear de Angra dos Reis. Eu pedi a Dona Ana Maria que traduzisse o relatório da Nus Corporation, que tenho aqui, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, isso tudo...

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu apenas, por uma economia de trabalho — inclusive vou permanecer na Comissão, Senador Dirceu Cardoso, para o governo de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO — Até o fim?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vou. É apenas para insistir em que sei o que escrevo. O Senador fala "ele diz isso". Mas o meu relatório está todo: com página, com nome, aqui está. A propósito da localização: a esse propósito também é definitivo o depoimento do Dr. Licínio Seabra. Aqui vem, entre aspas, a declaração do Dr. Licínio Seabra, quando fala na Nus Corporation.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É, pois é.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Se, agora, o Senador traz para cá, de súbito, um documento que deveria ser estudado por todos nós...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, não é uma referenciazinha.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ... e diz ele que vai fazer uma contestação, então que se chame o Dr. Lícinio Seabra, que depois aqui, sob juramento. Se ele faltou à verdade no depoimento em que me baseei, então é ele quem deve ser responsável.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele não faltou à verdade.

Nobre Senador, V. Ex.<sup>a</sup> tenha calma, que não vai nada de contestação; V. Ex.<sup>a</sup> vai ver: é só um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Ex.<sup>a</sup> disse que ia contestar-me, nobre Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em alguns pontos, mas nesse não. Por que vou contestar isso? Agora, que vou contestar, vou mesmo. Desculpe...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas é um direito seu, e eu o respeito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, então, eu quero a tradutora.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jarbas Passarinho, evidentemente o relatório foi entregue aos Srs. Senadores para que eles fizessem uma análise; se o Senador Dirceu Cardoso — e a Mesa estiver atenta para isso — vai debater e analisar o relatório do Senador Jarbas Passarinho, e necessita, realmente, da presença da tradutora, a Mesa vai lhe conceder isso, mas chamando a atenção para que...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso é um ponto...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> concede, mas contra o meu ponto de vista, porque é uma violência. Estou discutindo os problemas que estão relacionados com todos os documentos aqui. Se o Senador...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, não é documento novo...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ... tem uma via própria de obter documentos, porque a cada nova inquirição ele obtém novos documentos, que não vêm pela Comissão, são todos através dele, como disse aí, passando por baixo da porta, se a cada vez que chegam novos documentos eu tenho que rever o relatório, esta Comissão jamais chegará a uma conclusão.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vai necessitar de rever.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex.<sup>a</sup> Senador Jarbas Passarinho...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pois não.

Acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas sob protesto.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex.<sup>a</sup> terá a atenção da Mesa para que o nobre Senador Dirceu Cardoso não fuja ao debate do Relatório Passarinho.

O SR. DIRCEU CARDOSO — De modo algum!

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Agora, a Mesa não abre...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vão pedir o Relatório da D'Apolonia? Mas tem que haver o prosseguimento...

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jarbas Passarinho, a Mesa não há como deixar de atender ao apelo do Senador Dirceu Cardoso que seria, também, violentar o direito do Senador de ter a presença.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, não vou apresentar documento novo, agora.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A questão de ordem está respondida e S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Senador Dirceu Cardoso está com a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente eu poderia fazer uma pergunta ao Senador Dirceu Cardoso?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex.<sup>a</sup> pode solicitar o aparte ao Senador Dirceu Cardoso.

O SR. MILTON CABRAL — Senador Dirceu Cardoso, poderia conceder-me um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O SR. MILTON CABRAL — A Comissão não tem condições e provavelmente interesse em debater certos detalhes, mas, conhecer — digamos — os pontos centrais...

O SR. DIRCEU CARDOSO — É um ponto central, nobre Senador.

O SR. MILTON CABRAL — Eu perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>: o relatório da Nus Corporation, como está traduzido, esse relatório diz

que a praia de Itaorna não é o local ideal ou o local melhor para a construção da usina?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nada disso!

O SR. MILTON CABRAL — Não é conclusivo a respeito disso?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é nada disso.

O SR. MILTON CABRAL — Esse é o ponto!

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, o ponto é outro! Esse é o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. MILTON CABRAL — Não é o ponto de vista... A Nus Corporation foi contratada. Queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a Nus Corporation foi contratada para assessorar na escolha do local da usina. Então, se ela concluiu que o local referido é bom...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente, é sobre a localização. Só isso.

O SR. MILTON CABRAL — Ela conclui diferente?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, não quero dizer isso. Vou comentar...

O SR. MILTON CABRAL — Porque ganhariam tempo nesse debate.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, se nós viemos para cá ganhar tempo para não perder tempo, então estamos perdendo tempo.

O SR. MILTON CABRAL — Não, absolutamente. Nem cabe isso aqui.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nós ouvimos o dia inteiro...

O SR. MILTON CABRAL — Quero é ganhar tempo, discutindo coisas válidas e não discutindo coisas supérfluas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas vai ser válido.

Sr. Presidente, não é um documento novo. É um trabalho que faz referência ao relatório do nobre Senador Jarbas Passarinho. É, apenas, uma referência. São três linhas que eu quero que se traduza. Só isso.

Então, Sr. Presidente, vou começar a apreciação do relatório do Senador. Que briga para começar!

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É incomum, não é?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, quando entro, há briga.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não. Comigo é a primeira vez.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quando entro, arrepia todo mundo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Aliás, eu me congratulo por ter a oportunidade de ouvir a D. Ana Maria na Comissão. Esta é a única vantagem de todo esse quiproquó.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vai ouvir só a tradução.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vai traduzir três linhas?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Três ou quatro linhas. Só isso.

Sr. Presidente, o nobre Senador Jarbas Passarinho brindou a Comissão com um relatório que leva o seu nome, para honrar o relatório.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele disse no relatório o que podia dizer, o que devia dizer. Talvez não se encontrasse, na ARENA, no Senado, um outro Senador que tivesse a coragem cívica, os pontos de vista e a independência necessários para fazer o relatório que o Senador Jarbas Passarinho apresentou à Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Permita-me discordar, em nome da hombridade dos meus colegas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é questão de hombridade, porque não é...

O SR. JOÃO BOSCO — O Senador Dirceu Cardoso até para elogiar as pessoas não está perdendo aquele impeto...

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Gostaria que os Srs. Senadores solicitasse o aparte, por favor.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, há as circunstâncias. Ortega y Gasset definia: "Não é só o homem, são as suas circunstâncias". Quem é o Senador Jarbas Passarinho, relator desse relatório que a Comissão vai ter como um fixador de rumos? Era o Presidente da ARENA, quando elaborou o relatório. Era o Líder do Governo, no Senado; o homem que devia defender os

pontos de vista do Governo; o homem que devia defender a política do Governo; o homem que devia defender a política energética e a política nuclear do Governo. Foi este homem quem firmou este relatório. E como o firmou? Com independência, com isenção. É isto. Não sei se eu teria condições de fazer parecido, não pelas qualidades morais.

A bancada da ARENA, Sr. Presidente, eu já vi, é uma bancada afoita, de estopim curto. Quando falo alguma coisa, logo convadam-me para ir pulando para o terreiro, mas não estou depreciando ninguém. Por isso é que nenhum outro Líder do Governo é Presidente da ARENA. É por isto que o relatório do nobre Senador Jarbas Passarinho tem que ser destacado, porque o que ele fala, Sr. Presidente, tem que se multiplicar por cem. As suas entrelinhas valem como combinações violentas a determinados pontos.

Sr. Presidente, disse o Senador Jarbas Passarinho: "O Relatório foi..."

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Qual a página, Senador Dirceu Cardoso?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, não há página, os Srs. mudam tudo, estão muitos afoitos. Antes de começar, já querem que eu indique a página.

Fora de página, fora do rosto do relatório, Sr. Presidente. Percorrendo-o de capa a capa, não encontrei esta citação, mas o nobre Senador Jarbas Passarinho a fez no dia em que entregou o relatório, que mereceu referências elogiosas de minha parte, que eu ratifico, e estou acabando de fazê-lo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então diz ele: "O relatório foi meditado".

Sr. Presidente, este relatório absorveu-me dias e dias de leitura. Foi estudado, como diria — desculpe a citação o nosso Ruy — "com mão diurna e mão noturna", porque eu queria discutir um relatório "meditado".

Fiquei, então, satisfeito, Sr. Presidente, quando S. Ex.<sup>a</sup> ratifica o seu ponto de vista: quer que continue a Comissão, porque se não continuasse, seria a maior violentação que o Senado procederia para com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, estou há 20 anos nas duas Casas do Congresso, e esta Comissão abriu uma nova norma técnica de apanhamento de testemunhos: horas e horas de inquérito; fomos nós que criamos isso, foi a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, vamos aos pontos básicos do relatório, os que merecem ser respiados, deixando de lado os pontos supérfluos.

Diz S. Ex.<sup>a</sup>, citando uma fonte — vou dizer mais, S. Ex.<sup>a</sup> não falseou citação alguma; linha por linha as citações são sic, são autênticas, são *ipsis literis* — diz S. Ex.<sup>a</sup> na página 5:

"Se o fornecimento de tubulões fosse supérfluo, estariam diante de desperdício criminoso do dinheiro público. São os tubulões necessários ou supérfluos?"

E num outro trecho, página: 6:

"O problema superveniente, representado pelos matacões, levou ao abandono de grande parte de tubulões, com suas camisas. Ao contrário, pois, do afirmado, os tubulões são até mais necessários agora que anteriormente."

Critica o nobre Senador Jarbas Passarinho que a *Der Spiegel* tenha dito que os tubulões estavam sofrendo a corrosão da água do mar.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não, perdão! Isso não está no meu relatório. Eu critiquei a *Der Spiegel* por haver dito que os tubulões eram desnecessários e continuavam sendo fornecidos, porque interessava aos fornecedores para lucrarem com isso. Essa a citação...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas a *Der Spiegel* faz a citação.

Sr. Presidente, leio aqui um documento novo, o anúncio que saiu no *O Globo*, no Estado de S. Paulo, no dia 10 de novembro. Agora. Que documento é este?

"NUCLEN — Nuclebrás Engenharia. Edital de pré-seleção de empresa de limpeza química mecânica de tubulões e componentes mecânicos".

Aqui está o edital que faz referência ao serviço de limpeza química e mecânica vacum de tubulações, acessórios e complementos mecânicos para as unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Senador, permite-me uma breve interrupção?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — No item "B" a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, o texto da *Der Spiegel* que está citado nesse item, começa assim:

"Os tubos de aço supérfluos continuam se amontoando. O contratante brasileiro simplesmente ignora que os tubos não estão mais sendo usados e continua fornecendo a todo vapor..."

E assim por diante. Foi sobre isso que nós ouvimos dos deponentes uma formal negativa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — De maneira alguma estou falando o relatório. Estou só respiando.

Veja Sr. Presidente, o primeiro fruto das investigações da Comissão.

Segundo:

"c — Estacas defeituosas

A revista *Der Spiegel* começa por afirmar que o custo de uma estaca é de 250.000 dólares. O Dr. Candeias estima o custo de 25 a 30 mil cruzeiros por metro linear. Como, em média, as estacas atingem 30 metros, o custo seria da ordem de 800 a 900 mil cruzeiros, ou seja 40 a 50 mil dólares. Ademais, à proporção que o número de estacas aumenta, o custo cai. De qualquer modo, fica muito aquém dos 250 mil dólares referidos."

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Os dólares referidos são de Janeiro de 1978.

O SR. DIRCEU CARDOSO — De acordo com o relatório.

Mas, Sr. Presidente, as estacas defeituosas foram distribuídas pela Hochtief, pela "Nus Corporation" — aqui está o relatório da "Nus Corporation", que V. distribuiu aos Senadores — como diz o Sr. Jarbas Passarinho, em seu relatório, uma das maiores autoridades na construção de usinas nucleares no mundo.

O SR. JOÃO BOSCO — Senador gostaria de ressaltar que não recebi esse relatório.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Também não recebi, até fazer o relatório.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Recebi há poucos dias.

O SR. MILTON CABRAL — Também eu não recebi.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex.<sup>a</sup>s são catecúmenos; entraram agora na briga e nós já estamos há muito tempo. Nossos católicos já enbranqueceram nessa briga.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso — perdão; festa acabada, músicos à pé. É frase de S. Ex.<sup>a</sup> diz que não recebeu o relatório da "Nus Corporation", mas a informação que recebi da secretaria dos trabalhos é que S. Ex.<sup>a</sup> havia recebido. Se S. Ex.<sup>a</sup> não recebeu, a culpa não me cabe.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Perdão, Excelência — agora sou eu quem vai adotar o estilo do Senador Dirceu Cardoso — perdão festa acabada, músicos a pé. É frase de S. Ex.<sup>a</sup>

Quando é que a secretaria distribuiu esse relatório, em que dia, em que mês, em que mês, em que ano? Foi pelo correio?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Peço à Secretaria que utilize o microfone para responder.

A SRA. SECRETÁRIA — O órgão que enviou o relatório informou-nos que havia mandado um outro exemplar ao Relator, diretamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vejam que já começa o diz-que-me-disse. Mas em que data Dr. Cleide? Quando esse relatório foi enviado?

A SRA. SECRETÁRIA — No final de novembro.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — No final de novembro. Pois é. No final de novembro, todos nós estávamos aqui, e não tenho esse relatório, tanto que citei-o por citação de Licínio Seabra e de Cláudio Magalhães.

De modo que, agora, retiro de V. Ex.<sup>a</sup> a objecção inicial. V. Ex.<sup>a</sup>, entretanto, é um privilegiado. Recebe os documentos, que os oficiais, quer os não oficiais, sem que nós recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Cabe uma outra explicação ao Senador Jarbas Passarinho.

Digo — e V. Ex.<sup>a</sup> deve recordar-se disso — que a partir de novembro a Presidência não estava em minhas mãos. Enfim, se V. Ex.<sup>a</sup> se revoltou um pouco com a Presidência...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não! Não me revoltou com a Presidência de V. Ex.<sup>a</sup> em nenhum momento, apenas queria dar a explicação de que me bati em campo aberto, porque protestei contra uma introdução de documento novo. Se o documento

foi entregue em novembro e eu fiz o relatório em janeiro, deveria conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Gostaria apenas de dar essa explicação a V. Ex.<sup>a</sup>, de que a Presidência foi comunicada de que V. Ex.<sup>a</sup> teria o relatório. Não procurei certificar se o teria, ou não.

Tem a palavra o Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou, portanto, Sr. Presidente, desculpado pela citação do relatório da "Nus Corporation".

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A Presidência suspende os trabalhos por 5 minutos.

(A reunião é suspensa às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Estava certo da compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>. Portanto, os trabalhos serão suspensos às 12 horas e 45 minutos.

Concede a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB-ES) — Estávamos comentando o item c do relatório, sobre as estacas.

O relatório faz referência às estacas que deram ou não defeitos e às que foram cravadas.

Sr. Presidente, tenho aqui o plano das obras; vamos discutir tudo, até ficar respaldado assunto por assunto, para continuarmos.

O plano integrado das obras — relatório de fevereiro de FURNAS Centrais Elétricas — estabelecia o seguinte: que o número de estacas era de 1.033. Hoje, o número de estacas elevou-se para 2.179, quer dizer que erraram em 100% — está aqui, na página 11.

Quero esclarecer para os nobres colegas novos da Comissão que os tubulões são fincados naquela terra podre de Itaorna. Estes têm 1 metro e 30 centímetros; depois cravam a estaca, até encontrar rocha, a 30, a 40 metros de profundidade, e enchem aquilo de estrutura de aço, concreto, etc. As vezes, quando podem, retiram os tubulões, mas a terra é tão podre que nem tirar a camisa pode, tem que deixar assim mesmo. Diz o relatório que seriam 1.033, mas hoje são 2.187 estacas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não foi pela natureza do terreno?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em dez mil quilômetros de costas, escolheram exatamente o terreno podre de Itaorna. Fizeram uma floresta de estacas para pôr a Usina em cima. São 2.179 estacas, a um preço médio de 25 a 30 mil cruzeiros a metro linear. A estaca é de 70 metros de profundidade. Vejam como ficam a um preço tremendo estas estacas. O lugar para ANGRA II foi conquistado com o esforço imenso do País. Há tanta terra por ai e eles escolheram aquele trecho para enfilar, a 1 metro e 20 centímetros de distância uma da outra, 2.179 estacas. É o projeto nuclear mais estakeado do mundo. Em todas as usinas nucleares do mundo, somadas, não dão as 2.179 estacas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Esta é uma opinião pessoal de V. Ex.<sup>a</sup>. O assentamento de uma usina tem outros fatores, nobre Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex.<sup>a</sup> não conhece o relatório. Quando eram 1.033 tubulões para cravar, o comprimento vertical das perfurações atingia 30 quilômetros e 900 metros. Correspondia ao maior túnel da América do Sul. Isto, quando eram 1.033; mas, agora, com estas 2.179, vai dar milhares de metros a mais. Ninguém pensou em economia. O Brasil estava nadando em dinheiro, quando se pensou nisso. Esse estacamento, Sr. Presidente, está demonstrado aqui. O plano da obra era de 1.033 e passou para 2.179; o comprimento, que era de 30.900 metros, hoje é calculado muito maior.

Ontem, pedi ao Sr. Presidente que telegrafasse ao Presidente de Furnas para informar à Comissão o número exato de estacas que já cravaram. Com este ritmo de trabalho, Sr. Presidente o futuro Ministro das Minas e Energia, como está ocorrendo na usina nuclear, quando — segundo o Relatório do Senador Jarbas Passarinho — cem estacas foram cravadas em 8 meses e meio — não se pode começar nada em cima sem fincar a estaca, porque tem uma laje de coroamento; depois, então, coloca-se o aparelho da usina nuclear — mais 100 estacas foram cravadas com mais 4 meses, e 143 estacas em três meses. Para se fincar 2.179 estacas, imaginem quanto tempo irá levar. Argumentar-se-á, depois, que não podiam fazer a licitação, porque em um mês o Brasil não suportava que se atrasasse a obra.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Este é um ponto em que dou inteira razão a V. Ex.<sup>a</sup>. O argumento de tempo depois tornou-se duvidoso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Problema de tempo ou de perda?

O SR. DIRCEU CARDOSO — De tempo. Não podia fazer a licitação, porque ia demorar muito tempo até as empresas se apresentarem, qual seja um mês.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Peco a atenção do Senador Dirceu Cardoso; eu não incorporei ao relatório este argumento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Já disse as palavras do seu relatório; e da Oposição ao Líder do Governo, ao autor do relatório. Há alguns relatórios, nobre Senador, que ficaram famosos no mundo: o relatório Christie, nos Estados Unidos, o relatório das pensões, na Inglaterra, e aqui irá ficar famoso o relatório Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex.<sup>a</sup> me leva a alma, porque tenho até amigos na imprensa, que escreveram de uma maneira tão cruel sobre isso, que me dá pena de mim mesmo. Chegaram a dizer que enterrei a Comissão. Foram ao funeral da Comissão.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estava dizendo ao nobre Senador Jutahy Magalhães que o argumento foi de que não podiam publicar o anúncio, porque iriam atrasar demais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isto foi outra coisa, foi problema de custos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quanto à localização, vou me servir do relatório da Nus Corporation, aquele relatório ao qual o nobre Relator Senador Jarbas Passarinho faz três vezes referência a ele, como a empresa de maior credenciamento na construção de usinas nucleares no mundo; não é no Brasil, nem na América, mas no mundo.

Pediria, então, a Sra. Ana Maria que lesse, aqui, três linhas do Relatório.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Já chegamos a Sra. Ana Maria — é um grande avanço.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Peco, então, que traduza duas a três linhas — na página, da sétima linha em diante.

A SRA. ANA MARIA — “Realizadas as avaliações do Sítio de Itaorna, verificou-se que este local somente comporta duas ou, no máximo, três unidades”.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agora vem o meu raciocínio — este argumento de que ali não cabia, isto é conversa fiada.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E o Sr. Franklin Fernandes Filho...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exato, o Sr. Franklin Fernandes, Presidente de Furnas, Diretor de Furnas, Assessor de Furnas, disse que só cabia um; é conversa, está aqui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Senador, o Relatório só fala em unidades...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas o negócio é este; foi dito que não se podia fazer outra empresa, porque só podia ter um canteiro de obras de uma empresa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas são duas coisas diferentes...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu vou explicar: uma empresa, autoridade mundial na construção de usinas nucleares, diz que ali cabiam duas ou três usinas nucleares.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não há dúvida, nobre Senador, de que estão construindo as três.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, nobre Senador, vão construir só duas; a terceira irá sair de lá. Aquilo foi à moda da Casa — “Pour épater le bourgeois” — ou melhor, houve uma conexão de favorecimento calculado, que chega até à aura da imoralidade; um favorecimento que é uma coisa monstruosa. Se nós não pudermos, como disse o nobre Senador Jarbas Passarinho, apurar isto, o Relatório estará incompleto; nós vamos apurar esse favorecimento. Quando ouvimos, aqui, o Sr. Ministro, quando ouvimos o Sr. Odebrecht, quando ouvimos o parecer de S. Ex.<sup>a</sup> o Coronel Ferreira, que aqui está presente, foi contra isto: ele, Assessor do Ministro, foi contra isto.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Veja a tradução, em quatro palavras, do Relatório do Coronel: olha o que vai fazer.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exato! É isto tudo. Então, diz a Nus: ali se podia fazer outro canteiro de obras. Para ter um novo canteiro de obras de uma outra empresa, só poderia ser por concorrência pública, essa firma ia ter que se habilitar. E, outra coisa, Sr. Presidente: está aí, no Relatório, que foi um pouco similíneo: o nobre Chefe da construção de Angra II, o Engenheiro Emílio Lemme, mostrou, aqui, na fotografia, respondendo a uma pergun-

ta minha, que lá podia se colocar dois ou três canteiros de obras. Quem disse foi o Chefe da construção de Angra II.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Está citado aqui...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, há aqui, um outro trecho, que pedirei à Sra. Ana Maria para que o leia; é sobre a questão da análise da sismologia do terreno. Eu estou plenamente satisfeito com o relatório, mas é só para ver o que a Nus Corporation disse antes. Eles fizeram uma visita aérea — primeiro voaram sobre o terreno de Itaorna, Passangüela e Ponta Negra, voaram sobre esses três lugares, e disseram que era uma vista muito bonita. O Brasil é uma coisa louca... Sim, é uma vista bonita, mas em cima de barro. Nós estamos atolados no barro de Itaorna. Sr. Presidente, e a esta hora não somos só nós; também o Sr. Ministro que irá sair daqui a três dias e, infelizmente, sairá sem dar o seu depoimento como Ministro. Nós o ouviremos, aqui, como cidadão; queríamos ouvi-lo como Ministro. Tenho algumas perguntas, aqui, para lhe fazer, e queria saber o que ele irá responder como Ministro; são perguntas sobre a conexão que houve, a conexão do favorecimento, através dele, do Presidente da ELETROBRAS, etc. etc.

Então, temos aqui: Geologia e Sismologia — página 51 — da 17.<sup>a</sup> linha até "condição de força". Fala sobre um relatório do Professor Marcos Gorine, autoridade maior no assunto.

A SRA. ANA MARIA — "O Professor Marcos Gorine preparou um relatório, ainda não publicado, sobre a sismicidade nesta região do Brasil..."

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vejam bem: sismicidade...

A SRA. ANA MARIA — "... que indica que a atividade, provavelmente, não foi tectônica, mas, talvez, do tipo de deslocamento de cavernas, devido à força do oceano nas costas".

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não foi tectônica — isto é fundamental.

A SRA. ANA MARIA — "... Baseado na análise do Professor Marcos Gorine, acredita-se que a força de aceleração básica dos tremores de terra deveria ser, no mínimo, 0,05 graus horizontal e 0,03 graus vertical, e a força máxima do tremor de terra poderia ser de 0,10 graus horizontal e 0,07 graus vertical".

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, isto é sobre a questão sismica. Sabem os nobres e eminentes membros da Comissão...

O SR. JOAO BOSCO — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. JOAO BOSCO — Nobre Senador, gostaria de fazer uma indagação — e, aqui, realmente, V. Ex.<sup>a</sup> insiste no termo "novos". Então, gostaria de saber o seguinte: a Nus Corporation concluiu que a Usina deveria ser construída em Itaorna? Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me respondesse.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Já lhe responderei, aqui, na leitura.

Pois bem, Sr. Presidente, o desabamento do teto de cavernas é o que ocorre no Estado de V. Ex.<sup>a</sup> Em Bonsucesso, em Minas Gerais, há tremores periódicos mas tremores que não são fenômenos tectônicos, não são movimentos sísmicos — são desabamentos dos tetos de cavernas subterrâneas, porque lá o terreno é de um calcário violentíssimo — então, com os desabamentos ocorrem esses tremores, mas lá é por pressão das águas do mar, e aqueles são promontórios, a pouca distância da beira da praia. Mas, vamos ao Relatório.

Temos a parte de Sismologia — a parte de ventos, tempestades, tudo isto. O cálculo da Nus Corporation fez uma tabulação do custo dos alicerces...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Das fundações...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exato, das fundações, até começar se construir a parte de cima — fazer o alicerce, primeiro, na terra podre de Itaorna. Qual é o cálculo? Esta na página 65, no 4.<sup>º</sup> item: pediria que a Sra. Ana Maria o lesse.

A SRA. ANA MARIA — O 4.<sup>º</sup> item é: "Fundação — Em Ponta Negra..."

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero que leia só a parte de Itaorna, o custo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, por favor, leia o trecho...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não estou dizendo nada, eu aprovo o relatório, só quero ver Itaorna, o local escolhido.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Entre os três, vou acreditar que Itaorna é o mais barato. A primeira, são três milhões e oitocentos mil; a segunda, são quatro milhões e quatrocentos mil, e Itaorna, três milhões.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex.<sup>a</sup> vai ter um desapontamento com isto.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É o mais barato, é o custo estimado mais barato no total.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Três milhões de cruzeiros, não é?

O SR. JARBAS PASSARINHO — E no total, mais barato, cerca de duas vezes e meia.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois então está certo, não é mais barato coisa alguma.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Está na página 66.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vamos ver agora, vou mostrar os dados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Página 66.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente isto.

Está aqui. Nobres Srs. Senadores e nobre Sr. Relator, o custo para se fixar ou se cravar 2.187 estacas, que variam até 60 metros de comprimento, sendo que em 1 ano fincam apenas 200 ou 300. É difícil o trabalho. Sr. Presidente, o preço, aqui, da contratação das obras está fixado em quarenta mil dólares por estaca. 2.187 estacas, segundo afirmou o assessor e companheiro de Bancada, dá um bilhão e novecentos e sessenta e oito milhões de cruzeiros. Um bilhão, não são três milhões de dólares. Isto, Sr. Presidente, é irresponsável. Se formos calcular 2.187 estacas ou trinta e tanto mil metros ao preço de quarenta mil dólares, é uma brutalidade. Ou que seja ao preço que eles deram, médio, de trinta. Por isto que eu requeri a V. Ex.<sup>a</sup> que telegrafasse a Furnas, para dizer quantas estacas de 10 metros, quantas de 6, quantas de 12, quantas de 20, quantas de 30, quantas de 40, quantas de 60, até fevereiro quantas estacas foram cravadas e quanto Furnas gastou. Pronto, ai não tem mais dúvida nenhuma. Agora, os três milhões, Sr. Presidente, foi um princípio de conversa. Está aqui: um bilhão; quer dizer, ao preço corrente hoje, no redondo: dois bilhões de cruzeiros para fazer o lugar onde vai ser colocada a Angra II.

Outra circunstância, a localização.

O SR. PASSOS PORTO — Dois bilhões de cruzeiros?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ele disse: calculou três milhões de cruzeiros. A nossa conta está aqui, são os dados.

O SR. PASSOS PORTO — Mas, dois bilhões?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dois bilhões de cruzeiros.

O SR. PASSOS PORTO — Quarenta mil dólares?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quarenta mil dólares! A estaca fica em mais de 100 mil dólares. Então, é quarenta mil por baixo. Tudo eles dão por baixo. Vou ver o preço agora, e isto o Relatório Passarinho é que vai nos ensejar apurar quanto ficou o estabelecimento.

Os quarenta mil dólares estimados dariam, na verdade, oitenta e sete milhões de dólares, que, multiplicados pelo preço do dólar, que está a vinte e não sei quanto, dariam dois bilhões de cruzeiros.

Nobres Senadores, isto foi o que custou o lugar para a construção de Angra II, conquistado a dois bilhões de cruzeiros, num País "nadando em dinheiro".

O SR. MILTON CABRAL — Qual o valor total da obra?

O SR. DIRCEU CARDOSO — A obra está aqui calculada pelo contrato. Vou pedir a Da. Ana Maria para ler a conclusão do relatório e depois responderei a V. Ex.<sup>a</sup> Na página 68, a 4.<sup>a</sup> linha.

A SRA. ANA MARIA — Está claro que Itaorna é o sítio menos dispendioso para a construção da Usina Nuclear.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pronto, não vou falsear nada, está aí. Menos dispendioso a este preço, Sr. Presidente, o Sr. imagina Ponta Negra e Passangüela.

O SR. MILTON CABRAL — E o menos dispendioso? Onde está o mal? São oitenta e seis milhões de dólares, não é?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas há uma circunstância, que é a localização, Sr. Presidente. Vão ouvir agora outra coisa violenta contra Itaorna. Isto é de um relatório confidencial. Tudo lá, Sr. Presidente, toda correspondência era confidencial, passava do diretor para o vice-diretor e ninguém podia ler. Somente para um homem o Presidente de Furnas confiava a correspondência confidencial. De uma autoridade para outra — não havia ninguém de perneco — era tudo levado em mãos.

Tenho aqui um ofício, Sr. Presidente e nobre futuro Ministro das Minas e Energia, que pedia ao Ministro das Minas e Energia para dar ou fazer a dedicação à Odebrecht das Usinas II e III. Este ofício foi levado em mãos — está aqui o ofício — pelo Presidente da ELETROBRAS, o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Foi em mãos, é confidencial. Quer dizer, apurei porque lutei muito

por isto, desgastei-me, até, procurando estas coisas. Não tem importância. Quero mostrar que o relatório que a Comissão vai apresentar, no fim, há de honrar este Senado, se Deus quiser e a polícia permitir. Então, tudo é confidencial.

Há, aqui, um caso interessante: a correspondência de Furnas fala em sobrepreço. Cobraram mais caro, porque é do Brasil. Aquela paisagem muito bonita, aquele mar que é muito tranquilo, pouca tempestade, poucos fenômenos sísmicos, mas cobraram sobrepreço de 50% no valor da Usina. Não é minha, não; é correspondência de Furnas.

Vamos ver aqui, Sr. Presidente, outro ponto, que é a localização. Isto aqui é grave. Não está debaixo da linha aérea mais movimentada, não está a 37 quilômetros de uma fenda geológica, nada disso. Está aqui o preço: o custo proposto para Angra II, excluído transporte, compra de diligenciamento, que era no valor estimado de setenta e seis milhões de marcos, foi para um bilhão e quatorze milhões de marcos. Cerca de 335 marcos a mais, ou 49%, acima do votor.

A resposta é esta, para quem me pediu.

Sr. Presidente, vou ler, aqui, na correspondência de Furnas. "Se, por exemplo, uma central nuclear estiver localizada junto ao mar, todo o sistema de refrigeração secundária deverá ser projetado de tal maneira que os equipamentos resistam ao ataque severo da água salgada, com evidentes acréscimos de custos que seriam verificados sobre equipamentos de qualquer origem, de qualquer fabricação."

Aqui, Sr. Presidente, uma comparação entre Biblis, na Alemanha, e Angra II, que é a Usina Nuclear que serviu de referência para nós. Diz aqui o seguinte: "Confidencial" — ninguém podia pegar isso, conseguimos, porque Deus nos ajudou e nos pôs à mão isso; tudo confidencial, toda correspondência era confidencial; há um favorecimento.

O SR. MILTON CABRAL — Isso é natural.

O SR. DIRCEU CARDOSO — De uma autoridade para outra? Confidencial, mas, por que isso? Entre diretores? Isso não é para funcionários, para engenheiros; era de um diretor para outro, entre Furnas, o Presidente da ELETROBRAS e o Ministro. — Confidencial — Por que esse resguardo? Resguardava-se uma coisa que o povo não precisava saber. Então, diz aqui: — Condições de água de refrigeração — e foi isso o que encareceu mais em Angra II: condições de água de refrigeração, condições químicas da água, diferença de temperatura máxima do condensador e temperatura de projeto da água de refrigeração. Impacto sobre o custo de Angra. Essas três coisas; escolheram um lugar que só essas três coisas encareceram toda a obra. Então, diz aqui:

Em Biblis, a água é doce; aqui, a água é salgada; mudou. Então, diz aqui, o que alterou? O custo do equipamento adicional para material de tubulação do refrigerador de água de serviço, material da tubulação do condensador e purificação do condensador. Tudo isso encareceu aqui. Viramos a página. Em relação à temperatura, a nossa é maior que a de Biblis, o que leva a custos menores de construção civil. Precisamos de torres de refrigeração; desnecessárias o nosso projeto tem. Outra comparação: a descarga da água de refrigeração principal. Em Biblis, na Alemanha, essa descarga é normal; no Brasil, Angra tem que fazer um túnel, para descarga das três. Escolheram um lugar ideal, à beira mar, Itaorna, o melhor lugar, a vista mais bonita; se quiser tirar um retrato bonito, ali tem lugar para isso; mas tem que haver um túnel para a descarga de três usinas que eles fizeram. Ninguém disse que só podia construir uma ou duas com uma só empresa; três usinas podiam ser construídas ali.

O SR. MILTON CABRAL — Mas há um detalhe técnico que V. Ex.<sup>a</sup> é obrigado a referir. É quando foi feito esse túnel, a intenção do projeto era lançar essas águas servidas na correnteza marítima e, com essa correnteza marítima, levar para o alto mar essa água e não permitir a sua volta. Isso vale em termos de defesa do meio-ambiente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou argumentando.

O SR. MILTON CABRAL — Então, dê uma explicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso é uma explicação técnica; estou dizendo o que é que há. Estou comparando o relatório. Por que escolheram um lugar que precisava de um túnel para descarga das três? Está escrito. Custos adicionais de construção civil, custos adicionais de engenharia de projetos. Outra coisa, juntamente com água de refrigeração principal: Biblis, na Alemanha, normal; no Brasil, separadamente da água de refrigeração principal; custo adicional de equipamento para tubulação da água de serviço — é esse aqui — o túnel, tivemos que fazer. Pode colocar na Nus, ai — a única usina do mundo que tem um túnel de tantos quilômetros para descarga...

O SR. MILTON CABRAL — Questão topográfica.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, outras comparações. Outra tabela, outra tabulação de comparação. Componentes secundários, tolerância de corrosão. Em Biblis, na Alemanha, não há; em Angra, sim.

O SR. MILTON CABRAL — Água doce... água salgada.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim, impacto sobre os custos de Angra. Custos adicionais com referência a engenharia de projeto e equipamento. Gerador de vapor, aumento de testes; na Alemanha não; em Furnas, sim. Custos adicionais com referência a engenharia de projetos e equipamentos; encarece mais. Suportes, na Alemanha, aumento de força num acidente, máximo postulado — diz aqui uma indicação que não sei — na Alemanha, não tem em Biblis; na nossa, tem custos adicionais com referência à engenharia de projetos e equipamentos. Componentes no circuito primário, critério "b" III; na Alemanha, não; Angra, tem custos adicionais com referência à engenharia de projetos e equipamentos. Sistemas auxiliares, na Alemanha não tem; Furnas, tem custos adicionais com referência à engenharia de projetos e equipamentos. Sistema de rejeitos gasosos, na Alemanha não tem; Angra, tem custos adicionais com referência a equipamentos.

Só essa comparação aqui, Sr. Presidente, evidencia um volume de custos para Angra. Porque Biblis, que é da mesma potência, instalada num terreno normal, sem estaqueamento, não tem nada disso. Seis itens que não tem, além do estaqueamento para preparar o local, o terreno que vai receber a usina. Mas isso tudo feito em caráter confidencial.

Sr. Presidente, tem mais. Correspondência de Furnas. Que correspondência é esta? — Diz o seguinte:

"Pela presente, o Grupo de Trabalho designado pela Circular Geral n.º 36/76 encaminha a V. Ex.<sup>a</sup> — ao Sr. Luiz Carlos de Almeida Magalhães, Presidente de Furnas — o relatório sobre os preços e custos das Unidades II e III da Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto.

Atenciosamente. — Sérgio Motta, Virgílio Crelli, Paulo Sá Filho, João Bosco Magalhães (tem Magalhães demais)? Sérgio Brito e Márcio Costa."

Então, Sr. Presidente, voltamos ao relatório, que tanto tem de corrosão — e não é meu pessimismo, não é nada, está aqui. O anúncio que vou ler agora saiu no O Globo e no O Estado de S. Paulo. Foi o anúncio que eles não quiseram publicar para adjudicação das usinas II e III, mas publicaram para limpeza química e mecânica da tubulação. A Comissão já alterou essa modificação no comportamento da NUCLEN, da NUCLEBRAS, de Furnas e da ELETROBRAS. É o anúncio que saiu agora, no dia 10. Diz assim:

"Edital de pré-seleção de empresas de limpeza química e mecânica de tubulações e componentes mecânicos — Serviço de Limpeza Química e Mecânica de tubulações, acessórios e componentes mecânicos, etc.

NUCLEBRAS Engenharia comunica às empresas interessadas que receberá — agora, depois que fizeram a adjudicação — até às 15 horas do dia 9 de abril de 1979 documentação de pré-seleção para serviço de limpeza química e mecânica das unidades II e III da Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto."

O SR. MILTON CABRAL — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Um instante só, nobre Senador. Vou terminar a leitura:

"(2) As instruções para pré-seleção estarão à disposição dos interessados a partir desta data, no seguinte endereço: NUCLEBRAS — Engenharia S.A. — NUCLEN — Divisão de Contrato e Suprimentos — Rua Augusto Severo n.º 84 — 6.º andar — Lapa — Rio de Janeiro — RJ — Código 20.021."

Isto que estão fazendo para a limpeza das tubulações não fizeram para a construção de Angra II e Angra III. Deram por adjudicação, deram por favorecimento; este favorecimento que eu digo é um favorecimento calculado e até imoral.

Vou concluir.

"(3) — Só poderão ser selecionadas as empresas que reúnem as seguintes condições: patrimônio líquido mínimo de 10 milhões de cruzeiros."

Quer dizer, para quem tiver patrimônio de 9 milhões, 999 mil, não dão. Isto é uma gente formidável. Agora, depois que deram o boi, querem segurar a corda. Mas, isso fomos nós, foi V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com a sua atuação, fomos da Comissão que conseguimos isso, senão estaria também sem anúncio público. E nós vamos comentar isso, depois.

Diz aqui:

"Experiência comprovada em serviço especializado em limpeza química e mecânica..."

Quem, no Brasil, tem experiência em empresas de tubulações e usinas termonucleares? Quem é? Nem o Sr. Ministro das Minas e Energia, nem o Presidente da FURNAS, nem o engenheiro chefe da construção têm essa experiência. Como eu também nunca vi coisa igual; a primeira vez que vou ver, será lá.

Quem ganhará essa concorrência? Quer dizer, não quis dizer nada. É ela que vem aí. Diz o relatório do Senador Jarbas Passarinho: é a única que tem; é isso mesmo:

"Possuir pessoal técnico qualificado..."

Quem é que tem? Quem é que está construindo usina, uma só? É ela. Não há mais ninguém.

E aqui, Sr. Presidente, vamos dizer mais: ela não vai entrar nisto aqui, porque uma empresa que constrói a PETROBRÁS, o aeroporto, a plataforma submarina da PETROBRÁS — tenho aqui: vinte e cinco anos ligada à PETROBRÁS —, não vai entrar nessa de limpar canos.

Diz o "Times Internacional", de 5 de março de 1979.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Que rede de informações! Já é internacional o negócio...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou dizer a V. Ex.<sup>a</sup>: recebi informações da França, dos Estados Unidos, da Argentina e tenho até uma bomba para dizer, mas isto é só mais tarde. Só a daqui do Brasil é que foi arrancada a duras penas. A unhas e dentes.

A propaganda da Odebrecht fala de sua ligação com o futuro:

"A revolução tecnológica presente atualmente no Brasil é a maior prova de que somente no passado nós éramos um País do futuro."

É até bonito, não?

Sr. Presidente, peço apenas uns minutos para terminar o meu pensamento. Vou me referir ao anúncio. Diz aqui na cabeça da página:

"Patrocinada pela Construtora Norberto Odebrecht".

Patrocinada pela Construtora Norberto Odebrecht. Duas páginas do "Times". Edição internacional. É propaganda. Ela quer construir usinas nucleares nos Estados Unidos, também. Pode ser: agora, pode. Se ela arranjar este pessoal todo, essa equipe que deu a ela a adjudicação...

Então vou continuar a examinar esta propaganda aqui, uma coisa interessantíssima para ler.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Fiz uma consulta ao nobre Relator da possibilidade de prosseguirmos os trabalhos hoje, mas S. Ex.<sup>a</sup>, infelizmente, face às suas tarefas de Líder, acha mais aconselhável que a Comissão se reúna amanhã, às 10 horas, razão pela qual consultaria à Comissão se poderíamos voltar a nos reunir amanhã, às 10 horas, no mesmo local. (Pausa.) Todos estão de acordo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, isto vai truncar a linha do meu pensamento, mas não tenho dúvida nenhuma: o Senador Jarbas Passarinho tem exigências funcionais de Líder na sua Bancada. Fica, então, para a sessão de amanhã a continuação da nossa argumentação, da análise do meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Fica, então, para amanhã a continuação da análise do seu trabalho. Antes de encerrarmos a reunião, o nobre Senador César Cals, futuro Ministro das Minas e Energia, solicitou a palavra. Com a palavra, então, o nobre Senador César Cals.

O SR. CESAR CALS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero neste momento agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais integrantes desta Comissão, e em particular ao Senador Dirceu Cardoso, pelo destaque que deram à minha presença nesta Comissão. A verdade é que este destaque é generoso demais, porque venho imbuído da minha responsabilidade presente como Senador e futura como integrante do Governo do Presidente João Baptista Figueiredo. Presidente eleito, e desde o meu primeiro pronunciamento no Senado, fiz questão de dizer do meu respeito a esta instituição, e até conclamei e compareci a Constituição de 1934, quando o Senado tomava parte ativa na formulação da solução dos problemas nacionais através de conselhos técnicos. Entendo, portanto, que esta Comissão está prestando um grande serviço ao País e que o próprio Senador Relator, meu Líder, Jarbas Passarinho, também entende, tanto assim que pediu a prorrogação dos trabalhos desta Comissão.

Quero, neste momento, reiterar que pretendo, na minha futura missão de Ministro das Minas e Energia, continuar prestigiando esta Casa, porque essa é a grande aspiração do mundo político, como também ouvir, discutir com os integrantes do Congresso Nacional, Senadores e Deputados, e em particular com Comis-

sões como esta, colocando-me sempre ao dispor, não só o Ministro como todos os seus auxiliares, para, de pronto e com a máxima brevidade, formularmos as indagações novas à Comissão ou até prestarmos esclarecimento.

Como disse aqui o Senador Jarbas Passarinho, e disse também o Senador Dirceu Cardoso — e nesse ponto eles foram absolutamente unânimes —, nós estamos numa luta contra o tempo. Realmente, construir usinas nucleares, nós entendemos que é sempre uma experiência a mais que tem de ser alcançada e tem de ser conquistada. Por isso é que entendemos que todos esses debates vão ajudar a que se tenha uma maior atenção no tempo que temos a conquistar para este País, tendo em vista que nós todos queremos que cada usina nuclear seja construída com melhores aperfeiçoamentos ou com a melhor tecnologia conquistada pelas experiências anteriores. Observações sobre eventuais defeitos ou divergências sobre processos na construção de usinas nucleares anteriores até servem de estímulo aos técnicos e às empresas do Governo que estão encarregadas do assunto, para que nas próximas usinas tenhamos um critério mais aperfeiçoado. Por isso, entendendo que esta Comissão, pela prorrogação que foi pedida pelas duas bancadas — estou entendendo que é unânime —, prestou e prestará maiores serviços ao País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nós é que agradecemos a presença do Senador Cesar Cals à nossa Comissão, e é muito bom ouvir do futuro Ministro das Minas e Energia que Sua Exceléncia pretende manter um diálogo permanente com o Congresso Nacional, diálogo esse que, às vezes, eu diria até melhor, que na sua maioria tem faltado. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Cesar Cals.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

### 3.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1979

As dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e setenta e nove, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Itamar Franco (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Passos Porto, Jutahy Magalhães, Milton Cabral, Dirceu Cardoso e José Richa, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução n.º 69, de 1978, dando prosseguimento à discussão e votação do Relatório apresentado pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Lenoir Vargas e João Bosco.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida é dada como aprovada.

Abriindo os trabalhos o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, comunica, através do Of. n.º 11/79, da Liderança do MDB, no Senado, a substituição do Sr. Senador Roberto Saturnino pelo Sr. Senador José Richa. Comunica, ainda, através do Requerimento n.º 35, de 1979, da Liderança da ARENA no Senado, aprovado pelo Sr. Presidente do Senado, Senador Luiz Viana, a prorrogação, por um ano, do prazo da CPI.

Em seguida, o Sr. Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida o Sr. Senador Dirceu Cardoso para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Vice-Presidente:

Senador Passos Porto .....	5 votos
Senador Jutahy Magalhães .....	1 voto

É declarado eleito Vice-Presidente o Sr. Senador Passos Porto, que agradece a honra com que foi distinguido.

Prosseguindo a discussão do Relatório Passarinho, é concedida a palavra ao Sr. Senador Dirceu Cardoso, que solicita uma retificação relativa ao comunicado que fez em Plenário sobre o resultado da decisão da Comissão quanto ao prosseguimento de seus trabalhos, pelo período de um ano. Na ocasião, o Senador Dirceu Cardoso declarara que no mérito de tal decisão, coube 60% ao Sr. Relator, porém, retifica para 80% o seu mérito; 15% à Bancada da ARENA e 5% ao Sr. Presidente, Senador Itamar Franco. Continuando, o Sr. Senador Dirceu Cardoso segue com os comentários sobre o Relatório Passarinho.

Por fim, o Senador Jarbas Passarinho, usa da palavra para ressaltar que se sente altamente recompensado por ter participado da CPI na posição de Relator. Sugere o Sr. Relator, a convocação, na 2.ª fase dos trabalhos, dos Srs.: Cel. Luiz Francisco Ferreira, Norberto Odebrecht e Shigeaki Ueki, este já na qualidade de Presidente da PETROBRÁS. Para a 3.ª fase, sugeriu os nomes dos Srs. Prof. José Goldemberg e o Prof. Hervâlio Carvalho Guimarães, Presidente da CNEN.

O Sr. Senador Jarbas Passarinho agradece as palavras elogiosas do Senador Dirceu Cardoso. Agradece, também, aos companheiros de Comissão, especialmente ao Sr. Senador Milton Cabral que tem acompanhado os trabalhos da Comissão desde sua origem e, no momento em que renuncia à função de Relator da CPI, sugere o Sr. Senador Milton Cabral para substituí-lo. Finalmente, o Sr. Senador Jarbas Passarinho presta uma homenagem ao Sr. Presidente da Comissão, Senador Itamar Franco, pela maneira altamente suprapartidária em que se colocou na Presidência da Comissão.

O Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, agradece a homenagem prestada pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho e ressalta a certeza do seu alto trabalho nesta CPI. Congratula-se com o Sr. Senador Passos Porto pela sua indicação como Vice-Presidente da Comissão, colocando, em seguida, em votação, o Relatório apresentado pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho.

Em votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Finalizando, fica deliberado que a Comissão ouvirá nos próximos dias 27, 28 e 29, os Srs. John Reginald Cotrim, ex-Presidente de FURNAS; Mário Bhering, ex-Presidente da ELETROBRAS e Cel. Luiz Francisco Ferreira, ex-Assessor do Ministro Shigeaki Ueki para Assuntos de Energia Nuclear, respectivamente. O Sr. Presidente determina, em seguida, que as notas taquigráficas tão logo traduzidas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

**ANEXO A ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO N.<sup>o</sup> 69, DE 1978, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Itamar Franco  
Relator: Senador Jarbas Passarinho

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro aberta a reunião.

A Liderança do MDB substituiu o Senador Roberto Saturnino pelo Senador José Richa. Este ofício chega às nossas mãos agora, tendo sido enviado, ontem, à direção dos trabalhos da Mesa:

"Of. n.<sup>o</sup> 11/79

Brasília, 13 de março de 1979.

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador Luiz Viana

Digníssimo Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 86 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Exceléncia, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senador Roberto Saturnino pelo nobre Senador José Richa, na Comissão que dará parecer sobre a Resolução n.<sup>o</sup> 69, de 1978, que solicita a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar a gravidade dos fatos revelados pela revista Der Spiegel, da Alemanha, relacionados com a execução do Acordo Nuclear Brasil—República Federal da Alemanha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exceléncia o testemunho de alto apreço e fundamentada consideração.  
— Senador Paulo Brossard."

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Requerimento n.<sup>o</sup> 39, de autoria do Senador Jarbas Passarinho.

E o seguinte:

**"REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 35, DE 1979**

Nos termos do art. 77, § 1.<sup>o</sup>, alínea "a", do Regimento Interno, requeiro a prorrogação, por um ano, do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução n.<sup>o</sup> 69, de 1978, para investigar denúncias formuladas pela Revista Der Spiegel, da Alemanha, sobre a execução do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha.

Sala das Sessões, 13 de março de 1979. — Senador Jarbas Passarinho, Líder da Maioria."

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Vamos proceder à eleição do Vice-Presidente da Comissão.

Para isto, suspendo a reunião por 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro reaberta a reunião.

Convido o Senador Dirceu Cardoso para ser o escrutinador. (Pausa.)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Foram apurados um total de 6 votos, sendo 5 votos para o Senador Passos Porto, e 1 voto para o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eleito Vice-Presidente da Comissão o Senador Passos Porto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, antes de reatar o fio das nossas considerações, queria fazer um registro inicial. Ontem, ao comunicar à Casa o resultado da decisão da Comissão, que se expressou pela continuidade, pelo prosseguimento dos nossos trabalhos, eu disse que devíamos esta decisão, 60% dela, ao Relatório Passarinho, e à sua atuação. Hoje, quero fazer uma retificação, infelizmente, Sr. Presidente, que é a seguinte: não devemos ao Relatório Passarinho 60%, devemos ao Relatório Passarinho 80% do prosseguimento dos nossos trabalhos, 15% à Bancada da ARENA, e 5% a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Já que V. Ex.<sup>a</sup> está admirado, Sr. Presidente, antes de começar a briga, vou explicar o por que disso. Se não fora o Relatório Passarinho, e à sua decisão de prosseguimento, a ARENA podia esmagar a Comissão e liquidá-la. Portanto, 80% foi devido à ele, 15%, eles é que continuaram e se manifestaram pelo prosseguimento; e, 5% ao Presidente que tem sido um homem brilhante. E o MDB, com a Minoría que tem aqui, seria esmagado pela decisão da ARENA. Mas, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, tem participado brilhantemente na condução da nossa Comissão, não é o número que expressa a sua participação. Entretanto, a decisão nós devemos ao Relator e Líder da Maioria. Vou dizer mais, Sr. Presidente — desculpem-me, sou do MDB e vou me manifestar, agora, sobre uma decisão da ARENA — não sei se teríamos outros líderes da envergadura moral e da independência de Jarbas Passarinho, para continuar e prosseguir a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso quero prestá-la homenagem e quero que isto conste na Ata. São 80% que devemos a S. Ex.<sup>a</sup> que foi quem decidiu. Se o Senador Jarbas Passarinho não decidisse, seus companheiros da ARENA não o acompanharia e esta Comissão não teria prosseguimento, seria o esmagamento da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. ab ovo.

Eram estas as declarações que eu desejava fazer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Estava sugerindo que a todos nós cabe uma palavra de agradecimento a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ninguém precisa me agradecer, esse é um dever da minha consciência. Tive uma tortura mental ontem quando percebi o quanto havia sido injusto com relação aos 60%. Sou um homem assim, Sr. Presidente, sou eu e a minha consciência. Não estou vendendo partido, não estou vendendo coisa alguma. Não dependeu nada do MDB, mas sim da ARENA ontem.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Uma bela variação de Ortega y Gasset: "Eu e a minha consciência, para mim, é melhor que eu e a minha circunstância, porque eu e as minhas circunstâncias, às vezes, explicam certos desvios, e eu e minha consciência não".

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nobre Senador, vou lhe fazer uma confissão: eu, Líder da Maioria da ARENA, para assinar aquele relatório... Não sei não! (Risos.) Eu ia entrar num exame de consciência por semanas a fio. E, nisto, vai a maior homenagem que já prestei nesta Casa. Eu, que acho que sou um homem independente — não sou com ninguém, com grupo nenhum, sou eu com meu partido só — Líder da Maioria, não sei se faria um relatório daquele; não sei se assinaria; e, não sei se teria a decisão de ontem que S. Ex.<sup>a</sup> teve. Então, Sr. Presidente, quero ressaltar, aqui, o quanto tenho prazer de conviver, na Comissão, com homens dessa grandeza.

Estou há 20 anos nesta Casa do Congresso. Fiz uma busca nos desvãos da minha memória, rebusquei todos os dias sombrios que lutei, vendo líderes e líderes que passaram na história política desta Casa. Pode ser que amanhã, ou até hoje, nós tenhamos um atrito e venhamos a divergir do nobre Líder da Maioria. Mas não encontrei em líder algum, do meu e do outro Partido, ao longo desse tempo, uma atitude tão nobilitante como a do nobre Líder Jarbas Passarinho. Faço com a minha responsabilidade sem medo de nada.

Sr. Presidente, respigando essas partes, vou ser sucinto porque já atingi os objetivos — o que eu desejava era que não fosse esmagada a Comissão e a maioria votou para o seu prosseguimento. Quero pedir à nossa assessoria que traduza uma nota, apenas isso.

Há alguns períodos marcados, que quero ler, que são trechos da revista, na qual a Odebrecht fez um anúncio de duas páginas, para se ver o comportamento da Empresa, em relação às usinas nucleares. Isso não quer dizer nada, não depõe contra ela em coisa alguma, apenas para que a nobre Bancada da ARENA tome conhecimento do que a Odebrecht considera.

**TRADUTORA** — Patrocinada pela Construtora Norberto Odebrecht.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Patrocinada pela construtora Norberto Odebrecht.

**TRADUTORA** — Brasil marchando com o futuro:

"Após a conclusão de 98% dos trabalhos de engenharia, na primeira usina nuclear brasileira com a aprovação integral de entidades de controle internacional e interno, a Odebrecht está trabalhando, no momento, nas atividades 2 e 3 do mesmo complexo nuclear.

Já que a primeira usina, seguiu os padrões norte-americanos, e as outras usam know-how alemão, a Companhia brasileira tem, no presente momento, o raro privilégio de ter assimilado duas tecnologias diferentes para a construção de usinas nucleares. O mesmo aconteceu com as companhias alemãs que, inicialmente, absorveram tecnologia americana e em seguida, desenvolveram know-how nacional.

Um dos resultados do conhecimento técnico assimilado, pela engenharia brasileira, com a experiência de Norberto Odebrecht, é que, este ano a companhia brasileira poderá dispensar a assistência técnica da Hochtief, companhia alemã, na construção da unidade 3, do complexo nuclear de Angra dos Reis.

Os engenheiros estrangeiros, que visitaram os trabalhos da Odebrecht, ficaram impressionados com a rapidez com que os técnicos da Odebrecht absorveram uma tecnologia tão sofisticada, e em tão curto período de tempo, o que representa uma redução importante nos custos finais.

— A Companhia está usando um sistema complexo de qualidade de controle, na construção das usinas nucleares.

Pela primeira vez no Brasil o programa de controle de qualidade adotado pela Odebrecht em suas usinas nucleares, está baseado nos 13 itens da IAEA — Agência Energética de Energia Atômica Internacional — e nos 18 itens estabelecidos pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, ambas muito conhecidas por suas experiências no planejamento de usinas nucleares.

A Companhia Brasileira de Tecnologia Especial tem, no momento, 23.500 funcionários, dos quais 530 são profissionais com nível superior. Esta força de trabalho forma o que engenheiro Norberto Odebrecht chama de "os maiores valores tecnológicos do País", e justifica a imagem do Brasil como um poder, uma força mundial."

Como ele diz, a revolução tecnológica, atualmente no Brasil, é a maior prova de que somente no passado éramos um País do futuro.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Só para nós tomarmos conhecimento.

**O SR. MILTON CABRAL** — Introdução.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — É introdução. Então, vamos continuar com o Relatório Passarinho.

Sr. Presidente, tinhemos dito, ontem, que no início o plano de obra estabelecia, por exemplo, 30 mil metros de perfurações. Não vou citar de memória porque tenho, aqui, os dados. Vamos fazer um flash, já que conseguimos o objetivo: Planejamento, das obras — isto aqui é oficial de FURNAS: são 1.033 tubulões, e 30.900 metros de perfuração para a cravação destes tubulões.

Este é o plano. Agora, vamos encontrar a seguinte diferença — para encerrarmos esta parte de estaqueamento e passarmos à frente o plano 30.900 metros, em 14 de setembro de 1977, aqui o ofício do Sr. Luís Cláudio de Almeida Magalhães, ao Presidente Antônio Carlos Magalhães diz o seguinte: 2 — O desenvolvimento do projeto elevou o número inicial de tubulões 1.320... já não são mais aqueles 1.033, e alguns depoentes vieram aqui, e falaram que eram somente 800. Eles ignoravam os números, o Presidente de FURNAS ignorava isto, inclusive o chefe da construção. Dizia-se que eram 800 aqui estão 1.033 já ele, aqui, fala em 1.320 passou para 2.113. E não é só isso, são 2.178.

Diz o ofício: "3 — o comprimento total dos tubulões também passou de 32.400 metros. "Mais do que ali — preste atenção, agora,

a nobre Bancada da ARENA — passou de 33.000 metros para 80.907 metros de perfuração.

**O SR. PASSOS PORTO** — Aumentou em muito.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Pois é, é natural. As prospecções feitas, os cálculos, tudo isto foi ultrapassado, passou de 30 para 80, quer dizer, dobrou, e mais um pouco. Só perfuração em pedra são 22 km, quase o total das perfurações. Veja o irrealismo com que se cogitou a construção da usina nuclear n.º II.

Os planos oficiais diziam: 1.033 tubulões, comprimento 30.900 metros. Oficial, Plano das Obras, está aqui, abertura do plano oficial das obras, com ofício, e etc.

**O SR. MILTON CABRAL** — Isto é muito relativo. Em engenharia de fundação isto é muito relativo porque há uma previsão. Mas, a verdade é que o comportamento do solo sempre guarda imprevisões. Isto acontece, sobretudo, numa estrutura superpesada como esta, com as exigências tecnológicas que a ela foram impostas. Portanto, isso não assume um significado especial, nem poderia ser interpretado como irrealismo, ou uma desídia administrativa, ou uma incompetência administrativa, porque fundação não é brincadeira. É muito melhor que se faça isso do que o contrário. Imagine se amanhã eles se limitassem a cumprir essas previsões, e esses edifícios passassem a recalques e a desniveis e aí, seria um desastre. Ai sim é que seria condenável.

Mas, o nosso Presidente é engenheiro, sabe disso muito bem e pode até dar...

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Não sou engenheiro, mas, tenho bom senso. Vou lhe dizer mais, o plano de obras para contratação da firma previa 1.033 com 30 mil metros de perfuração. Agora, vão ser fincadas lá 2.179, duas vezes e mais alguma coisa. A diferença é grande demais, nobre Senador. E, depois, o espaço não é o que eles querem, é um espaço que dá para sustentar o edifício do reator. A engenharia calcula esta diferença entre as estacas, a floresta de estacas, em 80 km, nobre Senador. Quer dizer o seguinte, é um décimo da distância daqui a Belo Horizonte, fincando chão a dentro. E, ainda, há mais — o Sr. Presidente é engenheiro, e o nobre Relator também o é — essa colocação de estacas, uma perto da outra, prejudica o esforço de resistência para aquilo que vai ficar em cima, a 1,50 metro uma da outra.

**O SR. MILTON CABRAL** — Para as duas usinas?

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Não, a terceira está em cogitação, esta é a segunda. Nobre Senador, a terceira não vai ser feita lá porque a prospecção provou que é uma encosta que vai descendo, a rocha começou em 8 metros, onde a Westinghouse fez Angra I, já está pegando 40 metros na Angra II, que é a KWU, e a Angra III vai pegar um desnível muito maior, as estacas são maiores. Pois bem, esta colocação de estacas, uma perto da outra, pode vir a comprometer o esforço de resistência da estrutura horizontal da obra. Está aqui o documento.

**O SR. MILTON CABRAL** — Depois eu gostaria de lê-lo.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Lé no seu lá, no meu não.

**O SR. MILTON CABRAL** — Se V. Ex.<sup>e</sup> está oferecendo argumento, tem que demonstrar comprovando. Como é que V. Ex.<sup>e</sup> pode comprovar se não exibir o documento?

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Se continuarmos o trabalho que a Comissão vem elaborando, através da Presidência e do Relatório Passarinho, se formos dignos da confiança do Senado, vamos fazer um trabalho sério, estou certo disso.

Sobre a resistência, temos aqui o Relatório Confidencial do Engenheiro Chefe, que diz:

"a execução dos tubulões deveria ser feita com os cuidados necessários para não perturbar o terreno circundante responsável pela resistência aos esforços horizontais, conforme especializado pela KWU."

A KWU disse: isso pode prejudicar a resistência.

Tanto estaca que está se fazendo uma a perfil da outra, pode prejudicar o esforço horizontal, a carga da laje onde vai-se pôr o reator:

Passamos, então, de 30 para 80 mil metros de perfuração, e de 1.033 para 2.179 estacas. Tanta estaca que a KWU disse: não, esta floresta de estacas pode até prejudicar a resistência, fica fofo demais, porque no primeiro, que a rocha é logo ali em cima, houve um recalque de 10 milímetros, agora este que é um lamaçal tremando... Não vamos falar sobre o recalque. Sr. Presidente, sobre essa parte relativa ao estaqueamento não vamos falar mais, está acabado, está esclarecida, portanto, a questão de estacemento que tinhamos que discutir.

O erro do cálculo dobrou, a quilometragem das perfurações, são 10% do trajeto daqui a Belo Horizonte para fincar essas estacas,

80 mil e tantos metros, depois uma laje de 3 metros de grossura em cima das estacas para depois colocar o reator. Esta é Angra II, porque Angra I a Westinghouse já fez.

Bem, passemos à segunda parte do Relatório Passarinho. Diz aqui o Relatório: "Conclusão do Relatório. As obras civis da Unidade 3 estão programadas para o segundo trimestre do ano que vem. Quer dizer, deste ano, mas não começou nada. A Odebrecht está ganhando de Angra III, mas não começou nada ainda. Só conversa, por enquanto. Está na Angra II. Angra III vai começar. Está aqui, Relatório Passarinho, página 15, 15.<sup>a</sup> linha em diante.

Queremos destacar um trecho do Relatório Passarinho. "Concluímos pela total inviabilidade do cronograma atual das Unidades 2 e 3". Aquilo que eles acham que tiveram de fazer sem concorrência para não atrasar, agora eles concluem aqui, eles próprios. e o Relatório Passarinho transcreve: "concluímos pela total inviabilidade do cronograma atual das Unidades 2 e 3, e da data de validade da proposta formal da KWU".

O SR. MILTON CABRAL — O que não é privilégio brasileiro. Não há nenhuma usina nuclear no mundo que tenha obedecido ao cronograma.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é, de acordo. Estou significando o atraso, porque quero me servir disto para um argumento mais adiante.

"Solicitamos sua orientação contra sugestão apresentada relativa à entrada em operação da Unidade 2, ou seja, maio de 1983, mantida a defasagem de 18 meses para a Unidade 3. Porque, dizem eles, não, acabou Angra I, agora começou-se Angra II e, depois vamos fazer Angra III. Então, eles falam que não podia se construir tudo na mesma hora. Conversa, não é verdade e o Relatório aqui estabelece isto. Sr. Presidente, este Relatório é peça central nossa, é a viga mestra. Quem estuda isto aqui vê que este é um relatório corajoso, pois, fixou diretrizes, e tirou deduções pesadas sobre o comportamento desse episódio na vida brasileira.

Insinuação de favorecimento à Construtora Norberto Odebrecht, Sr. Presidente, o Relatório desenvolve este raciocínio da página 21 à 34, são 13 páginas de desenvolvimento. Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>s que o Relatório fixa — através de afirmações, aquilo que não falou mas, deixou entender — a responsabilidade de a quem deve caber a culpa desse favorecimento. Houve favorecimento, sem dúvida alguma. V. Ex.<sup>a</sup>s irão ler e chegar à conclusão que o Relatório chegou — mas não pôde confessar, e não viria a confessar — e que também eu cheguei. Rendo homenagens aqui ao Relatório Passarinho. Li várias vezes, dia e noite, ainda ontem até as duas horas da madrugada, hoje de manhã acordei às 6 horas da manhã para tornar a lê-lo. É uma peça central, peça que honra a vida pública de Jarbas Passarinho. Há relatórios famosos, mas esse vai ficar famoso na História do Congresso — Senado e Câmara — pela coragem, pelas afirmações, pela independência, pelas conclusões, e pela seriedade com que aborda o assunto.

Houve insinuação de favorecimento à construtora Norberto Odebrecht. Vamos começar pela contratação das obras, laudo de coleta. Diz aqui o Relatório que a luta foi porque o Ministro fez adjudicação da construção de Angra II e III à Odebrecht face a solicitação de lei que arrimou-se num dispositivo que não se aplica. Quer dizer, se isso não é favorecimento, então a Comissão vai escrever uma carta ao Aurélio Buarque de Holanda para riscar do seu dicionário o que é favorecimento. Se isso não é favorecimento... Estamos aqui com o futuro Ministro das Minas e Energia. Então, vamos ver, Laudo de coleta — começou aqui — histórico oficial assinado pelo coordenador, e com o mesmo carimbo: confidencial. Isto é uma coisa louca! Todo documento sobre usina nuclear é confidencial. Circulou lá com a rapidez de um raio, e tudo confidencial. Diz aqui:

"Objetivando a escolha de empresas para apresentação de propostas referentes à execução das obras civis da usina nuclear de Angra, Furnas procedeu à seleção dos candidatos que se apresentaram em atendimento ao anúncio publicado pela Imprensa. Foram, então, selecionados os seguintes: primeiro, Construtora Norberto Odebrecht, conceito 90%; depois, Hoffmann Bosworth Engenharia, 80%; Christiani Nielsen, 80%; Construtora Alcino Vieira, 75%; CETENCO Engenharia, 75%; Construtora Mendes Júnior, 75%."

Quer dizer, atribuiu logo 90% à Norberto Odebrecht, para começo de conversa. Diz aqui em baixo:

"O conceito indicado foi atribuído por ocasião da referida seleção, e consta do respectivo laudo."

Este nós não temos, não está em nossas mãos, e não podemos saber, mas saiu de entrada com 90%, na época em que sobre ela pesavam as acusações que o Engenheiro Lemme fez aqui; títulos protestados, falta de assistência técnica, etc.

Quatro de setembro de 1972, assinado: José Hermano Cohen, isto é um novo plano COHEN — Emílio Cláudio Lemme e Oswaldo Schmidt.

"Tendo em vista o exposto, somos de parecer que uma vez acertada com a firma Construtora Norberto Odebrecht, Indústria e Comércio, uma taxa mais adequada para remuneração referente aos serviços auxiliares, seja à execução das obras civis da usina nuclear de Angra a ela adjudicada. E o nosso parecer que submetemos à decisão final."

Está aqui, documento oficial de FURNAS. Da ELETROBRAS, estão aqui os pareceres. Vou dizer mais, temos o extrato de todas as atas dessas decisões porque lá tudo é documentado e assinado em ata, a decisão, vamos fazer isto, ou vamos fazer aquilo. Tenho aqui seis Atas, todas de FURNAS. Mais tarde falaremos mais alguma coisa sobre isto.

Correspondência de FURNAS — chamo a atenção aqui pois esta é uma correspondência antiga. Sr. Presidente, já em 28 de abril, se dizia: "No caso de empresas escolhidas sem concorrência". Já se sabia, Sr. Presidente, foi tudo carta marcada.

"No caso de empresas escolhidas sem concorrência caberá à NUCLEN fornecer à FURNAS a necessária documentação com a justificativa a ser apresentada ao Ministério das Minas e Energia."

Já se sabia que seria sem concorrência, o negócio havia sido tramado. Foi uma urdidura armada para se fazer sem concorrência, a adjudicação foi esta. Está aqui, estou lendo documentos confidenciais de FURNAS, sob o sinal: Confidencial. Já se falava, inclusive, em "sem concorrência" na correspondência particular.

O que há, Sr. Presidente, a meu ver, é o seguinte: se é que houve, eles não esperavam jamais que o Congresso Nacional pudesse criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, senão não teriam feito. Mas, houve por bem que a nossa Bancada, com o apoio de quatro Senadores da ARENA, criasse esta Comissão. Então, vieram às nossas mãos esses documentos que estamos revelando aqui, e como há muito ídolo, aqui, de pé de barro, estamos espiando o pé deles.

O SR. PASSOS PORTO — Sr. Senador, é o mesmo problema de quando o meu Partido de então acusava o Partido de V. Ex.<sup>a</sup>s por ter permitido que se adjudicasse obras em Brasília diante da conjuntura de transferência da Capital. Tenho a impressão de que a construção dessas usinas enfrentou problemas de tempo, período governamental, início de obras. Não posso adiantar argumentos, nem conclusões, porque ainda vamos ouvir a Norberto Odebrecht. Mas pressuponho, pela dignidade dos elementos que conduziram este problema, de que ele deve ter feito com muita seriedade, e deve ser respeitado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Acho que esta seriedade deve ser colocada entre aspas.

O SR. PASSOS PORTO — A Norberto Odebrecht merece este conceito de 90%, e digo isto porque conheço muito a Empresa. É da minha região, trabalha no meu Estado há muitos anos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O que ele fez no Estado de Sergipe?

O SR. PASSOS PORTO — Ela começou com o pai do Presidente, iniciando uma nova arquitetura no meu Estado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, aquela empresa acabou há muito tempo, quebrou, failiu, o filho pegou e tentou reconduzir. Conheço esse fato.

O SR. PASSOS PORTO — Não sei se ela quebrou, sei que ele sucedeu ao pai.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É uma grande empresa, não há dúvida alguma. Mas, quero dizer o seguinte: com um favorecimento deste, Sr. Presidente, até jiló é doce... Isso é uma coisa louca!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vamos colocar esse favorecimento entre aspas, também porque ainda não está comprovado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex.<sup>a</sup>s vai ver, aqui, o favorecimento que houve. E mais, se não houve favorecimento, na hora do relatório final, assino da mesma maneira.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quer dizer que V. Ex.<sup>a</sup>s mesmo está levantando a hipótese?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ah! Se eles provarem... Conheço os homens que estão nisso, não têm capacidade para desmentir, ou desautorizar o favorecimento. Não têm, e não podem! Há documentos, como vão fazer? A palavra nada pode contra documento. Mas, se provarem, assino o parecer com a maior boa vontade, não querer ser injusto.

E pena o nobre vice-Presidente ter se ausentado. Para trabalhar nesta Comissão não se pode ter muito compromisso lá fora.

porque há que se prestar atenção aqui, não é? Aqui é o compromisso do Brasil.

Vamos falar, agora, numa parte interessantíssima que a Comissão precisava ouvir — o preço. Quer dizer, o Relatório continua intocável, só estou reforçando algumas partes — reforçando é até uma veleidade minha — estou tentando dizer algumas coisas. Este é o Relatório que serviu de base à adjudicação.

Questão do preço: o cálculo que este Relatório estabeleceu para o custo de Angra II, está em volta de um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros.

Vamos ver o fornecimento, aqui. Contrato da Odebrecht.

O SR. MILTON CABRAL — Um bilhão de cruzeiros da construção civil de Angra II?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Aqui está o contrato da Odebrecht que é sob empreitada, que também é documento oficial. Valor do contrato: dois bilhões e novecentos milhões, acima do contrato do cálculo para toda a obra. Só as fundações — vimos aqui — um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros.

O SR. MILTON CABRAL — Mas, só para esclarecer. O contrato de dois bilhões e novecentos, o que comprehende?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, V. Ex.<sup>a</sup> poderia ler o objeto e o regime de contrato? Cláusula 1.<sup>a</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. Diz aqui:

"A Administradora — quer dizer a Odebrecht — obriga-se a construir ou executar para FURNAS, sob o regime de administração, as obras civis e serviços das Unidades 2 e 3 da Central Nuclear Almirante Alberto, localizada no Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Contrato sob o regime de administração que foi dado à Odebrecht sob duas condicionantes: 1º — Exiguidade de tempo."

Estão até hoje para concluir, o que só acontecerá para o ano, e isso só vai funcionar em 1981, ou 1982. Mas, não puderam perder um mês para fazer a publicação do anúncio. Para dar uma ideia: só para colocar os parafusos, seis parafusos que a indústria nacional forneceu — a primeira usina foi assim — tivemos meses de atraso porque, segundo as especificações, era a rosca, era o aço, uma hora era uma coisa, outra era outra, era o técnico e, assim, levamos meses para acertar os parafusos, chumbadores — como eram chamados — seis chumbadores que a nossa indústria forneceu. Levou meses de atraso a obra. Pois bem, eles não podem perder um mês para publicar.

Trouxe, hoje, um anúncio sobre a limpeza química mecânica dos tubulões. E não publicaram, não quiseram公开ar o anúncio da seleção de empresas que pudessem construir. Só isso. Convoco V. Ex.<sup>a</sup>s para apreciarem se houve favorecimento, ou não. O contrato da Odebrecht abre-se com isto aqui, com esse valor. Valor do contrato: dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros.

O SR. MILTON CABRAL — O que comprehende isso?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Só o estaqueamento feito o cálculo, um bilhão e novecentos milhões para fazer a praça, começar a usina, fazer o lugar e o terreno.

Vamos ver o contrato da Odebrecht para ver se houve favorecimento, ou não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Dirceu Cardoso, não estamos querendo prejudicar, estamos em busca da verdade. Não podemos prejudicar nem a favor, nem contra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estamos apenas lendo os documentos. Diz aqui:

"Obras básicas: escavações, aterros, infra-estrutura do edifício, infra-estrutura dos reatores, infra-estrutura do edifício auxiliar, infra-estrutura do edifício do controle, infra-estrutura do tubo gerador, infra-estrutura do edifício de administração, infra-estrutura do edifício de purificação do condensado, infra-estrutura do edifício de alimentação de emergência, construção da chaminé de descarga, fundação dos transformadores principais, colocação de embutidos no concreto."

O SR. MILTON CABRAL — Esse é o contrato?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estas são as obras básicas. As obras complementares, também, estão aqui. As obras auxiliares, dentro da faixa listada, são aquelas que forem determinadas por FURNAS. Então, diz aqui: "Construção da obra de complementação do canteiro de obras". A Odebrecht, por esse contrato, só tem a obrigação de pagar a cinco funcionários dela, todo o resto é FURNAS quem paga; seguros, INPS, aluguéis de carros até vilas residenciais. Esse contrato é uma coisa louca, vai a alguns milhões de cruzeiros para administrar.

Agora, vamos aos percentuais.

Cláusula 4.<sup>a</sup> A administradora obriga-se a executar o serviço, objeto do presente contrato, com zelo, diligência e economia.

Cláusula 12, § 2.<sup>a</sup>:

"Correrão por conta de FURNAS todas as despesas efetuadas com pessoas e gastos correlatos conforme previsto na Cláusula 42. Serão ônus exclusivos da administradora todas as despesas (é uma coisa séria para a Odebrecht) inclusive salários, seguros, etc. nos seguintes casos: Superintendência do Projeto, Superintendente-Adjunto, Gerente-Técnico, Gerente-Comercial, Gerente do Projeto, Coordenador, Representante do Canteiro, Representante-Adjunto, Gerente da Divisão de Produção, o Gerente da Produção, Gerente da Divisão Administrativa, Gerente da Divisão de Garantia e Qualidade".

Mas, tudo é quem paga. E, para isso, há ainda mais.

"A administradora obriga-se a adquirir, em nome e por conta de FURNAS, todos os materiais indispensáveis à boa execução das obras contratadas, exceto cimento e aço para a armadura de concreto que poderão ser fornecidas por FURNAS à sua opção."

Tudo é FURNAS quem compra, porque é sob administração.

O contrato, nobres Srs. Senadores, ocupa este volume todo aqui. Tudo isto é o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, só para dar uma explicação aos Srs. Senadores: na segunda-feira, sem falta, a Secretaria da Comissão irá enviar a V. Ex.<sup>a</sup>s todos os documentos, inclusive este Relatório que está sendo lido, no momento, pelo Senador Dirceu Cardoso.

O SR. MILTON CABRAL — Senador Dirceu Cardoso e a conclusão?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ainda não há conclusão, agora é que vou entrar no grosso.

"FURNAS adiantará à administradora os recursos necessários para fazer face à despesa." A princípio pensou-se em trinta milhões, mas isso não foi nada. Então, adiantava, todo mês, 450 mil para ter capital de giro, e fazer face às despesas.

O SR. MILTON CABRAL — Quero ajudar a encurtar o debate, e colaborar com V. Ex.<sup>a</sup> A conclusão a que eu queria chegar é a seguinte: esse contrato que V. Ex.<sup>a</sup> está lendo e finalizando, se refere, exclusivamente, a obras básicas e auxiliares, não entram ai os edifícios.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Entram sim.

O SR. MILTON CABRAL — Pelo dito, não. Somente escavações, infra-estruturas, e obras auxiliares.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Obras básicas: escavações, aterros, infra-e superestrutura do edifício do reator... É a construção do edifício. Só não entra aqui a montagem eletromecânica que é da KWU. A Odebrecht é técnica em construção civil. A usina nuclear é com a KWU, é ela que monta, a aparelhagem é dela. A Odebrecht só faz o edifício, e é por essa grande especialidade que deram a concorrência a ela, para fazer o edifício. Foi o primeiro, pois nunca fez as três do anúncio publicado nos Estados Unidos. Fez uma, ou seja, essa que ela está fazendo agora. Está começando a fazer Angra II, está fincando estacas, está até amarrada nessas estacas porque não sai disso de maneira alguma. Disse, aqui, que em um ano fincaram 400 estacas. São 2.179 estacas! São 80 km de estacas! Estacas de 60 metros que ficam em mais de 100 mil dólares. Tudo porque escolheram um terreno que não era o melhor, poderiam escolher um outro que tivesse menos vista. Como diz a Nucor Corporation, é uma vista muito bonita, dominadora, é uma baía dentro de uma baía. Está nos custando caro essa baía.

"Remuneração por quantia fixa: valor mensal, fração correspondente ao mês de assinatura do contrato: 2 milhões de cruzeiros; valor mensal ao mês subsequente: 2 milhões e 200 mil; valor mensal no terceiro mês: 2 milhões e 400 mil; valor mensal para o quarto mês: 2 milhões e 600 mil; valor mensal para o quinto mês: 2 milhões e 700 mil; valor mensal ao término do trabalho: 2 milhões e 300 mil; valor mensal a partir do término das fundações: 2 milhões e 100 mil."

"Por metro cúbico de material comum, escavado: 2.081 cruzeiros;" Toda a especificação está aqui no contrato, da letra "a" até a letra "t". "Letra 't': Por tonelada de armadura: 1.453 cruzeiros." Ela ganha em empreitada, só por fincar a armadura dentro das estacas. É assim por diante.

"Anualmente, no mês de fevereiro, os custos unitários e, consequentemente, os valores dos índices serão ajustados aos coeficientes apropriados de mão-de-obra."

"Para obtenção desses índices, manter-se-á constante em 12% o percentual de remuneração, limitando-se em 38% o percentual de despesas indiretas indiciadas nas planilhas de composição de preços vinculados constante do documento termo de referência."

Há várias percentagens estabelecidas até 20%, ou seja, existem coisas que atingem 20% de percentual que ela ganha. O carro quando sai da garagem, já é por conta de FURNAS, tudo por conta de FURNAS. FURNAS está mantendo a Odebrecht.

"Remuneração por obras auxiliares: taxa de 20% incidente sobre o valor total de mão-de-obra direta".

"46.3 — Computados para esse fim os dispêndios efetivamente realizados com as obrigações oriundas da legislação social..."

Tudo isso ela ganha. Se isso não é favorecimento....

"Dez por cento do valor líquido pago pelos materiais adquiridos pela administradora..."

Adquire, e ainda tem 10% sobre os materiais.

Eles nunca pensaram que homens do Senado viessem a ler tudo isso. Provavelmente terminariam a obra, haveria a inauguração, a placa de bronze na porta das usinas, etc. Mas estamos lendo tudo.

"46.57 — A remuneração por utilização de equipamentos fornecidos pela administradora será devida após a liberação por FURNAS, a partir de 60 horas após a comunicação."

Quer dizer, deixou de usar o equipamento, suspende o pagamento somente 60 horas depois.

"Remuneração por serviços subcontratados: para subcontratos com valor superior a 2.500 vezes o valor de referência, 5%; quando os subcontratos são inferiores a 2.500 vezes o valor de referência, 8%; quando os subcontratos são inferiores a 1.000 vezes, 10%." Aumentando o valor, 10%.

"O índice remuneração por homem/hora empregado será ajustado trimestralmente." Cercaram FURNAS de todo jeito. Nós consumidores, V. Ex.<sup>a</sup> não é, nem o nobre Senador da Bahia, nem o nobre Senador de Sergipe, e nem o nobre Senador Relator, mas eu sou consumidor de FURNAS, eu pago tudo isso, quer dizer, ajudo a pagar.

Estou lendo o contrato. Se isso não é favorecimento, vamos riscar no dicionário o verbete.

"Remuneração reajustada pela utilização dos equipamentos. Remuneração pela utilização dos equipamentos constantes da lista integrante do documento termo de referência. Índice econômico nacional, máquinas, veículos, equipamentos, coluna 37 da revista *Conjuntura Econômica* que serve de base para os reajustamentos. Mesmos índices econômicos nacionais, mesmo índice para o mês de setembro, valor de remuneração por índice homem/hora," tudo isso reajustado.

"Pagamento: as faturas correspondentes às remunerações de que trata a cláusula 43, exceção feita às referidas no item seguinte, serão pagas a 30 dias de sua apresentação, desde que devidamente aprovadas. Ocorrendo erro no faturamento, ou não apresentação do balancete contábil e relatório de custos de construção, tal prazo para pagamento será dilatado de tantos dias quantos forem necessários à sua correção e consequente aprovação."

Ainda mais:

"Tem que pagar a parte que não está errada, logo de inicio..."

Quer dizer, se houver uma dúvida sobre uma parcela de um equipamento qualquer, aquele não paga, mas paga o resto todo. Tem uma segurança absoluta a Odebrecht. Esta deveria ser a companhia "segurança baiana".

"Na hipótese de erro ou dúvida quanto à fatura ou documentos que acompanham, FURNAS poderá a seu exclusivo critério pagar a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução final da controvérsia."

Está aqui ressalvado:

"Seguros: Todos os seguros FURNAS é quem paga.

Prêmios: quando atrasa tem uma multa de 15 mil cruzeiros por dia, quando adianta tem um prêmio de 75 mil cruzeiros por dia".

Mas não pode atrasar, porque tem tanta coisa segurando quando é atraso, que não há esse caso. Só se houver um abalo sismico,

do contrário, não havendo isto, não há atraso. Mas quando adianta um pouco, há um prêmio de 75 mil cruzeiros por dia corrido.

Cláusula 54.2.1:

"Parágrafo 3º Não serão aplicadas multas por atrasos nos prazos de execução das fundações."

Estes estacamentos podem durar três anos que não há multa alguma.

"Parágrafo 5º: Se ultrapassada a data de conclusão prevista para o marco de planejamento da superestrutura das Unidades, e o atraso daí decorrente não ocasionar, a critério de FURNAS, prejuízos irrecuperáveis à FURNAS ou a terceiros, poderá ser observada uma carência de 15 dias.

Na hipótese de rescisão a parte das remunerações contratuais correspondentes aos serviços executados até então e ainda não pagos, obriga-se FURNAS a pagar à Odebrecht as prestações mensais da quantia fixa — são aquelas que mencionei: dois milhões, dois milhões e trezentos, dois milhões e quatrocentos por mês — "ao pagamento do reembolso ao administrador de todas as despesas previstas na cláusula 42. Há um ressarcimento, nos termos deste contrato, de todos os pagamentos que, eventualmente, tenham que fazer em decorrência de contratação de serviços técnicos e a terceiros.

Custos de desmobilização do pessoal."

V Ex.<sup>a</sup> que é engenheiro, Sr. Presidente, sabe o que é a desmobilização do pessoal?

A Odebrecht está cercada de todas as garantias, e isto num contrato de dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros. Mas, isto não é nada. Com relação às fundações passamos um telegrama para saber quantas estacas foram cravadas até dia 1º de março, qual o custo que pagou por isso e, então, vamos saber os cálculos, que vão ficar muito além desta quantia.

Sr. Presidente, além de outros itens, está aqui a turma que assinou o contrato: Luiz Cláudio de Almeida Magalhães, Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não é meu parente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex.<sup>a</sup> se honraria com este parentesco mas, por que tem ser parente de V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É porque V. Ex.<sup>a</sup> está falando e olhando para mim como se fosse meu parente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, tem outro Magalhães aqui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Também não é meu parente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem Magalhães demais!

Fernando Candeia, Vice-Presidente; Norberto Odebrecht Presidente da Construtora Norberto Odebrecht; as testemunhas; e, um glossário para definir os termos técnicos. Vejamos o que é desmobilização:

"Custos de desmobilização: despesas resultantes da remoção dos recursos materiais no meio da administradora ou dos seus subcontratados relacionados com a execução das obras."

Tem que pagar tudo. Tem que pagar até os desaforsos.

Sr. Presidente, vou concluir, agora, porque é quase meio-dia e não quero me alongar. Queria apenas ressaltar os desvãos do favorecimento, eu para chegarmos a uma conclusão.

Há outra parte para a qual quero chamar a atenção: é o sobrepreço. Diz aqui:

"Parece, portanto, haver sobrepreço de cerca de 22% em relação ao preço de Bible II."

Quer dizer, a usina que serviu de modelo com a mesma capacidade, da Alemânia, que a KWU construiu e está construindo uma igual aqui. Mas, no final, prossegue:

"O sobrepreço vai a 49%".

E há mais algumas coisas que V. Ex.<sup>a</sup> verão mais tarde.

"O custo proposto para Angra II, excluindo transportes e compras de diligenciamento no valor estimado de 76,5 milhões de marcos, foi a 1 bilhão, 14 milhões e 78 mil marcos".

ou seja, 49% acima do de Bible II, aquela usina que mencionei e fiz todo o cotejamento.

Sr. Presidente, vou concluir rapidamente. Mas, antes, vamos ver o relatório básico e a atuação de outro Magalhães, agora, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, conterrâneo de V. Ex.<sup>a</sup>, que val-

assumir, amanhã, o Governo da Bahia, e que já esteve aqui depoendo.

O famoso Relatório Franklin, que o Engenheiro Franklin Fernandes fez para o Presidente de FURNAS — agora os Srs. vão ver porque deram a adjudicação à Odebrecht — diz o seguinte:

"Vimos submeter à decisão de V. Ex.<sup>a</sup> as modalidades seguintes para a contratação das obras civis:" — quer dizer, sem mais conversas — "primeiro, o mesmo contratante para as três Unidades."

Começa assim: o mesmo contratante para as três unidades; ele fixa isso. Esta é uma meta que ele tem que atingir. Vimos nos relatórios iniciais que seria sem concorrência pública, e agora o mesmo para as três Unidades.

Diz o Relatório Franklin:

"6.1.12 — O projeto KWU não levava em consideração a existência dos matacões, simplesmente ignorados ou considerados de importância secundária, por falta de maiores informações na época."

Isso é que foi a cabeça de turco. Os matacões é que estragaram. Quer dizer, a KWU também ignorava o que era matação, não tinha prática lá, nem aqui, não tinha em lugar algum. Matacões, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, são pedras soltas. Diz ele, prestem atenção:

"O projeto KWU não levava em consideração a existência dos matacões, simplesmente ignorados ou considerados de importância secundária..."

Há, até, uma divergência com relação à técnica. E se houver um recalque e não agüentar tudo? A laje de 3 metros de grossura é colocada na ponta das estacas, 2.179 estacas. Tudo isso é para começar a usina, numa laje de 3 metros de grossura; ai é que começa a usina, em cima. Terá, ainda, que estabelecer o lugar.

De maneira alguma estamos criticando, estamos somente achando graça. E um lugar bonito, é uma baía dentro de uma baía, o mar era assim. Tem que haver responsabilidade de alguém, não é?

"Várias semanas foram consumidas para se chegar a um tipo de estacas."

Vejam bem: por que eles acharam que não podiam fazer a concorrência? isso aqui é uma coisa louca, é pior do que estaca. é pior do que matação, é pior que tudo.

"O resultado desta sondagem mostrou que 15% dos furos haviam encontrado matacões. Levando-se em conta esses resultados e os diâmetros dos tubulões, e procedendo-se a uma análise estatística da distribuição dos matacões, chega-se a uma probabilidade de mais de 30% dos tubulões da Unidade 2, e esta probabilidade é incomensuravelmente maior para a Unidade 3."

Incomensuravelmente maior para a Unidade 3! Escolheram o pior lugar do mundo, só porque havia o mar, por onde chegaria a peça principal do reator, que pesa 400 toneladas. Terão que fazer canal, túnel para jogar a água, tudo isso tem que ser feito, comparando com Búzios, que era o modelo da nossa Angra II.

Na ocasião eu disse: Angra III não vai ser construída. E não vai. Está aqui o Relatório do Engenheiro Representante de FURNAS. Não vai ser lá a terceira porque escolheram o pior lugar; teria que haver um estaqueamento violentíssimo. Só se se fizer tudo de cimento armado.

Há tanto lugar e vai-se colocar dentro do barro. A maioria das estacas, uma grande parte, tem 60 metros de comprimento para pegar a rocha lá em baixo, mas esses matacões passam por pedras que têm que ser furadas e eles inventaram aparelho para fazer isso. Não havia em parte alguma do mundo experiência com matação, já é que estão fazendo isso. Ninguém, nem a Hochtief, nem a Odebrecht, nem a D'Appolonia, ninguém, ninguém tem experiência com isso. Começaram lá, estão aprendendo com FURNAS, à custa de FURNAS, à nossa custa. Odebrecht, KWU, todos estão aprendendo conosco.

Sr. Presidente, está aqui o carimbo de confidencial, quer dizer, o homem levava para o Diretor, era confidencial; somente eles dois iriam ler. Por que era confidencial? Somente eles dois é que iriam ler, nem o secretário iria ler.

Vou dizer mais, Sr. Presidente, no primeiro dia esteve aqui uma autoridade da Presidência da República, uma pessoa do Palácio, e quando comecei a ler esses documentos ele disse:

"Como esse Senador tem esses documentos, se é tudo confidencial? Se é o do Vice-Diretor para o Diretor, do Diretor de FURNAS para o Presidente da ELETROBRAS, da ELETROBAS para o Ministério, somente circulava lá, como estará aqui, em seu poder?"

O SR. MILTON CABRAL — Então, responda.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vou responder. Bem, não roubrei, não é? Antes de chegar à Comissão eu já os tinha, porque quem revelou todas essas coisas aqui fomos nós, não foi, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — É verdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Diz o Senador Jarbas Passarinho que veio dos Estados Unidos, veio da Argentina. Que nada!

Presto a minha homenagem aos quatro membros da ARENA que entraram na Comissão, homens de alto gabarito moral. Estou em boa companhia. Vamos marchar certo, não faço restrição em uma vírgula a nenhum deles.

Ouço a Comissão isto, que é de uma responsabilidade tremenda. É do Relatório do Diretor das Obras, Dr. Franklin Fernandes:

"Em nossa última viagem à Alemanha, aproveitamos a oportunidade para visitar, por indicação da KWU, uma execução de fundações em Bremerhaven pela Franklin e Willfinger e constatamos que nenhum dos especialistas presentes das firmas referidas tinham experiência de executar tubulações em solo com matacões."

Não tem nenhuma. Ignorava-se isso, também.

"Verificar que nenhuma das pré-qualificantes, mesmo as especializadas em fundações, exclusivamente, já executou serviço de tal grau de complexidade. Igualmente só existe no país até o momento uma máquina Virts B-6."

"Nessa reunião estiveram presentes 5 especialistas que se mostraram muito céticos ao lhes expormos as nossas intenções em executar tubulações atravessando a zona de matacões."

E foi o que fizemos. Esses 5 especialistas alemães, da KWU, e de outras empresas, mostraram-se céticos para com esses resultados. Nós fizemos isso para pôr usina nuclear em cima. Se aquilo escorregar e arrebentará...

"Como os engenhos nucleares a filosofia de garantia de qualidade veio para ficar, está longe a época em que esse requisito seja dispensado. Não podemos ver claramente como inspecionar com segurança os tubulões conforme estão sendo encarados."

Quer dizer, ele também confessa que o negócio é esse. Está aqui.

Vamos perder mais uns minutos, o que estamos fazendo é uma coisa séria. Eu quero que o Brasil tenha usina nuclear, mas não quero que a coisa seja assim. Vamos ver agora a justificação da coisa. Isso é até engraçado.

"Pode-se verificar as razões" — ele quem está dizendo — "das nossas preocupações. Julgamos que as fundações em tubulões perfurados com camisas recuperáveis por máquina rotativa atravessando zona de matacões" — é o que se está fazendo lá — "com lençol d'água e concretagem submersa não é a solução que atenda à hierarquia dos postulados: qualidade, prazo e custo." É ele que diz, ele que está fazendo a obra.

"A execução dos tubulões deveria ser feita com os cuidados necessários para não perturbar o terreno circundante responsável pela resistência aos esforços horizontais." Vamos ver lá, Sr. Presidente. É um lamaçal onde estão fazendo, há 60 metros para se encontrar a rocha. E isso está dando dor de cabeça e vai enterrar a reputação de muita gente. Tornara, desejo sinceramente, que não haja nada. Deus me livre que haja. Não quero que o Brasil tome prejuízo. Mas, está ai. Eles próprios que fizeram estão se mostrando céticos. Mas, está sendo feito.

"Pudemos verificar lá que a experiência alemã em matacões é restrita, também. A experiência com matacões, aliás, não é frequente em nenhuma parte do mundo." Só lá estão abrindo, são os pioneiros em matacões. É bom que uma pedra daquelas não caia na cabeça de um deles ainda, porque pode ser que dê este resultado. Com essa quantidade, a floresta de estacas que eles estão fincando pode ficar mole demais, e não agüentar. Pode ser.

"Torna-se evidente, portanto, que o ponto crítico dos programas" — hoje o futuro Ministro das Minas e Energia precisa ouvir isso aqui, porque é uma coisa dolorosa — "de centrais nucleares para onde todos os esforços devem ser dirigidos é a minimização do tempo dispendido nas atividades de construção." Quer dizer: construir a usina, o reator, se é jato contínuo, se é ultracentrifugação, etc., etc., tudo isso não é nada, o importante é o prazo mínimo. Ora, isso é uma barbaridade. Com tanto ceticismo, tantas dificuldades, eles têm que ganhar tempo, e estamos é perdendo tempo, onde se revela que a demora também é uma pressa. Eles não querem a pressa, e agora vem a demora. Chamo a atenção do futuro Ministro.

Relatório dos chefes das obras: "O ponto critico de construção da usina — isso é o Brasil que está ditando ao mundo — é a minimização de tempo dispendido." Ora, não é isso. O cumprimento dos cronogramas de construção dentro dos critérios de segurança e os rígidos procedimentos sobre o licenciamento de centrais nucleares, o próprio retorno do investimento, a volta do dinheiro. Estamos gastando só nisso meses e meses. Dizer que não podia perder tempo para fazer a licitação e a qualificação. Isso é uma monstruosidade.

"Em fins de 1975 foi formado na obra um grupo de trabalho integrado por elementos de FURNAS e da Norberto Odebrecht — sempre as duas trabalhando de comum acordo antes da adjudicação, FURNAS e CNO — para fazer avaliação e dimensão no tempo dos fatores consequentes da construção dentro dos cronogramas em vigor de três usinas nucleares em Angra. O grupo considerou as influências do fato do projeto alemão das futuras Unidades 2 e 3 diferir bastante da Unidade 1 em construção, que é americana. Unidade 1, Westinghouse; 2 e 3 KWU. O alemão está construindo no barro, ou melhor, vai montar no barro, porque não construiu nada, ainda.

O primeiro ponto critico da construção da usina é o tempo. Tem que ser no tempo de dois a quatro anos, tem que construir nos quatro anos, haja o que houver. Não pode atrasar nada.

Outro ponto critico:

"...14 — um dos principais problemas enfrentados pelo grupo de trabalho foi dimensionar o canteiro e instalações de modo que coubesse dentro de Itaorna dada a exiguidade de espaço. Da leitura atenta do relatório depreende-se a impraticabilidade de dois canteiros operados por entidades distintas, o que vem dificultar seriamente a existência concomitante de um empreiteiro civil para a Unidade 1, e outro para as fundações da Unidade 2."

O Dr. Lemme, que é chefe, diz que cabe perfeitamente outro canteiro de outra empresa que construa. E a coisa está se fazendo, estão acabando a Unidade 1, para começar a 2, e a 3. Tudo isso ao mesmo tempo. E a 3 não vai ser construída. Vai me desculpar o ilustre futuro Ministro porque a Unidade 3 talvez não seja construída lá, porque está difícil demais. Vão perder o tubo de descarga porque é construído para três. Mas, não tem importância, quanta coisa perdemos! Essas duas coisas motivaram a não licitação.

"Em nossa visita à Alemanha, pudemos ver as obras a cargo da Hochtief, nos impressionara, sobremodo, a organização do canteiro". Essa é uma questão secundária, mas o que impressionava a ele era o canteiro. "Devido as dificuldades enumeradas, anteriormente, obtivemos a competente autorização de V. Ex.<sup>a</sup> para Hochtief rever o relatório acima citado". Pois a Hochtief diz que podia fazer. Então, teve que rever o relatório. Não cabe, não tinha que caber mais outra. E por que não tinha que caber outra, Senhor Presidente? Para dar uma só. A química foi essa.

"Demônstra-se nos índices técnicos", onde ele falou em técnico para trás? Isso é uma coisa violenta — "procedentes que as obras civis nucleares das usinas nucleares de Angra II e III, desde a sua fundação até os acabamentos, constituem-se em obras especiais. O processo para a eleição da empresa construtora não poderá, por isso mesmo, revestir-se apenas dos critérios e cuidados que a rotina administrativa preconiza".

"Achamos que dentro da linha de raciocínio..." Que raciocínio, Sr. Presidente? Até peço desculpas à memória de Einstein por termos uma baboseira como essa, no dia de seu centenário. O chefe da construção diz: "Achamos que dentro da linha do raciocínio... Mas que raciocínio que ele fez até agora? Só diz que não cabia e que não podia perder tempo para fazer a qualificação e a concorrência. E conclui: "Posso concluir que somos pela solução de um mesmo contratante para as três Unidades, conjuntamente com as obras de infra-estrutura". Que raciocínio que ele fez até agora? Só diz que não se podia perder tempo, que o Brasil não pode perder tempo. E já estamos com dois anos de atraso. Tinha que dar à Odebrecht, e não a uma outra qualquer. E aqui está a sua assinatura, administrador do projeto, não é um engenheirinho, não! "Eles se sentiram à vontade para recomendar a contratação com a Construtora Norberto Odebrecht, já agora com o apoio das razões — que razões — que certamente obrigarão o efetivo interesse de FURNAS".

Este relatório foi para cima, Sr. Presidente, o Presidente de FURNAS recebeu o relatório e passou para o Presidente da ELETROBRAS — aqui uma outra coisa interessante — o Sr. Antônio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, vou ler sobre o custo: "O total das obras civis das Unidades 2 e 3, estimativa de FURNAS, é 1 bilhão 897 milhões. Mas só à Odebrecht vai 2 bilhões e 900 milhões." Fora a KWU, fora o material que vai montar, fora o material que vai comprar e trazer da Alemanha.

Outro relatório: "Em particular, a indicação da Construtora Norberto Odebrecht para a execução da obra encontra justificativa inclusive na dificuldade de fazer-se uma qualificação adequada. Cremos que essa indicação poderia ser reforçada"... Então, diz que é perder tempo. Perder tempo o quê, Sr. Presidente? Era fazer esse anúncio um mês, perder um mês, e chamar outras empresas brasileiras, que não obtiveram o benéficio da direção, que pudessem concorrer para fazer essa obra. Porque ninguém tinha a especialidade em fundação, nem a Odebrecht nem ninguém no mundo. Quando se começou isso nenhuma empresa no mundo, nem alema, nem americana, nem australiana, nem inglesa, nem holandesa, nem francesa, nem austriaca, nem portuguesa, nem do Cabo, nem da África do Sul, ninguém, enfim, tinha experiência naquele terreno miserável e podre, de Itaorna. E ele diz aqui. Eles fizeram agora porque a Comissão disse que era preciso fazer o anúncio. Sr. Presidente, se eu fosse chefe de uma revolução agora, infelizmente não sou, essa turma iria passar um aperto comigo.

Houve favorecimento, concluo que houve favorecimento. Sou um homem que dou, aqui, o meu testemunho. Inclusive, tenho amigos metidos nisso, mas é o interesse maior do meu País, e o compromisso que tenho é com o povo, não é com V. Ex.<sup>a</sup>, nem com o Presidente do Senado, nem com algum membro do meu Partido. E com o povo que eu tenho compromisso.

Vou perguntar aos Srs. Senadores: não houve concorrência, então por que não se publicou a decisão do Ministro que condenava o anúncio por causa de tempo? Portanto, a não publicidade da decisão do Ministro é mais comprometedora do que a ausência de licitação, a meu ver. Por que não se publicou o anúncio? Por que não se deu ao conhecimento que o Ministro resolveu, naquele dia, escolher a Norberto Odebrecht, e está acabado? E não se publicou isso, por quê? Se escondeu é porque há um motivo que o povo não podia conhecer. Esta é a minha conclusão.

Sr. Presidente, este documento chegou às mãos do Sr. Ministro. O Sr. Antônio Carlos Magalhães, que vai tomar posse do Governo da Bahia, amanhã, com meus votos de que faça um bom Governo, recebeu este relatório do Dr. Franklin Fernandes, no dia 24 de setembro, e no mesmo dia levou-o, em mãos, ao Sr. Ministro.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — V. Ex.<sup>a</sup> ouviu, aqui, o Dr. Antônio Carlos Magalhães depoendo. V. Ex.<sup>a</sup> o inquiriu a respeito do assunto?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Li tudo isso para ele. Em 24 de setembro, o Sr. Antônio Carlos Magalhães recebeu isso e passou este ofício ao Ministro Shigeaki Ueki:

"Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1976.

Excelentíssimo Senhor  
Doutor Shigeaki Ueki  
Digníssimo Ministro das Minas e Energia  
Brasília — DF

Senhor Ministro:

Submete à alta apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> o fundamentado parecer do Diretor Técnico de FURNAS — Centrais Elétricas S.A., com o encaminhamento do Presidente da referida Empresa, a respeito da contratação das obras civis das unidades II e III da Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto.

O referido parecer merece o endosso da ELETROBRAS. Entretanto, como se trata de uma operação de vulto e altamente especializada, sugiro que V. Ex.<sup>a</sup> proceda, diretamente, as negociações, utilizando para assessoramento os técnicos da ELETROBRAS e de FURNAS que julgar conveniente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de minha mais elevada consideração. — Antônio Carlos Magalhães, Presidente."

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — O Parecer do Senador Jarbas Passarinho complementa dizendo: "mas sugerindo que o Ministro procedesse diretamente as negociações por se tratar de operação de vulto, e altamente especializada".

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente, o Relatório é impecável, não torceu para A nem para B, colocou os pingos nos is.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Veja V. Ex.<sup>a</sup> como o Senador Jarbas Passarinho deve estar satisfeito pelo fato de a Oposição reconhecer a imparcialidade do seu Relatório.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O favorecimento vamos encontrar, agora, no depoimento do Sr. Norberto Odebrecht, do Sr. Ministro — vamos ouvi-lo sem ser Ministro, não podemos dispensar isto — do ex-Presidente de FURNAS, Dr. Mário Bhering; do Presidente da ELETROBRAS, Dr. John Cotrin; e, do Assessor do Ministro, Coronel Francisco Ferreira que é um homem circunspecto e que fica constrangido ao ouvir citar um ofício que o Ministro

não atendeu. O ofício dele é uma página candente contra a falta de licitação. Eis um trecho:

"Brasília, 13 de outubro de 1976

Sr. Ministro:

Este é um assunto que, creio, não lhe é dada muito escolha.

Se decidir pelo "anúncio público" os possíveis desacertos lhe poderão ser imputados; decidindo pela dispensa do anúncio público poderá ser criticado por isto.

A concorrência pública, neste caso, é realmente um risco sério e a Ponte Rio-Niterói e o Grupo Lume estão ai para atestar. Nessa obra, de cronograma pouco flexível, onde estão em gozo grandes somas e relações intencionais, esta prática, aparentemente salutar, não é aconselhável.

Também não me parece boa solução adjudicar a obra tão-somente a Odebrecht, por já ter adquirido a necessária tecnologia e estar ocupando o canteiro de obras."

Não adquiriu tecnologia alguma a Odebrecht, ela está fincando estacas, ainda. Nunca armou um lugar para assentar um parafuso de usina, nunca fez um lugar para escoamento dos gases de refrigeração, os engenheiros nunca viram isso. Estão fazendo obras civis, não obras de uma usina nuclear, estão plantando estacas!

Que especialidade ela tem nisso? Que especialidade adquiriu? Quem fez a usina I não foi ela. Estão fazendo obras civis, nada mais. Agora, diz ela na sua propaganda que já construiu 3 usinas no Brasil, e os engenheiros que vêm de fora — está aqui na revista — "os engenheiros que visitaram o complexo ficaram impressionados com a rapidez da tecnologia altamente sofisticada, absorvida pela Odebrecht na construção das 3 usinas".

O Relatório pinça essa manifestação do Coronel. No Relatório não faltou, temos que reconhecer a isenção do Relatório Passarinho, uma contribuição larga à verdade, e a essa Comissão.

Continua o ofício:

"Por esse raciocínio, quando fosse para construir as de n.º 4 e 5, teríamos que contratá-la novamente."

Não vai mais acontecer isso porque mudou o Ministro, e este não vai rezar por aquela cartilha. Foi o que eu disse ontem: precisamos mudar, no Brasil, a mentalidade petroleira da PETROBRAS, por uma mentalidade mais abrangente, mentalidade energética da barragem hidrelétrica, da termelétrica, do sucedâneo da gasolina, etc. e da energia nuclear. Isto nós vamos dizer ao Sr. Shigeaki Ueki quando comparecer aqui.

A firma baiana só entra sem concorrência, com concorrência não é vantagem. É justo que ela continue participando, justo e desejado, mas também é necessário que outras construtoras se habilitem e adquiram experiência no setor, diz aqui o Coronel. Pois bem! Mas o Ministro, Sr. Presidente, desprezando isso tudo deu à Odebrecht.

Mas há uma coisa interessante agora, o Sr. Luiz Cláudio Magalhães pediu que se fizesse consórcio com outras firmas. Mas, nada. Estava escrito, maktub. Tinha que dar para Odebrecht.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Por quê?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Há tanto mistério entre o céu e a terra de que não suspeita a nossa vã filosofia. O porquê a Comissão está vendo. Por que houve esse favorecimento? Por quê?

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Senador Dirceu Cardoso, houve alguma concorrência inicial para a Odebrecht ganhar? Ela ganhou alguma concorrência para pegar a obra de Angra II?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ganhou. São aquelas qualificações: 90% na frente, saiu na frente e ganhou.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Então foi ela quem ganhou a concorrência?

Não, porque V. Ex.<sup>a</sup> disse que a empresa baiana nunca entrou na concorrência, e eu fiquei na dúvida.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, na adjudicação. Depois da adjudicação ela...

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Quer dizer que, inicialmente, ela ganhou a concorrência? Eu peguei o bonde no meio do caminho.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A Odebrecht tem muita obra. O Times de Nova Iorque diz: "Angra já fez três: o aeroporto do Rio de Janeiro, para 5 milhões de passageiros; o edifício mais moderno do mundo, a PETROBRAS; e, a ponte em Santa Catarina. E há várias obras que ela fez, está aqui documentado, inclusive o edifício do Campus da Universidade da Guanabara, para 150 mil alunos. Há 25 anos que ela trabalha para a PETROBRAS, e agora vai até perfurar para achar petróleo.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Mas, isso não quer dizer nada porque, lá na Bahia, por exemplo, qualquer firma grande, há algum tempo, teria que trabalhar para a PETROBRAS, senão não seria uma firma de construção.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é. Bem, Sr. Presidente, então o Sr. Ministro decidiu sem anúncio, e sem nada, e deu à Odebrecht.

Porém, há uma particularidade para a qual chamo a atenção: o processo — levado em mãos pelo Presidente da ELETROBRAS, Dr. Antônio Carlos Magalhães — deu entrada protocolada com ofício, com todas as recomendações, no dia 27 de outubro, e o despacho do Ministro é de 29 de outubro. Já estava tudo preparado, os pareceres, inclusive, o do Coronel que é do mesmo dia. Nem o Sr. Ministro, nem o Presidente da ELETROBRAS são engenheiros. O Sr. Ministro Shigeaki Ueki desculpe a ausência — é economista, administrador de empresas, foi um bom Diretor da PETROBRAS, mas não tem conhecimento de engenharia; o Dr. Antônio Carlos Magalhães é médico; e para um despacho num assunto desse em 24 horas... não pode, isso não é assim. E com todos os pareceres contra! O que eles estão é fugindo do anúncio. São homens que não têm conhecimentos técnicos profundos de engenharia, é possível que conheçam, hoje, alguma coisa, mas uma decisão como essa num problema nuclear de alguns bilhões de dólares, que vai sacrificar gerações brasileiras por alguns anos, é de muita responsabilidade. Como diz o relatório são várias usinas, e não só duas. Faremos três só para começar. Vamos fazer 8, e estamos montando usinas nucleares, na base de uma por mês. Vamos montar 25. Isso é uma coisa de louco! Desculpe, é uma expressão dura, mas é isso. Sou favorável à instalação de usinas nucleares, mas não com essa violência, de 2 por ano passar a uma por mês. O Brasil não está nadando em dinheiro. E, agora, a questão do despacho, em dois dias um médico e um economista, que nunca trataram de problemas relacionados à energia nuclear...

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Não podemos dizer um médico e um economista. São dois administradores tarimbados e com experiência.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas o assunto é técnico. Não queriam retardar um mês, mas quanto está atrasado? O Relatório do nobre Senador Jarbas Passarinho reconhece que está atrasada quase 2 anos a usina. E não podia se atrasar um mês por causa da concorrência!

Sr. Presidente, já me alonguei demais. Desculpe.

Volto a afirmar, Sr. Presidente, o Relatório do nobre Senador Jarbas Passarinho, que hoje se despede da Comissão, honra S. Ex.<sup>a</sup> e o Senado. É uma viga mestra de comissões de inquérito nas duas Casas do Congresso. E, repito eu, como membro da Oposição, iria pensar muitos dias para assinar o relatório que S. Ex.<sup>a</sup> teve a coragem e a bravura cívica de assinar.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Consulto o Senador Jarbas Passarinho se S. Ex.<sup>a</sup>, como Relator, quer acrescentar mais alguma coisa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, acho que tendo chegado ao final do debate do Relatório, e com as amplas explicações dadas pelo Senador Dirceu Cardoso a respeito, ainda, das questões remanescentes, das dúvidas que restam por esclarecer, o Relator se sente altamente recompensado, particularmente, porque as expressões tão vigorosas do Senador Dirceu Cardoso, e também aquelas que, um pouco mais brevemente, aqui foram utilizadas pelo Senador Roberto Saturnino, fazem com que o julgamento, nesta Casa, que é o que me interessa fundamentalmente, seja de tal modo lisonjeiro que eu me sinta feliz de ter participado da Comissão, até agora, nesta posição.

Interpretações equivocadas haverá sempre. Nós, que somos homens públicos, nos sujeitamos a elas.

Acho que com esta aprovação, que me parece tácita, uma vez que nenhum ponto do Relatório foi objetado, temos a perspectiva de prosseguir no trabalho da Comissão já numa segunda fase que, eu diria, fosse o fim do começo, e numa terceira que fosse o inicio da exposição mais ampla da natureza conceptual do programa.

Como os meus nobres colegas da ARENA ouviram ainda há pouco, o Senador Dirceu Cardoso sempre repete esta frase: "nunca fui contra o Acordo Nuclear". Todas as declarações de S. Ex.<sup>a</sup> aqui, são muito coerentes neste sentido. S. Ex.<sup>a</sup> põe em dúvida aquilo que chamou de acodamento, ou seja, a dosagem com que o Acordo pretende ser implementado.

Sr. Presidente, restaria ao Relator sugerir, nessa ordem, que fossem chamados para depor: o Coronel Francisco Ferreira; o responsável pela Construtora Norberto Odebrecht; alguém que, depois desses dois depoimentos, a própria Comissão a seu alvitre verificasse que seria interessante talvez até reinquirir; e, finalmente, já não na qualidade de Ministro, mas de Presidente da PETROBRAS, o ex-Ministro Ueki, porque o documento final foi dele.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Na segunda fase seria muito interessante trazermos para debates o Professor José Goldemberg, que tem uma posição crítica diferente da posição do Professor Cerqueira Lima. Como disse em nossa primeira reunião de apreciação do Relatório, o Professor Cerqueira Lima é visceramente contrário à aplicação da energia nuclear. E, segundo os seus artigos que tenho — os quais li e estudei, assim estarei preparado para fazer perguntas a ele, também — ele não põe o problema em termos relativos, mas em valores absolutos, acha que é um crime a utilização do átomo para esse fim, e que o Brasil não deveria ingressar nesse campo. Portanto, teremos oportunidade de ouvir uma posição extremamente radicalizada.

A do Professor Goldemberg, que já ouvi na qualidade de Presidente da Comissão de Minas e Energia — e o Senador Dirceu Cardoso estava presente — já é diferente. As críticas que S. Ex.<sup>a</sup> fez, àquela altura, quase que se cifraram na discordância dele em relação à transferência tecnológica que ele acredita que o contrato não nos assegura, e que no fim ficariamos como um usuário do automóvel, capaz apenas de saber utilizá-lo, mas não planejar e construir um automóvel.

Houve aqui opiniões claramente contrárias a esta do Professor Goldemberg. Acho que dois depoimentos são básicos, no conflito com esse ponto de vista, que são o do Diplomata Paulo Nogueira Batista e o do engenheiro Dr. Barbalho. Ambos, ao contrário do que diz o Professor Goldemberg, garantem que a transferência tecnológica está escrupulosamente planejada para ser transferida no todo. Então, eis um momento interessante para ouvir uma palavra como a do Professor Goldemberg, e talvez reinquirir depoentes que aqui já estiveram.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vai haver necessidade de reinquirir.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em seguida, sugeriria que também fosse ouvido o Professor Israel Vargas, que tem um grande conhecimento desse problema, é um dos nossos cientistas mais acreditados, e terá, seguramente, o que dizer à Comissão. E sugeriria, finalmente, que neste campo, entre essas indicações que considero todas preliminares — porque o resto será desdobramento, e a Comissão terá um ano para fazer — fosse ouvido o Prof. Ervásio, que é o Presidente da CNEN.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E o Professor Pinguelle?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pelo que tenho dos documentos do Professor Pinguelle Rosa, ele está numa linha mais ou menos semelhante à do Prof. Goldemberg.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, foi ele quem levantou críticas em relação à localização. E, Senador Jarbas Passarinho, estou de pleno acordo com todas as providências sugeridas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Finalmente, Sr. Presidente, é um perigo nós agradecermos ao Senador Dirceu Cardoso, porque ele sempre não aceita o agradecimento...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Foi um dever de justiça. Sr. Relator, não precisa agradecer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — De qualquer maneira, me comoveu profundamente a atitude de S. Ex.<sup>a</sup> porque não estamos acostumados a receber agradecimentos daqueles que se opõem politicamente a nós. Esta é uma razão muito especial para mim.

Quero agradecer aos meus companheiros de Comissão, especialmente ao Senador Milton Cabral, que nos acompanha desde a origem da Comissão, e louvar os meus novos companheiros de Bancada que têm sido tão assíduos. Sr. Presidente, estou plenamente confiante que, com esta constituição, daremos cabo da nossa missão.

Ao renunciar à função de Relator, pelas razões que são óbvias, pelo meu Partido, pela minha Bancada, sugeriria o Senador Milton Cabral para me substituir. Já fiz este convite, em janeiro, e S. Ex.<sup>a</sup>, desde então, tem estudado todo esse material com o máximo de profundidade.

O SR. MILTON CABRAL — Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — As intervenções de S. Ex.<sup>a</sup>, na Comissão, me deram a garantia de que ele será um relator também neutro e, acima de tudo, interessar por identificar erro onde houver, ter a coragem de dizer que não houve onde foi dito haver e, portanto, está a interesse e serviço do Brasil, e não do Partido majoritário.

Como Líder do Partido não farei a menor pressão sobre a Bancada aqui presente para que ela distorça fatos para esconder coisas incômodas. Por isso, é meu desejo ainda, no momento, não me substituir totalmente na Comissão, o que talvez seja forçado a fazer, Sr. Presidente, por circunstâncias que V. Ex.<sup>a</sup> perfeitamente comprehende.

Dito isto dou a minha missão por encerrada, e renovo os meus agradecimentos. Cabe, inicialmente, a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com quem trabalhei aqui esses meses todos, lado a lado, e de cujo comportamento me orgulho. Encontrei em V. Ex.<sup>a</sup> um homem que se colocou na Presidência desta Comissão de uma maneira altamente suprapartidária. V. Ex.<sup>a</sup> aqui foi o guardião, como disse ainda há pouco o Senador Dirceu Cardoso, não do comportamento da Comissão, propriamente, porque os companheiros seus presididos podem ter facilitado a sua missão, mas o guardião da dignidade da CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que começou sob protestos, e que teve a audácia de exigir juramentos dos testemunhos que aqui eram dados. E V. Ex.<sup>a</sup>, com firmeza, e elegância de atitudes, imprimiu aos trabalhos da Comissão a seriedade que há de marcar, realmente, esta Comissão nos Anais deste Congresso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Muito obrigado, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Endosso as palavras do Relator com relação ao Presidente. S. Ex.<sup>a</sup> agiu até mais extrapartidariamente, quer dizer, favorecendo mais o lado de lá, do que o nosso lado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Fica no elogio a ressalva de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, ressalva não, pelo contrário, para mostrar a magistratura de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Queria dizer ao Senador Jarbas Passarinho, no momento em que se afasta, como Relator, desta Comissão — evidentemente S. Ex.<sup>a</sup> como Líder, ou como Senador, pode a qualquer momento participar dos nossos trabalhos, e tenho certeza que o fará — que foi uma honra trabalhar a seu lado. Homem independente, homem que, quando chegamos ao Senado, aprendemos a admirar. Já o conhecia quando fui Prefeito de Juiz de Fora, e S. Ex.<sup>a</sup> foi à Universidade Federal de Juiz de Fora; já o conhecia através de amigos de infância que foram seus cadetes na Escola Militar. Ainda há pouco dizia ao Senador Jarbas Passarinho que foi pena que nessa discussão, também, não tivesse destacado aquilo que S. Ex.<sup>a</sup> falou sobre o canteiro de obras, quando o Senador Dirceu Cardoso lembrou as condições subumanas em que viviam os trabalhadores, e que S. Ex.<sup>a</sup> teve a coragem de dizer:

“De qualquer modo, a impressão causada pelo fato em todos os ilustres membros da Comissão foi a pior possível, valendo ressaltar que esse é o lado negativo da inexistência de uma atividade sindical vigorosa, pois, se sindicatos existissem com liberdade de atuação, certamente os trabalhadores não teriam sido tão maltratados.”

O SR. DIRCEU CARDOSO — Permite V. Ex.<sup>a</sup> uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Pois não.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou registrar também, com franqueza, uma observação minha. O Presidente do Senado trancou a atuação da Comissão porque, na hora em que queríamos visitar o canteiro de obras, S. Ex.<sup>a</sup> disse que não podia funcionar a Comissão estando o Senado em recesso. Mas, este Senado já criou uma Comissão de Inquérito com o Senado fechado, quando investigou as denúncias contra o ex-Senador Wilson Campos. Isso atrasou os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Lamentavelmente, o Regimento impede...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é. Mas, poderíamos ter feito a visita.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — É interessante que V. Ex.<sup>a</sup> destaque isso, porque um parlamento que fica 3 meses de férias e em julho mais um mês, pouca coisa tem a reclamar. A orientação seria de mudar o aspecto funcional...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas não é só por isso não Sr. Presidente. E os relatórios da Hochtief e D'Appolonia que ainda não chegaram, reclamados em novembro? Não se tomou providências nenhuma sobre isto. V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma notícia até agora?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Em absoluto. V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão, não estou tirando a razão de V. Ex.<sup>a</sup> nesse aspecto.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Senador Jarbas Passarinho, e a certeza do seu alto trabalho nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que, como disse muito bem, surgiu sob protestos quando se pediu o juramento; e surgiu sob protestos na própria área política nacional. Recordo-me nesse tempo, das próprias palavras do vice-Presidente da República, que vai assumir amanhã, quando S. Ex.<sup>a</sup> achava que esta Comissão não deveria funcionar. S. Ex.<sup>a</sup> criticou, de inicio, a instalação da CPI Nuclear. Mas, por certo, hoje o futuro Vice-Presidente da República há de

sentir a importância da CPI Nuclear, no Senado Federal. Uma CPI, como disse o nobre Senador Jarbas Passarinho, acima dos Partidos; uma CPI que procura realmente, um caminho, e que este seja conhecido por toda a Nação, e não somente por poucos.

Queria também cumprimentar o Senador Passos Porto pela sua indicação para Vice-Presidente desta Comissão.

Coloco, evidentemente, como me cabe pelo Regimento, em votação as presentes conclusões parciais do Senador Jarbas Passarinho.

Os Srs. Senadores que concordam com as presentes conclusões parciais, queiram permanecer sentados.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, não concordo, mas já fiz a minha manifestação, e acho que isso vai ser incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A Presidência coloca em votação justamente as conclusões parciais. Evidentemente, a Comissão que tenha seu trabalho prorrogado por um ano — o próprio Senador Relator reconhece que é preciso continuar os trabalhos — significa que apenas estamos aprovando o seu relatório parcial, o que me caberia fazer nesse instante. Mas a ressalva de V. Ex.<sup>a</sup>...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Até a apuração final.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A Presidência também entende, face ao próprio Relatório, que o primeiro a ser convocado devia ser, realmente, o Coronel Francisco Ferreira.

Queria apenas lembrar à Comissão — e submeto esta decisão aos Srs. Senadores — que na próxima semana, de 17 a 24, praticamente teremos o inicio das Comissões Permanentes do Senado Federal. Então, seria uma semana de muito trabalho, porque estas Comissões estarão iniciando os seus trabalhos e nós, também, Senadores, deveremos participar delas. Assim sugeriria a convocação — se a comissão entendesse — do Coronel Francisco Ferreira para o dia 27, terça-feira, e em seguida, então, convocaríamos a Construtora Norberto Odebrecht. Após o depoimento dos dirigentes da Odebrecht, a Comissão deliberaria quem seria convidado porque, é claro que com o depoimento da Construtora Norberto Odebrecht, outros caminhos poderão surgir para que sejam ouvidas outras pessoas. Seria mais prudente ficarmos nesta linha de convocação: Coronel Francisco Ferreira e Construtora Norberto Odebrecht, para depois, então, ouvirmos o ainda Ministro das Minas e Energia. Submeto à consideração de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, acho que antes da Construtora Norberto Odebrecht, deveríamos ouvir John Cotrim e Mário Bhering, pois, irão dizer coisas que, depois, teremos que constatar com a Odebrecht. Então, ouviremos, no mesmo dia, John Cotrim e Mário Bhering.

O SR. MILTON CABRAL — Tenho uma proposta a fazer que vai complementar a do Senador Dirceu Cardoso. Acho que debatemos — não digo exaustivamente, porque falta muita coisa a ser apreciada — os problemas de construção dessas usinas nucleares, e com os depoimentos já havidos, adquirimos uma idéia bastante ampla dos problemas surgidos. Acho que a Comissão, ao interpellar Norberto Odebrecht, e outros a respeito desses problemas de construção, ela o faria com muito mais autoridade, e talvez até mais esclarecida, se antes nós fizessemos uma visita aos canteiros de obras. Acho que precisamos conhecer, porque estamos debatendo coisa que ouvimos, mas que não conhecemos. A visita às usinas nucleares em construção nos daria condições de aprofundarmos nossos conhecimentos e esclarecimentos, para que, quando viéssemos a receber aqui o responsável pela empresa construtora, provavelmente, estariamos mais preparados para o debate. Era essa a colocação que gostaria de fazer.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em parte estou de acordo com a proposta porque, enquanto não tivermos em mãos os dois relatórios da Hochtief e da D'Appolonia, não podemos interrogar o homem. Sr. Presidente, queria insistir com V. Ex.<sup>a</sup>, junto à Mesa, pois, desde novembro não temos uma resposta. A Sra. Ana Maria, que é tradutora, podia nos ajudar com esse difícil relatório.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, tomei a seguinte decisão hoje. Se o Presidente do Senado não designar hoje o tradutor, mandei fazer um levantamento dos nossos gastos até agora, e, nós mesmos contrataremos um tradutor. Mas, de qualquer forma, vou mais uma vez junto ao Presidente do Senado, já que há elementos da Casa categorizados e contratados para esse fim, para que S. Ex.<sup>a</sup> os coloque à nossa disposição.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pediria que V. Ex.<sup>a</sup> colocasse à consideração dos demais membros a convocação do Coronel Francisco Ferreira, do Dr. John Cotrim e do Dr. Mário Bhering.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Então, nobre Senador Dirceu Cardoso, se a Comissão estiver de acordo, convocaremos, para o dia 27, o Dr. John Cotrim; e, para o dia 28, o Dr. Mário Bhering. E, em seguida, o Coronel Francisco Ferreira, no dia 29. A Comissão está de acordo?

O SR. PASSOS PORTO — E, logo em seguida, faríamos uma visita aos canteiros de obras.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está certo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Estou de acordo com a indicação feita por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Ouviremos os dois técnicos — um era o Presidente de Furnas e o outro, era o Presidente da ELETROBRAS — e, em seguida, o Coronel Francisco Ferreira. Tenho a impressão que se houver necessidade de reinquir alguém, então, introduziria exatamente nesta ocasião. Não havendo necessidade de reinquir, dar-se-ia o passo seguinte à frente. E esse passo seguinte à frente tanto poderia ser ouvir, desde logo a Odebrecht, como desde logo ouvir o Ministro Ueki, que já estará, na presidência da PETROBRAS. Dependendo do que vai ser dito aqui, pode-se chegar a um ponto que o próprio depoimento do Ministro se torne desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Os Srs. Senadores, estão de acordo?

O SR. PASSOS PORTO — Sr. Presidente, acho que a visita à obra é fundamental, sobretudo, para nós que estamos chegando aqui, porque o conhecimento pessoal de todo o fluxograma e do cronograma da obra vai nos integrar e nos capacitar a perguntar, inclusive, à Odebrecht. A minha sugestão é esta: deveríamos ouvir os técnicos Dr. John Cotrim e Dr. Mário Bhering, depois o Coronel Francisco Ferreira e, oportunamente, uma visita às obras. Depois, então, ouviremos a Odebrecht e o Ministro Ueki.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Passos Porto, são estas as diretrizes estabelecidas pela Presidência: dia 27, ouviremos o Doutor John Cotrim; dia 28, o Doutor Mário Bhering; e, dia 29, o Coronel Francisco Ferreira. Tão logo ouvissemos o Coronel Ferreira, faríamos uma reunião de avaliação. A Comissão não pode deslocar-se, porque há um impedimento de ordem constitucional, mas pode receber convite para visita aos locais, e este convite já foi feito. Então, logo após a reunião de avaliação, marcaremos a aceitação do convite para visitarmos o canteiro de obras. Este é o roteiro que fica estabelecido.

Pergunto ao Senador Dirceu Cardoso se deseja ainda, usar da palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Apenas um reparo. Saiu um artigo no jornal Folha de S. Paulo sobre o relatório Passarinho, e quero crer que ocasionou ao nosso Ministro um certo mal-estar. Esse editorial da Folha de S. Paulo expressa, de certa maneira, os trabalhos da Comissão. Foi muito bem lançado. Sou contra algumas afirmações mais ásperas que tenha feito mas, há uma parte do editorial que diz: "Diga-se, a bem da verdade, que o documento conflita com a evidência apenas no caso do favorecimento da Odebrecht." Foi o que eu disse aqui. Acho que este artigo está expressando, exatamente, o que nós pensamos sobre o Relatório Passarinho. Fixou o Relatório na hora que passa. Hoje, acho que o episódio não é mais a Comissão, é o Relatório Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Gostaria muito de mudar o meu tipo de interpretação quanto ao artigo, e V. Ex.<sup>a</sup> poderia me ajudar a interpretá-lo melhor. Ficaria muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>, e nem imagina porquê. Quando começo a ler o documento se diz assim: "A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a execução do Acordo Nuclear faleceu, ontem, atropelada por um relatório que só falta sugerir a condecoração do Sr. Shigeaki Ueki por sua coragem e autoridade." Então, acho que isto conflita fundamentalmente com o que V. Ex.<sup>a</sup> disse. Fui o atropelador das atividades, segundo esse brilhante articulista. Só faltou pedir ao Ministro Shigeaki Ueki que viesse aqui e me desse uma medalha mista nipônico-brasileira. Mas, que ela fosse uma medalha de ouro. A frase desde logo já julga há um prejulgamento. Acho que nem V. Ex.<sup>a</sup>, que tem sido um combatente tão ardoroso, prejulgou. Por outro lado, o artigo é muito cauteloso naquilo em que ele admite que eu fui bem. Apenas, diz assim: "procurei demonstrar". Onde eu demonstro, ele diz que eu procurei demonstrar; e, onde há dúvidas, ele diz que eu não as vi.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não há motivo de contrariedade, e até de exaltação.

O SR. RELATOR — (Jarbas Passarinho) — Há dispositivos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu queria que fosse de alma lavada.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nada mais havendo que tratar, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

## REFORMA DO SISTEMA DE PENAS

Lei nº 6.416, de 24-5-77

### ANTECEDENTES E HISTÓRICO

QUADRO  
COMPARATIVO

Lei nº 6.416/77  
Código Penal  
Código de Processo Penal  
Lei das Contravenções Punitivas

**"Revista de Informação Legislativa"**  
**nº 54 — 328 páginas**

**Preço: Cr\$ 30,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor da  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### Seção I (Câmara dos Deputados)

#### Via-Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00

#### Via-Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### Seção II (Senado Federal)

#### Via-Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00

#### Via-Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF

PREÇO DESTE EXEMPLAR C\$ 1,00

SUPLEMENTO: 40 PÁGINAS